Estatísticas Rurais e a Economia Feminista

um olhar sobre o trabalho das mulheres

Apresentação 7

Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural 11

Introdução 13
A economia dominante e a invisibilidade das mulheres 14
A divisão sexual do trabalho 18
A definição de urbano e rural 19
Os dados sobre o trabalho das mulheres 20
Os movimentos de mulheres no campo 23
Conclusões 26
Referências 28

Gênero e trabalho rural 1993/2006 31

Introdução 33
Trabalho feminino no meio rural: invisibilidade e lutas pelo direito à terra 34
O Brasil rural-urbano: características e diferenças 41
Gênero e a estrutura produtiva brasileira 51
Trabalho rural: assalariamento, sem remuneração e autoconsumo 65
Um perfil da mão de obra rural 74
As atividades agropecuárias num contexto de gênero 85
Os rendimentos no meio rural 105
Conclusões 113
Referências 117

Sumário

A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres *123*

Introdução *125*

Tendências atuais do trabalho feminino *126*

O contínuo aumento da participação feminina no mercado de trabalho *127*

Transformações no perfil demográfico da mão de obra feminina *128*

O aumento da escolaridade feminina *130*

Inserção diferencial das mulheres no mercado de trabalho e a tendência à bipolaridade do trabalho feminino *131*

Dualidade ou polarização do trabalho feminino *132*

Rendimentos do trabalho *133*

Permanência da responsabilidade feminina pelo trabalho na esfera doméstica *133*

As transformações no setor agropecuário brasileiro e o trabalho feminino *134*

A ocupação e a inserção das mulheres no setor agropecuário *136*

Rendimentos de homens e mulheres *148*

Empregados(as) no setor agropecuário *150*

Considerações finais *154*

Referências *158*

Sobre os(as) autores(as) *165*

Apresentação

Andrea Butto[1]

Este livro traz informações disponíveis sobre a situação do trabalho, ocupação e renda do chamado setor agropecuário, presentes na produção das estatísticas oficiais. Também contém reflexões sobre essa realidade, partindo das contribuições da economia feminista e do conceito de divisão sexual do trabalho.

Trata-se de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead)[2], em parceria com as autoras convidadas para caracterizar a realidade das trabalhadoras rurais e refletir sobre as desigualdades que ainda marcam as suas vidas.

Gerar informações sem somar a esse esforço uma reflexão acerca dos sentidos das mudanças em curso e da permanência nessa realidade seria uma tarefa incompleta, por esse motivo este livro tem início com uma importante reflexão sobre as mulheres rurais a partir de um campo ainda desconhecido de produção intelectual – a economia feminista. Nalu Faria busca nos aproximar dessa produção indicando a inserção desses estudos no campo da produção acadêmica da economia no mundo, passando da economia clássica até a produção marxista. Também procura nos situar sobre os conteúdos e as lacunas presentes na produção de pesquisas de caráter econômico e feminista no Brasil, e como essa produção deve ser revista a partir dos novos conceitos da economia feminista: a produção do viver, a dimensão econômica (mesmo que não monetária) do trabalho das mulheres na reprodução, além das desigualdades sociais geradas pelo restrito acesso aos bens, à renda e aos serviços.

Mas a análise dessa autora não se restringe a uma inovadora análise das mulheres na economia rural. Vai além, ao articular essas reflexões com a ação política desse sujeito ainda recente no cenário brasileiro, e ao indicar como as

1 Antropóloga, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e atual coordenadora da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

2 Gostaria de agradecer pelo trabalho dedicado que Flavio Weinstein Teixeira e, especialmente, Adriana Lopes realizaram à frente do NEAD quando da preparação desta publicação.

lutas sociais empreendidas pelos movimentos autônomos de mulheres, ou de organizações mistas que contam com a auto-organização das mulheres, buscam incidir nessa realidade, elaborando demandas para o Estado e articulando lutas sociais mais amplas, com as transformações necessárias para mudar o mundo e a vida das mulheres.

As análises aqui apresentadas nos dois artigos seguintes decorrem das informações geradas a partir das Pesquisas de Amostra por Domicílio (PNAD) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o início dos anos 1990 até meados da atual década, para entender transformações e permanências da situação das mulheres na economia rural.

Embora a produção de estatísticas oficiais sobre as mulheres rurais seja parte de compromissos internacionais celebrados pelo governo federal e se constituam em ferramentas essenciais para elaborar políticas públicas e traçar estratégias de ação do Estado, só recentemente elas se materializaram. Estas passam a considerar a incorporação das relações de gênero nos instrumentos de coleta de informações, nas categorias que organizam os dados e na análise dos seus resultados.

Em uma iniciativa do governo federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e numa parceria com o IBGE e organismos multilaterais vários avanços se registraram nessa direção. Inclusão do trabalho doméstico entre os dados coletados, a geração de dados com esse recorte e a difusão dos seus resultados em publicações e o apoio às pesquisas amostrais realizadas por instituições de assessoria dos(das) trabalhadores(as) sobre o emprego são exemplo disso, além de várias edições dos *Retratos das Desigualdades*[3].

Esta publicação se soma a este esforço e busca dar maior visibilidade para a realidade das mulheres rurais. Esse é o desafio que Hildete Pereira, Alberto Di Sabbato e Maria Rosa Lombardi aceitaram. Esses autores se debruçaram sobre as informações disponíveis, promoveram cruzamentos de variáveis econômicas e sociais para entender como as desigualdades de gênero estão ainda fortemente presentes e definem o modelo ainda patriarcal da nossa economia.

A ausência ou reduzida remuneração, a pretensa menor jornada de trabalho se comparada com a masculina, que resulta da invisibilidade do seu trabalho, e a melhoria no acesso à educação desacompanhada de uma inserção plena no desenvolvimento caracterizam parte da realidade das mulheres rurais, que

3 O *Retratos da Desigualde* é uma publicação periódica de diversos dados e aspectos das Pesquisas de Amostra por Domicílio (PNAD), produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM).

representavam, em 2006, mais de 47% da população rural. As autoras e o autor também indicam os avanços no acesso à renda e aos direitos básicos, além de observar pequenas transformações na forma de inserção na economia ao considerar as atividades que absorvem a força de trabalho e a ocupação das mulheres rurais.

As políticas públicas para as mulheres rurais recentemente implementadas pelo governo federal por meio do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres buscam incidir sobre essa realidade. O Plano contém ações capazes de gerar autonomia econômica, mediante a individualização de direitos, quebrando assim a tradição familista, que historicamente marcou a ação do Estado, e estimulando uma inserção soberana das mulheres na família, na economia e na participação cidadã. Embora esta publicação não busque avaliar essa ação, várias articulações com as políticas públicas estão indicadas nos artigos e esperamos que outras possam surgir a partir desse esforço.

Boa leitura!

Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural

Nalu Faria

Introdução

Este texto tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o trabalho das mulheres no meio rural, ancorada na economia feminista e no debate sobre a divisão sexual do trabalho. Ao considerá-lo, analisa-se o protagonismo das mulheres na resistência camponesa às políticas neoliberais e seu esforço de auto-organização como movimento de mulheres ou como integrantes dos movimentos sociais mistos. Considera também sua força na realização de amplas mobilizações para alterar políticas públicas e na construção de uma nova correlação de forças na sociedade. Discutimos também a necessidade de retomar criticamente estudos acadêmicos, recolocar a ação do Estado nesse campo e renovar as reflexões sobre o tema.

No Brasil, a vigorosa organização e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais ganha destaque no processo da Constituinte, no final dos anos 1980, com a ampliação do direito à seguridade social por meio da garantia da aposentadoria no valor de um salário mínimo. Essa conquista representou a mais importante medida de distribuição de renda das últimas décadas. As trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico. Os movimentos de mulheres são um dos movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país. Exemplos disso são as três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003 e 2007), os vários acampamentos e mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), das mulheres do MST e tantos outros. Essas transformações muitas vezes tardam a ser devidamente analisados pelos estudos acadêmicos, até mesmo em função do tempo necessário a qualquer pesquisa.

O feminismo é a principal ferramenta que permite fazer uma leitura da realidade das mulheres. Apesar das diversas abordagens desenvolvidas sobre trabalho (Paulilo, 2004), nas últimas décadas houve um deslocamento do interesse do feminismo (seja em razão das prioridades do movimento de mulheres, seja em razão da agenda de pesquisa) para temas vinculados a identidade, reconhecimento, direitos reprodutivos e participação política. A nosso ver isso foi provocado por um processo de institucionalização do movimento feminista e pela subordinação à agenda do sistema ONU nos anos 1990. Se essa foi uma vertente hegemônica que ganhou força coincidentemente com o auge do neoliberalismo, não é menos verdade que uma visão crítica se manteve e desenvolveu em setores mesmo que minoritários e invisibilizados, que teriam um papel-chave no ascenso da resistência e retomada de uma perspectiva de luta.

Também no feminismo ocorreu a formação de uma visão oficial e/ou hegemônica que não reconhece as contribuições e abordagens que estão fora do seu foco. Entendendo que a elaboração de uma visão feminista deve combinar estudos acadêmicos com a construção de práticas e políticas nos movimentos, verificamos que algumas práticas e visões são mais analisadas que outras. Às vezes isso é resultado de um descompasso de ritmos, de limitações na circulação de estudos e informações ou mesmo da dificuldade de sistematização de vários movimentos. Incorporar nas análises as diversas abordagens requer das(dos) estudiosas(os) um acompanhamento exaustivo dos movimentos e seus processos de luta e, mais do que isso, exige um permanente e profundo diálogo para que todas as vozes sejam escutadas.

Mesmo com os deslocamentos políticos e teóricos de alguns setores feministas é importante ressaltar que tanto no movimento como na academia existem setores do feminismo identificados com a esquerda que mantiveram ou deram continuidade a uma visão que incorpora a dimensão de classe nas relações de gênero, ou que nos estudos acadêmicos de caráter feminista continuaram analisando o tema do trabalho. Ao longo das últimas quatro décadas, alguns aspectos foram mais abordados, a exemplo do trabalho informal, nos anos 1990 sob o neoliberalismo, e outros temas ficaram em segundo plano: aqui se inclui o trabalho rural.

Hoje o movimento de mulheres está em outro patamar, e já se tem uma produção analítica nos próprios movimentos, além de haver na universidade vários estudos em curso que estão contribuindo para novas reflexões e análises.

A economia dominante e a invisibilidade das mulheres

Ao iniciar uma reflexão a respeito do tema é importante referir-se a uma das questões recorrentes no debate sobre trabalho das mulheres: a invisibilidade, principalmente a do trabalho doméstico e de cuidados. Nesse sentido, cremos que será importante considerar a trajetória do movimento feminista no pensamento econômico sobre a exclusão das mulheres nesse campo de análise e suas contribuições, incluindo aí o conceito de divisão sexual do trabalho.

A economia feminista questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das

mulheres. Já a economia dominante não só desconsidera, invisibiliza a contribuição econômica das mulheres, como oculta e desconhece as elaborações teóricas das feministas. O mesmo ocorreu quando um autor homem incorporou em sua análise o feminismo.

A economia clássica, que tem como momento fundador a publicação do livro de Adam Smith, *A riqueza das nações* (1776), tinha uma perspectiva histórica, preocupava-se com o trabalho que era visto como fonte do valor das mercadorias. A partir de 1870 perdeu sua força e foi substituída por duas outras correntes: de um lado, a neoclássica (chamada também de marginalista) e, de outro, a abordagem marxista. Em todas essas correntes a perspectiva feminista e, em especial, a análise do trabalho doméstico teve pouca atenção. A única exceção foi a do economista clássico John Stuart Mill, que, a partir da colaboração de Harriet Taylor, reconheceu o trabalho doméstico, mas não chegou a integrá-lo no conjunto da análise econômica.

À medida que as economistas feministas contemporâneas retomaram essas reflexões foram percebendo que as contribuições feministas são quase paralelas à formação do pensamento econômico. Cristina Carrasco, em seu artigo "La economía feminista: una apuesta por otra economía" (2006), recupera a contribuição de diversas feministas desde o século XIX. Ela relata que entre os temas tratados de forma mais ampla estão: a situação de pobreza e os maiores níveis de pobreza das mulheres, a igualdade de direitos, o direito ao trabalho, ao emprego e à igualdade salarial, e o reconhecimento do trabalho doméstico. Carrasco cita Priscila Wakefield, Victoire Daubie, Barbara Bodichon, Harriet Taylor, Ada Heather-Bigg e Sheppard. Segundo Cristina Carrasco, as contribuições dessas autoras de alguma forma trataram vários dos temas em debate ainda hoje. Ela conclui afirmando: "[de] alguma maneira, se estava propondo algo que ainda hoje em determinados setores é difícil de reconhecer: o direito individual ao trabalho/emprego". Interessa-nos reter aqui dois comentários da autora. O primeiro se refere ao questionamento que Harriet Taylor promove sobre a pretensa naturalidade da posição econômica e social das mulheres, a caracterização social desta e o papel que desempenha na manutenção do poder social masculino. Ela estava adiantando o que mais de um século depois se conheceria como a categoria de análise de gênero. O segundo se refere ao pioneirismo de Sheppard ao debater a divisão do mundo em dois espaços separados: o público e o privado. A facilidade com que se promove a exclusão das mulheres do mundo público reforçou o seu confinamento no mundo privado e a sua dependência econômica em relação a seus pais ou maridos. Já no século XIX defendeu o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico, com argumentos válidos até hoje, e discutiu

as categorizações estatísticas utilizadas nos censos para classificar as mulheres. Observou que eram catalogadas como dependentes, caso não tivessem emprego, e demonstrou que o trabalho das mulheres supria melhor as necessidades dos membros da família e em condições muito mais duras do que as suportadas pela maioria dos homens.

Economistas afirmam que são falsos os argumentos de que a economia é androcêntrica, já que originalmente esse é um campo do conhecimento em que as mulheres estiveram ausentes, e que o debate de gênero não estava colocado. Para fazer frente a essa ideia podemos parafrasear as filósofas feministas, afirmando que "o estudo do discurso dos economistas nos mostra que, muitas vezes – ou quase sempre –, quando há um discurso profundamente misógino é porque paralelamente existe um discurso feminista, nessa mesma época" (Alicia Puleo, 2004).

Cristina Carrasco (2006) diz que "os economistas clássicos de alguma maneira manifestam uma tensão, uma contradição em reconhecer o trabalho das mulheres na família e não incorporá-lo em um esquema analítico que representasse o sistema socioeconômico global. Essa tensão – salvo exceções – desaparecerá com a economia neoclássica" (inicialmente chamada marginalista), já que a preocupação passa da produção para o mercado e a troca. O debate se centra na utilidade da mercadoria e na conduta do indivíduo no mercado. Desse modo, prioriza o indivíduo como consumidor, de forma indiferenciada, desconhecendo o acesso desigual a recursos. Cada um, a partir dos recursos que tem, fará um esforço para maximizar sua possibilidade de consumo. Portanto, não se levam em conta as diferenças de gênero e classe e se realiza uma análise a-histórica: os indivíduos terão sempre o mesmo comportamento.

No capitalismo se consolida a separação entre a esfera pública e a privada, sendo a primeira da produção e a segunda da reprodução. Junto com isso há o discurso de que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade, e, logicamente, reforçando o desconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família. No caso da economia marxista não foi diferente. Mesmo Marx, que tem como uma de suas principais diferenças com os neoclássicos uma visão histórica e que considera que o valor econômico é determinado pelo trabalho humano, "concentrou sua atenção nos mecanismos internos de funcionamento do sistema capitalista. O trabalho doméstico ficaria marginalizado mais uma vez nesse contexto" (Jean Gardiner, 1999).

Diante desses debates, a economia feminista buscou, em primeiro lugar, visibilizar as mulheres como “atoras” econômicas e, assim, enfocar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres. A partir dos anos 1990 ocorreu a consolidação da economia feminista como um campo do conhecimento. Diferentes perspectivas existem nessa economia, desde aquelas que propõem apenas incluir as mulheres no paradigma dominante àquelas que questionam tal paradigma e buscam mudanças profundas que impliquem uma reconceituação, numa ruptura com a visão centrada no mercado, e adotam uma proposta que tenha em conta a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar, incorporando tanto o âmbito produtivo como o da reprodução. O reconhecimento de que esses âmbitos se determinam mutuamente é que fará ver que a reprodução é também parte da economia (M. Leon, 2003), ou seja, na sociedade capitalista as esferas mercantil e salarial dependem do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se produzem. A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não-remunerado nos lares. Nesse sentido há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres.

Entretanto, reconhecer o trabalho reprodutivo como econômico não significa buscar características que o tornem comparável ao trabalho mercantil. É necessário reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as de mercado. Seu sentido não é de ganhar benefícios e está fortemente marcado pela dimensão subjetiva. Para a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades, como de afetos, de segurança emocional, que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres.

A economia feminista tem se dedicado a estudar e construir elaborações em diversos campos, tais como a crítica conceitual e metodológica, o trabalho das mulheres (compreendendo o mercantil, doméstico e de cuidados), a globalização, os orçamentos com sensibilidade de gênero etc. Nesse percurso há que destacar as críticas às estatísticas e sua inadequação para captar o conjunto da realidade, que na verdade manifesta o interesse de uma sociedade patriarcal de ocultar as atividades das mulheres. Essa problemática levou a desenvolver novas propostas estatísticas que permitam registrar o tempo e o trabalho das mulheres.

A divisão sexual do trabalho

Esses debates foram fundamentais para falar de divisão sexual do trabalho, ampliar o conceito de trabalho estabelecido na sociedade capitalista e questionar a responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, em função da sua vinculação à maternidade. Essa abordagem se insere em uma visão de que homens e mulheres estão engajados em uma relação social específica, que tem uma base material, e que disso decorrem práticas sociais distintas, além de uma relação desigual e hierárquica entre homens e mulheres, que atravessa todo o tecido social (Daniele Kergoat, 1996).

Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo em que há uma maior valorização do trabalho masculino e eles exercem as atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado.

A presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alterou em nada a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e o cuidado. Para as mulheres a realização do trabalho doméstico e de cuidados coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, fragilidade, compreensão, cuidado, afeto. Na verdade esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico.

Essa ideologia explica a consideração das mulheres como um recurso inesgotável para suprir as necessidades do cuidado e por uma característica "natural" das mulheres: a conciliação de várias atividades de trabalho em oposição aos homens que necessitam de lazer e descanso para refazer suas forças. Por isso a tendência é repassar para as mulheres os custos de qualquer crise. Se há desemprego na família significa mais trabalho para as mulheres; mais bens e serviços terão que ser produzidos na casa. Da mesma forma, quando o Estado quer reduzir gastos nas políticas sociais é sobre as mulheres que recai mais trabalho de cuidados.

No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado.

O fato de as mulheres realizarem várias atividades ao mesmo tempo dificulta e limita a avaliação do tempo gasto com as tarefas domésticas. Duas características permanentes estão presentes: altruísmo e afetividade. Isso explica por que uma mulher casada tem mais trabalho doméstico do que uma que vive sozinha, quando deveria se esperar uma diminuição da carga de trabalho em função da existência de dois adultos.

A definição de urbano e rural

Para fazer o debate sobre gênero e a questão rural defrontaremos com a necessidade de questionar e/ou problematizar vários temas. O primeiro é a definição de urbano e rural. No artigo "Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer", Emma Siliprandi (2004) recupera o debate sobre o significado do urbano e rural. Valendo-se das reflexões de José Eli da Veiga para estimar essa população, questiona o critério utilizado pelo IBGE para definir o que é população rural (regiões que produzem alimentos) e considera o número de habitantes dos municípios, a densidade demográfica e as relações com as cidades mais próximas. Levanta também a necessidade de problematizar a sociologia rural, já que desde seus primórdios teria sido criada como uma sociologia do urbano sobre o rural, "conformando uma forma de refletir sobre um mundo que deveria ser mudado à semelhança de outro que já existe" (Siliprandi, 2004, p. 123). Essa análise reforça nossa visão sobre a necessidade de reconceituar a economia e também sobre a importância de questionar as hierarquias construídas também nas ciências sociais, já que o urbano aparece como referência para avaliar se, no rural, houve avanços ou não. Visão por muito tempo hegemônica, de considerar que haveria uma tendência natural de avanço do capitalismo sobre o campo.

Essas questões devem ser incorporadas nas agendas de pesquisas e reflexões, tarefa que exige mais do que uma acomodação de temas, mas uma verdadeira redefinição conceitual, que aponte para novos modelos de análise.

Os dados sobre o trabalho das mulheres

Os estudos sobre o trabalho das mulheres no Brasil também passaram por uma trajetória inicialmente centrada na questão da incorporação ao mercado de trabalho. Mas seguindo uma tendência geral, logo em seguida passaram a enfocar as questões do trabalho produtivo, reprodutivo e sua relação com a família. Além disso, as mudanças introduzidas nas pesquisas do IBGE contribuíram para que algumas atividades saíssem da invisibilidade. Isso pode ser dito em relação às mudanças na PNAD ao considerar o conceito de trabalho para o autoconsumo e autoconstrução. Posteriormente, pode-se avançar mais com a introdução de perguntas sobre a realização de afazeres domésticos. Esse avanço está limitado pelo fato de que ainda não se reconhecem os "afazeres domésticos" como um fato econômico. Nesse sentido, Cristina Bruschini (2006, p. 351), "considerando todas as reformulações já realizadas pela PNAD desde o início dos 90", defende que o trabalho doméstico "passe a ser considerado um trabalho não remunerado, e não mais inatividade econômica".

Os dados sobre a situação das mulheres mostram que, ao se mudarem algumas condições sociais, as mulheres rapidamente buscam alterar sua condição. Na escolaridade, por exemplo, mulheres urbanas e rurais têm níveis superiores aos dos homens; elas aproveitam bem as oportunidades para o trabalho remunerado e o crédito. Entretanto, nas várias experiências positivas que podem ser citadas, o trabalho doméstico e de cuidados é a questão que permanece como núcleo duro, onde se encontra resistência às mudanças, tais como indicam os dados analisados. São poucos os relatos em que se constata o início de mudança. Cristina Bruschini (no texto citado acima), ao analisar os dados da PNAD 2002 (das pessoas que responderam "sim" para a questão se realizou afazeres domésticos na semana da pesquisa), mostra que não houve muita diferença em relação à localização do domicílio. Embora no meio rural as tarefas domésticas se confundam mais com o trabalho produtivo, as mulheres rurais realizam em média 28,2 horas de trabalho doméstico por semana, enquanto as urbanas fazem 27 horas. No caso dos homens não há alterações significativas entre o urbano (10,7 horas) e o rural (10,1 horas).

À medida que aumenta o nível de escolaridade e renda, diminui a jornada de trabalho doméstico para as mulheres. No caso dos homens também ocorre o mesmo, mas em todas as faixas o número de horas dedicadas a essas tarefas é bem menor que as horas dedicadas pelas mulheres. Isso indica que essas mulhe-

res e homens repassam parte desse trabalho a outras mulheres e/ou têm mais acesso a bens e serviços no mercado. Sabe-se que nos grupos com menos recursos há maior dependência da esfera doméstica e isso se evidencia com mais força no campo.

Mas a questão que se coloca é por que mesmo em situações em que ocorreram algumas mudanças, como, por exemplo, conquista de autonomia econômica, as mulheres continuam realizando o trabalho doméstico e ainda considerando uma atribuição sua.

Ainda sobre o tema da jornada de trabalho, no urbano fica bastante visível a tensão vivida pelas mulheres para estar simultaneamente nas duas esferas: produtiva e reprodutiva. Por outro lado, é aí que se concentra grande parte das mais de seis milhões de trabalhadoras domésticas. Esse fato faz com que na classe média se atenue e mascare o peso do patriarcado, uma vez que a mulheres repassam a outras mulheres grande parte das tarefas domésticas. Por outro lado a maioria das empregadas domésticas não tem garantidos seus direitos trabalhistas. Esse fato representa ainda um traço escravocrata em nosso país, uma vez que é uma categoria com predominância de mulheres negras.

No caso do campo e para as mulheres pobres em geral não há esse atenuante do patriarcado. É importante notar que, em muitas famílias, na divisão das despesas o salário da trabalhadora doméstica fica como encargo da mulher. Uma coisa é evidente na cidade: o patriarcado persiste. Às vezes na sua forma mais arcaica, ou em versão mais moderna, na qual a exigência é que a mulher cumpra o padrão de feminilidade considerado adequado.

O que se constata, de forma geral, sobre a situação no campo é a existência de uma enorme desigualdade, que é marcada profundamente pela imbricação de classe, gênero e raça-etnia. Por isso as estatísticas apontam a grande porcentagem de população negra e de descendência indígena. Outro elemento a ser considerado na análise da situação das mulheres no campo é a maior migração feminina, em particular das jovens. Historicamente guarda relação com o fato de que as mulheres tiveram menos oportunidades de autonomia econômica no campo. Mas também é fruto das relações patriarcais e da busca por maior liberdade e autonomia. No período recente a maior escolaridade das jovens empurra-as para a cidade, com sua incorporação em trabalhos precarizados e mal remunerados, como o emprego doméstico, mas cujo salário, muitas vezes, serve para apoiar e/ou complementar os gastos nas atividades agrícolas da família.

Apesar da elevação da renda de setores empobrecidos, obtida, entre outras medidas, pelo aumento do salário mínimo (embora em níveis insuficientes), há uma profunda concentração de renda no Brasil e esse fato coloca a maioria das mulheres na base da pirâmide social.

Uma vigorosa política de valorização do salário mínimo tem sido proposta por setores dos movimentos de mulheres como possibilidade de alterar essa realidade, pois ela pode beneficiar a grande maioria das mulheres, inclusive do campo. O aumento do salário mínimo incide diretamente no valor da aposentadoria rural, mas também possibilita valorizar os preços dos produtos agrícolas.

Atualmente se observa um início de mudanças no que se refere à posição econômica das mulheres rurais, embora ainda seja alarmante o número de mulheres que em nosso país trabalha sem auferir renda, e nesse universo há uma porcentagem de trabalhadoras domésticas de origem rural, em particular jovens, que trabalham apenas em troca de casa e/ou comida. O percentual de participação das mulheres nas atividades para autoconsumo é bastante elevado e corresponde a 46%. Entre 1993 e 2006 diminuiu a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, de 40% para 33,7%. Essa mudança veio acompanhada de uma maior elevação da renda das mulheres. Comparando o ano de 2006, em relação a 2004, verifica-se um aumento de 31,5% nos rendimentos das mulheres. A nosso ver, esses dados guardam relação com a estruturação das atuais políticas de acesso a crédito e a recuperação do salário mínimo e refletem resultados positivos da luta das mulheres por maior inserção nas atividades produtivas na busca por autonomia econômica.

Significativas mudanças positivas ocorreram a partir do governo Lula, desde 2003. Isso se deu tanto em nível do diálogo com os movimentos quanto na destinação de recursos, estruturação das ações e redefinições no arcabouço institucional. As principais ações ocorreram no âmbito da Assessoria Especial para Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Os resultados de tal política já podem ser avaliados nas mudanças de alguns dados referentes ao aumento da remuneração, menor crescimento de trabalho para o autoconsumo e um pequeno arrefecimento da migração. Cumpriu um importante papel nessas mudanças o estabelecimento de uma política de crédito específico, por meio do Pronaf Mulher, o Programa Nacional de documentação da Trabalhadora Rural, o fomento à comercialização, as ações de assistência técnica e outras. A partir da criação do Pronaf Mulher, em 2003, houve uma ampliação dos contratos efetivados pelas mulheres. A estruturação de

um crédito específico para as mulheres respondeu às fortes demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres do campo e responde à necessidade de as mulheres serem consideradas como sujeitos autônomos e não apenas como parte de uma relação familiar representada pelo marido.

Espera-se que essa tendência se confirme à medida que se avance na estruturação de tais políticas. Principalmente se progredir de forma significativa o acesso à reforma agrária.

No caso das mulheres camponesas o debate sobre renda e produção para o autoconsumo deve ser visto em relação ao direito à terra e às condições de produção. Em assentamentos no quais se produz em níveis necessários para o autoconsumo e a comercialização, a necessidade da renda monetária é minorada. É o que mostram vários assentamentos do MST. Uma liderança da *Marcha Mundial das Mulheres* em Mulunguzinho, na região oeste do Rio Grande do Norte, integrante de uma horta comunitária agroecológica organizada por mulheres, afirma: "hoje nossos filhos, no café da manhã, comem mamão com mel e nós achamos isso ótimo, e já não pensamos que temos de ter determinados produtos industrializados comprados no supermercado". Embora essa não seja a realidade de todas no campo brasileiro, devido à precariedade existente, isso nos indica a necessidade de refletir sobre outra perspectiva na economia e sobre o reconhecimento do valor econômico de produtos e serviços sem a mediação do mercado. Por outro lado, essa questão reforça a necessidade de um regime especial para a previdência e a melhoria dos serviços sociais no campo.

Esse é um exemplo de processos coletivos em vários assentamentos vindos da reforma agrária e em outras experiências da agricultura familiar tradicional, onde se conjugam diferentes formas organizativas, incluindo aí a auto-organização das mulheres, que garantem maior produtividade, geração de renda e estabilidade na comercialização, articulando o econômico, o educativo e o político.

Os movimentos de mulheres no campo

Hoje há um debate mais aprofundado e desde o ponto de vista das mulheres organizadas no campo e no feminismo. Refere-se ao reconhecimento do papel histórico que as mulheres cumprem na garantia da soberania alimentar. Muito já se debateu a respeito de o que é a ofensiva capitalista sobre o campo em

sua fase neoliberal e como se articula com um reforço do imperialismo. Trata-se de uma ofensiva marcada pela necessidade de estender o predomínio do mercado para controlar um conjunto de bens comuns, serviços e atividades humanas ainda fora do mercado, como a água e a biodiversidade. Essa ofensiva vem acompanhada de um movimento de resistência vigoroso, envolvendo vários setores, que é muito presente em nosso continente, tanto do ponto de vista dos indígenas como dos(das) camponeses(as): os zapatistas no México, os indígenas na Bolívia e Equador, os sem-terra no Brasil e Paraguai etc. Nessa resistência são gestadas propostas alternativas de defesa da economia camponesa que se somam a outras da economia solidária e da economia feminista, que colocam em xeque as normas do pensamento dominante. Todas essas questões associadas ao debate ecológico e de sustentabilidade ambiental trazem profundos questionamentos para os setores de esquerda em relação aos antigos esquemas de como superar as desigualdades, ou seja, exigem o reconhecimento de que os processos de desenvolvimento em nossos países não seguem necessariamente uma visão linear do desenvolvimento do capitalismo a partir do processo de industrialização. Os processos são mais complexos e, em nossas sociedades, hoje, está lançado o desafio de pensar um projeto de sociedade que garanta soberania em todos os aspectos. Isso é crucial para superar a tentativa, nos marcos da globalização, de que se imponha um modelo de reprimarização de nossas economias, o que nos deixaria com um alto grau de dependência.

A trajetória de luta das mulheres no campo no período recente da história brasileira, desde os anos 1980, mostra a força da reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã. Há que se destacar a luta para ser aceita como sindicalizada nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a luta pelo acesso à previdência e à licença-maternidade nos anos 1980. Essas questões são centrais para a discussão acerca da divisão sexual do trabalho e da visão de que as mulheres são destinadas apenas ao trabalho reprodutivo.

Como já foi apontado, ainda é muito forte no campo a noção de que várias atividades produtivas das mulheres são extensão do trabalho doméstico. Porém é importante ressaltar que no movimento de mulheres esse tema é bastante abordado. Como consequência, há várias redefinições no campo da agricultura familiar e camponesa. Uma é a compreensão que o quintal cumpre um papel importante para uma produção diversificada, que é fundamental para a garantia de soberania alimentar. Recupera também o conhecimento histórico das mulheres e sua contribuição para a existência de uma grande biodiversidade. Essas práticas têm também um papel importante na resistência à agricultura de mercado e sua tentativa de homogeneizar a produção no campo. Toda essa experiência das

mulheres contribui para reforçar, desde a prática, as formulações da economia feminista sobre a importância de ampliar a visão do que é econômico para além do mercado.

Outro aspecto fundamental da luta feminista no campo é a demanda pelo acesso à renda, e isso se vinculou a várias outras questões, como o direito à documentação e o questionamento do homem como representante da família. De um lado, defende o reconhecimento que a família não é uma unidade homogênea e está perpassada por conflitos e interesses de gênero, em particular marcados por uma relação de poder desigual entre homens e mulheres. Por outro lado, traz o debate da autonomia das mulheres, tanto econômica como política.

A luta pelo direito à remuneração colocou também para as mulheres a questão do seu direito de participar em todos os momentos da produção e comercialização. Portanto do crédito, mas também das decisões sobre a produção e controle na comercialização. Isso é particularmente importante, pois, historicamente, no campo as mulheres trabalhavam na produção, mas geralmente não tinham acesso aos rendimentos dos seus produtos, que eram apropriados pelos homens. Hoje não podemos dizer que já se reverteu completamente essa situação, mas há uma crescente conscientização em relação às mudanças necessárias.

A luta pela autonomia econômica das mulheres no campo passa também por suas reivindicações de garantia de acesso à propriedade da terra e de se beneficiarem do conjunto das políticas destinadas ao campo, como a de assistência técnica. A demanda pelo acesso igualitário à terra na reforma agrária, colocada pela Marcha das Margaridas, levou o governo federal a efetivar tal reivindicação com a Portaria 981/2003 do Incra, que estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta. Também é importante retomar aqui que outros movimentos de mulheres do campo, tal como o MMC, estiveram presentes nessa reivindicação do crédito, bem como em outras reivindicações. As mulheres do MST e demais movimentos da Via Campesina fazem mobilizações permanentes pelo direito à terra, pelo questionamento do agronegócio, dos transgênicos, das privatizações e pela importância de visibilizar a produção feminina.

Uma questão a ressaltar sobre a plataforma das mulheres do campo é que em todos os setores há uma vinculação profunda entre as reivindicações consideradas especificamente femininas e aquelas entendidas como gerais. Por isso trazem como parte de sua agenda o tema da reforma agrária e a crítica ao latifúndio, a questão ambiental e da água. Nessa plataforma também está presente a necessidade de ampliação da infraestrutura no campo e a garantia de políticas públicas, tais como saúde e educação. Um aspecto muito positivo é que essas agendas não

invisibilizam a questão da violência sexista, nem as reivindicações por igualdade de participação nos espaços de poder.

Conclusões

Como fruto de um processo de luta e organização das mulheres no campo observam-se mudanças em curso, mesmo que ainda sejam muito incipientes. Sabemos que ainda falta muito para se alcançar um real reconhecimento econômico e de igualdade das mulheres. Essas mudanças ocorrem em um contexto marcado por contradições e disputas sobre visões de desenvolvimento. Mas é evidente o fato de que há no campo processos de resistência e de construção de alternativas populares, e a contribuição das mulheres aporta com elementos essenciais para o desenvolvimento de um projeto de soberania popular, que só será possível se houver autonomia das mulheres.

Também é importante ressaltar que a força dessa organização traz para o debate do conjunto dos movimentos várias aprendizagens. A primeira é que é necessário romper com a hierarquia construída entre o urbano e o rural e entender a complexidade das mudanças necessárias. Outra se refere ao lugar do trabalho doméstico e reprodutivo na agenda política. Aponta a necessidade de deixar de ser visto como um apêndice do debate, como se à medida que as mulheres avançassem em sua autonomia econômica pudessem resolvê-lo. Trata-se de entender a dimensão da sustentabilidade da vida e a necessidade de redefinir os tempos de trabalho produtivo e reprodutivo, a importância da corresponsabilização dos homens, a estruturação e ampliação de serviços sociais, mas também a construção de alternativas solidárias e coletivas.

Nesse sentido é necessário continuar o debate e a busca de mudança do paradigma dominante na economia, voltado para o mercado, e fortalecer outras expressões da economia, tais como a solidária e camponesa, sempre considerando uma abordagem feminista. Para isso, deve ser reforçada na agenda feminista a necessidade de mudanças estruturais e de construção de novas relações sociais, o que implica alterar a base material representada pela divisão sexual do trabalho.

A luta em termos de soberania alimentar representa um avanço na resistência ao capitalismo no campo e aponta uma importante alternativa para o debate de um projeto latino-americano que impulsione a solidariedade entre os povos e a construção de políticas emancipatórias. As mulheres são sujeitos ativos nesse processo e um dos ganhos foi justamente se recolocarem como "atoras" econômicas. Nesse trajeto há a construção de alianças entre urbanas e rurais,

expressas principalmente pela Marcha Mundial das Mulheres, que trouxe uma aprendizagem mútua e contribuiu para a construção de nova correlação de forças. Não é uma aliança apenas em nível nacional, mas um processo internacional que coloca na agenda política atual, de forma contundente, a luta feminista contra um modelo de opressão de classe, raça e gênero.

Referências

Bruschini, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

Carrasco, C. Economía feminista: una apuesta por otra economía. In: Vara, M. J. (Coord.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, 2006.

Carrasco, C. Introducción: hacia una economía feminista. In: Carrasco, C. (Ed.). **Mujeres y economía.** Barcelona: Icaria, 1999.

Gardiner, J. Los padres fundadores. In: Carrasco, C. (Ed.). **Mujeres y economía**. Barcelona: Icaria, 1999.

Kergoat, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, M. J. et al. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Kergoat, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Emilio, M. et al. (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, dez. 2003.

Hirata, H. Trabalho doméstico: uma servidão "voluntária". In: Godinho, T.; Silveira, M. L. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, 2004.

Leon, M. Uma visão feminista sobre a economia e a globalização. In: **Ações das mulheres contra o jogo da OMC**. São Paulo: SOF, REF, MMM, set. 2003.

Nobre, M. Introdução à economia feminista. In: Nobre, M.; Faria, N. (Org.). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002. (Cadernos Sempreviva).

Siliprandi, E. Urbanas e rurais. In: Recaman, M. et al. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jul. 2004.

Paulilo, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, ano 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

Puleo, A. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: Godinho, T.; Silveira, M. L. (Org). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, 2004.

Gênero e trabalho rural 1993/2006

Hildete Pereira de Melo
Alberto Di Sabbato

Introdução

Este estudo tem como objetivo fazer um diagnóstico do trabalho da mulher rural, para ilustrar de que maneira as estruturas econômicas do meio rural foram transformadas pelo novo papel que se gesta para as mulheres na última década. Parte-se da utilização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas informações, depois da mudança metodológica de 1992, permitem captar melhor as transformações havidas na utilização da mão de obra agropecuária[1]. Até o ano de 2003, esta pesquisa não cobria a zona rural da Região Norte, mas a partir de 2004 incluem todo o território nacional. Dessa maneira, este estudo apresenta uma pequena discrepância no que tange aos dados, porque os anos de 2004 e 2006 abrangem todo o território nacional, enquanto para o ano de 1993 e os demais a zona rural da Região Norte não foi pesquisada[2].

O escopo da base de dados deste estudo foram os microdados das PNADs de alguns anos selecionados depois da reformulação desta pesquisa pelo IBGE. Assim, o ano de 1993 foi o primeiro ser escolhido, inaugurando esse olhar feminista sobre o trabalho rural brasileiro; foram cruzadas as bases de dados das PNADs dos seguintes anos: 1993, 1995, 1998, 2001, 2004 e 2006, este o último ano disponível.

Este estudo é em parte baseado num dos produtos do Projeto FAO/MDA realizado pelos autores e ampliado com a análise dos microdados da PNAD/IBGE de 2006. Sua estrutura foi definida da seguinte forma: primeiramente, é feita uma breve resenha da literatura feminista sobre o tema do trabalho rural e da luta pelo direito à terra, destacando o problema da invisibilidade; a seguir, analisam-se as ocupações rurais e urbanas, realçando-se a questão do trabalho sem remuneração e para autoconsumo, ambos presentes de forma significativa nas atividades realizadas pelas mulheres no meio rural; após, traça-se o perfil dos ocupados na agropecuária como um todo; e, por último, estuda-se a ocupação masculina e feminina segundo as diferentes atividades agropecuárias, para melhor compreender a inserção produtiva das mulheres no setor agropecuário. Para cada uma dessas partes do trabalho, a análise é feita de acordo com os seguintes indicadores: idade, escolaridade, posição na ocupação, posição na família, jornada de trabalho e rendimentos.

1 Ver, sobre o assunto, Graziano da Silva (1997).

2 Esclarecemos que os dados de 2004 e 2006 não foram harmonizados com a base anterior da PNAD; como nossa análise abrange todo o território nacional considerou-se que a variação gerada pela inclusão da zona rural da Região Norte entre os anos anteriores e 2004 e 2006 seja relativamente insignificante.

Trabalho feminino no meio rural: invisibilidade e lutas pelo direito à terra

O campo de estudos de gênero desenvolve-se no Brasil desde o início dos anos 1980 como consequência do fortalecimento do movimento feminista nacional. A referência analítica para esse conceito é a construção histórica e social do feminino e do masculino para as relações sociais entre os sexos, vividas na sociedade com forte assimetria. Uma das novidades dos últimos quarenta anos, nos quais recrudesceu a segunda onda feminista do século XX, foi o avanço da produção científica e acadêmica feminista no mundo e a emergência de novos fundamentos teóricos para interpretar a histórica discriminação das mulheres[3].

A perspectiva de gênero no estudo das relações sociais do mundo rural trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis sociais das mulheres e homens na sociedade, apreendendo as desigualdades e desenvolvendo como um de seus componentes analíticos centrais a assimetria de poder. É necessário ampliar o conceito de gênero para além da percepção de que este seja apenas a consideração dos papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens. É preciso uma abordagem transversal e multidisciplinar, que desenhe um quadro geral do papel feminino na sociedade e no caso particular do meio rural.

Utilizar o termo divisão sexual do trabalho possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família, contribuindo para a percepção da invisibilidade do trabalho feminino. No entanto, é necessário ir além, introduzindo a questão da classe social, da raça/cor e etnia, do corte geracional, dos direitos de propriedade, do acesso à terra, da distribuição do poder na sociedade, como os múltiplos estudos de gênero têm difundido.

A literatura socioeconômica, ao longo destes últimos trinta anos, é rica na análise do tema "mulher rural". Acreditamos que esse tema foi um dos primeiros a serem tratados pelas acadêmicas feministas brasileiras e latino-americanas: um bom exemplo desse pioneirismo foi a realização do seminário *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina*, coordenado por Neuma Aguiar, no Rio de Janeiro, em 1978, que teve seus textos publicados em 1984[4]. Para atestar a im-

3 O conceito gênero é um dos principais instrumentais teóricos utilizados pela produção acadêmica feminista. É definido por uma de suas mais relevantes teóricas, Joan Scott, como "a organização social da diferença social" (1992 e 1994).

4 Este seminário foi realizado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), sob a coordenação de Neuma Aguiar, e a publicação com os principais trabalhos apresentados intitulou-se **Mulheres na força de trabalho na América Latina:** análises qualitativas (Vozes, 1984).

portância dessa temática para pesquisadoras(es) latino-americanas(os) presentes nesse seminário, dos dez artigos selecionados para essa publicação metade deles tratam da problemática da mulher rural. Provavelmente o interesse nesse tema refletia a forte preocupação do feminismo, nos anos 1970, com a invisibilidade do trabalho feminino, como também a agitação social que sacudia a sociedade brasileira na cidade e no campo[5].

Nos debates do seminário e nos textos selecionados para a publicação ficava explícita a preocupação com a forma como os censos latino-americanos usavam classificações que escondiam as atividades domésticas: o trabalho familiar não remunerado, dominante nas atividades do contexto rural, como demonstra a leitura dos artigos de Magdalena Leon e Carmen Deere (1984), Ruth Sautu (1984) e E. Ceboratev (1984). Nas conclusões desse histórico seminário ficava o reconhecimento de que a invisibilidade do trabalho feminino devia-se à ausência de teorias que concedessem o estatuto de atividade produtiva ao trabalho realizado no âmbito doméstico. Fantasma que ainda nos dias atuais assombra a perspectiva acadêmica feminista.

Como sugestão desse encontro recomendava-se que os organismos de coleta de informações demográficas, econômicas e socioculturais classificassem as atividades domésticas levando em conta as seguintes categorias: atividades que contribuem para o sustento da família; realização de atividades econômicas destinadas ao mercado, alternadas com os serviços caseiros; atividades comerciais, relacionadas com a compra e venda de bens. Particularmente Ceboratev identificava como atividades domésticas a alimentação da família, limpeza da cozinha e da casa, cuidado com a roupa, com as filhas e com os filhos pequenos. As atividades que contribuem para o sustento da família: os cuidados com a horta e animais, obtenção de água e combustível para a casa (Aguiar, 1984, p. 23 e 24). Todas essas questões estão presentes de forma cristalina nas análises atuais sobre o trabalho feminino rural e urbano. Continuam em debate as eternas dificuldades das pesquisas com as informações atuais sobre os afazeres domésticos. Sem contar que a invisibilidade do trabalho doméstico (reprodutivo) no rural fica realçada devido ao peso do regime de trabalho familiar (trabalhadores familiares sem remuneração) e das atividades de autoconsumo.

A redemocratização brasileira, em meados dos anos 1980, trouxe alento ao movimento social e particularmente as lutas femininas foram ao pódio.

5 Neste texto não serão discutidos os diversos encontros de mulheres rurais organizados pelas entidades sindicais ao longo destes anos, bem como os sucessivos encontros da rede feminista "Redor", que nos 1990 organizou sistematicamente seminários nos quais a temática do meio rural feminino foi bastante discutida.

Refletindo provavelmente o ascenso da organização popular de mulheres rurais em 1983, feministas acadêmicas e funcionários de agências de desenvolvimento internacionais promoveram mais uma conferência, dessa vez na cidade de Atibaia, no Estado de São Paulo, sobre *Mulheres, Agricultura e Modernização Rural na América Latina*, organizada pela Fundação Carlos Chagas, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) e Equity Policy Center. A coordenação esteve a cargo de Cheywa Spindel, Jane Jaquette e Mabel Cordini. A leitura dos anais desse seminário (ver Spindel et al., 1984) mostra a recorrência da problemática da invisibilidade do trabalho feminino e a denúncia da subestimação pelas estatísticas oficiais da participação das mulheres na agricultura, bem como da contribuição das mulheres para a produção de subsistência.

A efervescência desse debate prossegue e em 1987 outro grande seminário foi organizado no Rio de Janeiro sob a coordenação de Lena Lavinas (UFRJ), intitulado *Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política*, ao qual compareceram pesquisadoras(es), lideranças de trabalhadoras rurais e funcionários de agências governamentais. Os anais desse seminário são preciosa fonte de informação sobre o estado das artes da pesquisa feminista acadêmica nacional. O objetivo do seminário era proceder a um levantamento da produção acadêmica e científica sobre a situação da mulher rural, tanto para consolidar essa linha de pesquisa no seio das Ciências Sociais, como para reforçar o estímulo a essa reflexão por parte dos organismos de fomento à pesquisa e das instituições que atuam diretamente sobre a realidade da mulher no campo. A avaliação geral feita pelas participantes foi que esse seminário realizou um levantamento sistemático do universo das pesquisas brasileiras e concluiu que estas haviam se ampliado bastante a partir de 1983. Os temas abordados foram prioritariamente a problemática do trabalho feminino, tanto o assalariado como o familiar, e a participação política das trabalhadoras rurais.

A conclusão final, abordando os estudos e debates havidos no seminário, destacou a problemática da participação na produção agrícola dos "membros não remunerados da família". Segundo pesquisas de Saffioti e Ferrante (1985), a grande maioria das mulheres encontra-se nessa categoria (a taxa de participação de mulheres nessa categoria foi de 88%, no Censo Agropecuário, 1980). Os resultados dessas pesquisas denunciavam a discriminação feminina e a proletarização da família rural, mapeavam os conflitos agrários e destacavam o papel feminino nessas lutas. Essas denúncias foram confirmadas pelo estudo apresentado no seminário pelo demógrafo George Martine (1987), que afirmou *ipse littera:* "A grande maioria das mulheres que trabalham no campo nada ganha". Parece até uma conclusão de algum trabalho recente sobre a situação das trabalhadoras

rurais; observem que a mudança é lenta[6]. O fato é que essa questão permanece no âmago do problema do trabalho feminino rural, embora sua incidência venha ao longo dos anos sofrendo uma redução. Num trabalho recente, Paulilo levanta a seguinte questão: Embora exista no Brasil a agricultura familiar como tipo de empreendimento econômico, não existe a categoria profissional "trabalhador familiar". Nas estatísticas, a esposa e os filhos aparecem como "membros não remunerados da família", embora o pai também não seja remunerado (PAULILO, 2004, p. 245). Eis uma velha questão que permanece atual.

Nos debates, as(os) participantes desse encontro relacionaram essa questão à interdependência entre a vida familiar e a vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para as mulheres, embora esse problema não seja apenas das mulheres rurais. A denúncia mais recorrente, explícita nos anais, diz respeito ao mais antigo dos questionamentos do movimento de mulheres: a invisibilidade do trabalho da mulher no campo – *et pour cause* – e as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (LAVINAS, 1987). O invisível foi analisado no plano simbólico na caracterização do trabalho complementar, acessório, de ajuda da mulher, tratado por várias(os) autoras(es): Cheywa Spindel (1984), Verena Stolcke (1986), Saffioti (1987). Esses debates reforçavam a questão da invisibilidade do trabalho feminino, destacando que havia uma maior produção científica específica para a família camponesa, no entanto esses trabalhos não articulavam as dinâmicas relacionadas ao processo de trabalho – no campo e doméstico – tanto quanto seu lugar na reprodução biológica e social da família. Na prática, acredito que faltava (ou falta ainda) uma teoria feminista para fazer essa articulação.

Como um dos objetivos desse seminário era fazer um balanço da produção acadêmica científica sobre o tema, os anais apresentam uma listagem com as referências bibliográficas nacionais sobre as mulheres rurais. Nela estão arrolados 130 títulos sobre o tema. Essa cifra expressa uma relativa dimensão da proliferação de estudos sobre o assunto, num momento em que não tinha ainda acontecido a explosão da pós-graduação nas áreas das ciências sociais e humanas no país, mas seguramente expressa a efervescência da luta social feminista e das trabalhadoras rurais na sociedade brasileira.

Os últimos vinte e cinco anos testemunharam o avanço do movimento de mulheres, das feministas às trabalhadoras urbanas e rurais. Foge do escopo deste trabalho seguir arrolando as dezenas e dezenas de seminários e conferências que ao longo desses anos trataram do tema "mulher rural" na sociedade brasileira. Multiplicaram-se as ações do movimento social e sindical no mundo rural,

6 Ver, sobre o assunto, Melo, Considera e Sabbato (2007).

e como não era esse o objeto deste estudo, esta investigação limita-se a indicar algumas reflexões que têm acompanhado as transformações do mundo rural do ponto de vista da condição feminina. Objetivamente, essa efervescência do movimento social refletiu-se na academia e a produção científica deu um salto; no rastro do crescimento dos cursos de pós-graduação das áreas de ciências sociais e humanas que se multiplicaram nos anos noventa do século XX.

A literatura feminista avançou e um levantamento divulgado pelo Nead/MDA no seu *site* (acesso em: 5 ago. 2006) mostra uma resenha bibliográfica sobre gênero e meio rural. Esse levantamento é um exemplo significativo do interesse que o tema provocou no circuito acadêmico nacional nessa última década. O resultado apresentado são dezenas de artigos e livros publicados, teses e dissertações elaboradas nos centros universitários nacionais. No mundo dos periódicos nacionais destacam-se algumas revistas como grandes divulgadoras de estudos feministas e do tema rural: a *Revista Estudos Feministas (REF)*, *Estudos Sociedade e Agricultura*, *Pagu*, *Gênero*, *Sociologias*, *Cadernos Cedes*, *Revista de Saúde Pública*. Uma pesquisa no banco de teses da Capes/MEC (acesso em: 7 ago. 2006) mostra que no tema (mulheres) há 256 registros, e o corte mulheres rurais representa cerca de 35,5% das dissertações e teses arroladas nesse banco.

Tanto a leitura do catálogo preparado pelo Nead/MDA como a listagem da produção científica nacional e banco de teses da Capes/MEC mostram um arrefecimento do tema "invisibilidade", em relação ao trabalho reprodutivo, e uma produção acadêmica mais voltada para a ação política dos movimentos sociais rurais. Isso de certa forma segue a trajetória do movimento feminista brasileiro e latino-americano, que dedicam mais tempo às questões de identidade, direitos reprodutivos, violência contra a mulher, em detrimento da divisão do trabalho e redistribuição de renda.

Voltando-se para alguns títulos surgidos nos últimos anos na ótica feminista, destacamos a pesquisa de Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay, *Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"?* – As relações de gênero nos assentamentos rurais (2000), realizada sob os auspícios da Unesco, MDA, Unicef e DST/AIDS do Ministério da Saúde. Esta examina as condições de vida de mulheres e homens nos assentamentos rurais, nos aspectos relativos à educação, saúde, trabalho e acesso à terra. O objetivo da pesquisa era descrever a vida cotidiana dos assentamentos rurais brasileiros, implantados entre 1995 e 1998, através do fio condutor das relações sociais de gênero. Essas permitem mapear as atividades políticas, produtivas, sociais e reprodutivas que realizam mulheres e homens nesses assentamentos. As autoras pretendiam, por meio desse olhar

“feminista”, identificar como se reproduzem os papéis masculinos e femininos que constroem as desigualdades na sociedade. Os assentamentos serviriam como laboratórios para análise das diferenças. Notem que o que está em foco são as companheiras e companheiros que vivenciaram a luta pela posse da terra e como a luta pela igualdade entre os sexos estava presente no meio rural, e concluem que realmente os assentamentos rurais representavam um espaço privilegiado para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero.

À medida que se multiplicam os estudos sobre gênero e mercado de trabalho urbano no Brasil, estes também se debruçam sobre o tema da invisibilidade do trabalho feminino. Particularmente significativo é o dossiê “As agricultoras do sul do Brasil”, sobre a situação das mulheres agricultoras, organizado pelas pesquisadoras Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo e publicado na *Revista Estudos Feministas* (v. 12, n. 1, 2004). Ambas são destacadas estudiosas do tema e afirmaram que embora as agricultoras tenham grande participação na produção agrícola, sobretudo na de alimentos, seu trabalho tem pouca visibilidade nas estatísticas e são esquecidas pelas políticas públicas. Nas palavras das organizadoras, o tema central do dossiê é a mulher rural, em uma perspectiva de gênero, entendida esta como *sexo*, quando diz respeito a características biológicas associadas a mulheres e homens, e como *gênero*, quando trata de aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos atribuídos aos diferentes papéis dos homens e das mulheres. Assim, para essas autoras, as categorias biológicas são herdadas, enquanto as de gênero são construídas socialmente. Os oito artigos selecionados abordam a luta das mulheres pelos direitos à terra, reforma agrária, jornadas de trabalho, trabalho familiar, relações maritais e familiares, organização sindical, agricultura orgânica. Esses trabalhos procuram tornar visível o trabalho feminino rural, como também analisar as condições em que ele se dá. Brumer e Paulilo ressaltam no artigo, sugestivamente intitulado “Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise”, a questão da invisibilidade, apoiada na reflexão de Deere e Léon (2002), para qualificar o ostracismo pelo movimento feminista na última década da discussão sobre a posição econômica subalterna da mulher. Mas o próprio conceito de gênero também é questionado a partir do pensamento de Claudia de Lima Costa (1998) sobre a relativa despolitização feminista com a generalização nos estudos e pesquisas do conceito gênero. Essa crítica faz pensar por que a abundante literatura econômica sobre mercado de trabalho tem boa parte dos seus artigos usando o conceito “gênero” de forma limitante e mesmo acrítica, esque-

cendo as raízes da opressão e da subordinação feminina. Eis uma questão para ser pensada pelas acadêmicas feministas7!

Notem que essa problemática da invisibilidade do trabalho feminino está na agenda política do movimento feminista há muitas décadas, mas sua politização apresenta-se extremamente lenta; da antiga consigna feminista dos anos 1970, de que "*o privado é político*", que alertava para o conflito entre as esferas doméstica e pública e o véu que escondia a realidade da vida feminina, o novo ainda não está constituído plenamente. Permanece certa insensibilidade dos serviços estatísticos internacionais, e também do nacional, para mudar a metodologia da coleta de informações, de modo que deem conta da realidade do trabalho realizado pelas mulheres para reproduzir os seres humanos. Só recentemente, em 2001, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) introduziu numa de suas principais pesquisas amostrais (PNAD) um item relativo aos afazeres domésticos, talvez um sinal de novos tempos[8].

No âmbito das políticas traçadas pelo MDA, por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia tem-se privilegiado essa discussão da invisibilidade do trabalho feminino no veio do debate sobre a agricultura familiar[9]. Uma ação positiva para incentivar a pesquisa sobre esses temas foi a criação de uma premiação para estudos rurais e de gênero. Esta foi concebida como um instrumento de incentivo à produção científica e acadêmica sobre as mulheres que trabalham no campo. Lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o nome de Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e de Gênero em homenagem à ex-líder sindical rural Margarida Alves (1943-1983), presidenta de sindicato de trabalhadores rurais, assassinada em Alagoa Grande, na Paraíba, em 1983, esse prêmio, de âmbito nacional, seleciona os melhores trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* sobre estudos rurais e gênero no

---

7 Nesta breve síntese sobre a bibliografia referente ao meio rural numa perspectiva feminista, muitas(os) autoras(es) não foram citadas(os); isso não foi porque seus trabalhos não tenham sido importantes para análise do tema em tela, mas porque esse não era o objetivo deste artigo. Esta síntese foi feita apenas para respaldar a discussão das fontes de dados e inseriu-se este item apenas para reforçar o ponto de vista histórico de que é o avanço do movimento de mulheres que coloca novas exigências de teorias e dados para a sociedade. Ver, além da bibliografia arrolada neste trabalho, Carmen Diana Deere (2004).

8 Em recentes conversas informais na sede do IBGE no Rio de Janeiro, técnicas dessa instituição declararam que esse item não foi introduzido na PNAD para avaliar o peso dessas tarefas e sua repartição entre mulheres e homens como a agenda feminista coloca, mas deve-se à preocupação do instituto com a problemática do trabalho infantil (conversas com Hildete Pereira de Melo). Não importam o que motivou o IBGE a introduzir no questionário da PNAD essas perguntas, concretamente agora as acadêmicas feministas que se interessarem pelo tema têm informações para mensurar a questão dos afazeres domésticos (ver Melo et al., 2005).

9 Iniciativa importante foi a criação da Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar – Reaf no âmbito do Mercosul, criada por proposta brasileira em 2004. Esse grupo, em março de 2006, discutiu as desigualdades que as mulheres agricultoras familiares e assentadas da reforma agrária vivenciam no seu cotidiano nesses países, a partir do processo de análise das políticas públicas que definem o marco das diversas atividades desenvolvidas em prol da mulher rural, no âmbito do bloco. Para essa reunião foi produzida uma publicação com uma visão comparativa do que cada país do Mercosul está realizando em relação às políticas públicas para as trabalhadoras rurais, que desafios estão postos e que mobilizações foram feitas (Nead Debate, 9, 2006).

Brasil, nas categorias Apoio à Pesquisa (Mestrado e Doutorado) e Ensaio Inédito. As dissertações, teses ou ensaios devem abordar pelo menos um dos temas relativos a "Mulheres Trabalhadoras Rurais e de Comunidades Tradicionais: mulheres ontem e hoje" – na agricultura familiar; nos movimentos sociais; na reforma agrária; nos saberes tradicionais; na regularização fundiária; na sexualidade; nas políticas públicas; na violência. Note-se o amplo leque de aspectos propostos nos critérios do prêmio, o que demonstra uma abrangência maior de questões que esses estudos podem abordar. Chama-se a atenção também para a participação de instituições governamentais, internacionais e associações científicas no seu apoio: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o que denota que esses temas são referências de pesquisa no país. A existência desse prêmio é um estímulo à continuidade das investigações sobre essa realidade e demonstra a pluralidade dos temas de gênero abordados pela comunidade científica e acadêmica.

O Brasil rural-urbano: características e diferenças

Na Tabela 1 é apresentada a distribuição da população brasileira segundo a situação do domicílio: urbano e rural. Portanto, no início dos anos 1990 o Brasil já era um país urbano e essa tendência acentuou-se nesses últimos treze anos. O termo rural é um conceito econômico, isto é, um dos aspectos que caracteriza rural é a região produzir alimentos, por meio da criação de plantas e de animais, ou político, isto é, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define a classificação de rural/urbano para o município e seu território; essa classificação é feita por meio do seu plano diretor, pela distinção das áreas rural e urbana municipal (ver Siqueira; Osório, 2001; Ferrão, 2000). Assim, concretamente, o IBGE especifica nas suas notas técnicas que a classificação das áreas rural e urbana é feita segundo a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos; dessa forma as PNADs dos anos 1990 espelham a classificação censitária de 1991 e as dos anos 2000 a do Censo Demográfico de 2000.

Nas tabelas deste estudo a população rural é um recorte mais amplo do que população ocupada rural; a primeira refere-se ao conjunto de pessoas que vi-

vem nas áreas ditas rurais, enquanto a população ocupada rural é a que declarou trabalhar uma jornada de trabalho de pelo menos uma hora ou mais por semana nas atividades da agropecuária. Um alerta que fazemos ao leitor é quanto à utilização, neste trabalho, dos termos ocupação e emprego. Na literatura econômica há uma diferenciação conceitual entre emprego e ocupação; aparentemente essas palavras são sinônimas, mas teoricamente elas podem expressar relações econômicas distintas. Emprego refere-se à relação assalariada [por exemplo, o(a) trabalhador(a) com carteira], enquanto ocupação abrange as diversas formas utilizadas pelas pessoas para auferirem rendimentos; seja como trabalhadores(as) assalariados(as), seja por conta própria [autônomos(as)], trabalhadores(as) sem carteira de trabalho e sem remuneração.

A população rural, que em 1993 representava cerca de 21,6% do total da população residente brasileira, caiu em 1995 para 18%, subiu um pouco em 1998 (para 20,4%), em 2001 voltou a cair e chegou a 16% da população residente nacional. Nesse patamar (16%) permaneceu em 2004, com 16,9% da população nacional, e em 2006 ficou em 16,7%, isto é, manteve a mesma taxa de participação do início do século XXI. Talvez esse ligeiro crescimento, em 2004, expresse apenas a incorporação nos dados da PNAD da zona rural da Região Norte. Todavia, ainda temos uma população rural em patamares superiores à encontrada nos países desenvolvidos, mas é significativa a queda de participação; foram cerca de 5 pontos percentuais em treze anos.

A queda na taxa de participação no período 1993/2006 expressa um processo estrutural da economia brasileira, no qual a produção agropecuária se mecanizou e aprofundou a concentração de terras no país. Esse processo gerou uma forte migração do campo para cidade, sobretudo a partir dos anos setenta do século XX e continuou vigoroso nos anos noventa, para atenuar-se depois de 2001, como mostram os dados de 2006 (Tabelas 1 e 2). Esse processo de transferência da população rural para as cidades é sobretudo forte para o sexo feminino, embora a preponderância das mulheres nas cidades já comece a aparecer nos dados do Censo de 1950, mas não tão contundentes quanto os da atualidade. Os dados abaixo confirmam essa tendência, mostrando que no ano de 2006 o excedente feminino existente concentrou-se na população urbana. Esses números sugerem que permaneceu um movimento de masculinização do meio rural, fenômeno já apontado por outros autores (Abramovay; Camarano, 1997).

As Tabelas 1 e 2, além da repartição da população por situação de domicílio, abrem os dados segundo a faixa etária da população. Nota-se que, além da concentração da população masculina, o meio rural também tem uma popula-

ção maior de crianças até 14 anos, enquanto a população urbana apresenta um maior peso dos adultos jovens. No entanto, os números mostram que há uma tendência de queda nessa taxa de participação da população infanto-juvenil no mundo rural, acompanhando a tendência urbana. Essa concentração nas faixas etárias mais jovens de um terço da população rural demonstra que há uma maior taxa de fecundidade dessa população em relação à urbana, embora para as demais faixas etárias as taxas de participação permaneçam próximas.

Outro fato que pode explicar essa crescente urbanização nacional e que não pode ser esquecido refere-se à expulsão da força de trabalho rural em consequência da expansão dos agronegócios – agropecuária de exportação, que na sua trajetória na última década amplificou essa questão. Esse movimento foi concomitante com a expansão dos setores econômicos relacionados à indústria e serviços; estes abriram espaços para a absorção da população rural migrante, embora de forma precária e excludente. Essa questão é mais gritante nos anos 1998/2001, uma vez que a ocupação rural sofreu um encolhimento, como mostram os dados dessa pesquisa.

Entre 1993 e 2006, o crescimento da ocupação agropecuária foi negativo nos anos 1990, e isso aconteceu devido à substancial queda da ocupação feminina, enquanto a masculina teve um ligeiro crescimento. Essa violenta queda da ocupação feminina é um dos motivos da masculinização do mundo rural. Nos anos 2000 há uma pequena elevação da ocupação, provavelmente explicada pela incorporação da zona rural da Região Norte. Esses anos mostram, assim, a estagnação na ocupação rural, apesar do crescimento dos agronegócios exportadores. Mas esse movimento não foi uniforme na década (ver Melo; Di Sabbato, 2000 e 2006).

O desemprego rural foi mais dramático no período 1993/1998; provavelmente a seca no Nordeste e depois no Sul, junto com a expansão da moderna agropecuária de exportação, tenham provocado essa expulsão: um desemprego com taxa de crescimento negativa num patamar tão alto (- 9,9%) no quinquênio (Tabela 3). Note-se que a ocupação feminina foi ainda profundamente atingida, e a recuperação observada nos anos 2000 atenua um pouco o êxodo delas do meio rural. Acreditamos que em parte a recuperação da ocupação de 2004 seja mais um efeito estatístico e que a real situação seja expressa pelas taxas de crescimento do período 2004 a 2006; estas foram taxas negativas para o sexo masculino (- 4,1%), com uma relativa estagnação da ocupação feminina (0,4%). O peso da retração da ocupação dos homens define a taxa de crescimento negativa para aqueles anos (- 2,6%) (Tabela 4). Mas diminuiu o ritmo da expulsão feminina.

Esse arrefecimento no êxodo das mulheres do campo talvez seja devido a algumas mudanças da política de crédito para a agricultura familiar, que ampliaram o financiamento agrícola e promoveram maior dinamismo na ocupação das mulheres agricultoras. Por exemplo, as informações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apresentam uma inflexão positiva importante para o acesso ao crédito das mulheres nessa linha de financiamento, e isso pode ter contribuído para reter essa mão de obra no campo[10]. Infelizmente as informações estatísticas da PNAD não permitem distinguir as agricultoras familiares, mas seguramente esse crescimento da ocupação interrompendo uma tendência clara de queda no período todo indica que algo aconteceu na política setorial (ver Tabela 4).

10 Ver Nead/MDA, Cirandas do *Pronaf Mulher*, 2005, p. 23; Alves (2006) e Melo, L. (2006).

Tabela 1 – **População residente por faixa etária segundo situação do domicílio e sexo / Brasil – 1993/1995/1998**

Faixa Etária (anos)	*Urbana*				*Rural*			
	Homem		*Mulher*		*Homem*		*Mulher*	
	N°	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*
				1993				
Até 9	11.883.100	21,3	11.997.294	19,9	4.175.336	25,1	4.045.469	26,1
10 a 14	6.723.904	12,0	6.698.672	11,1	2.142.791	12,9	2.016.984	13,0
15 a 16	2.469.487	4,4	2.521.137	4,2	790.626	4,8	698.413	4,5
17 a 24	8.238.937	14,7	8.745.752	14,5	2.435.778	14,7	2.077.190	13,4
25 a 29	4.701.094	8,4	5.166.091	8,6	1.181.610	7,1	1.127.027	7,3
30 a 39	8.355.610	15,0	9.289.061	15,4	1.935.055	11,6	1.842.065	11,9
40 a 49	5.841.289	10,5	6.311.943	10,5	1.470.494	8,9	1.402.356	9,0
50 a 59	3.678.173	6,6	4.244.861	7,1	1.096.021	6,6	1.090.406	7,0
60 a 64	1.382.080	2,5	1.698.911	2,8	450.108	2,7	397.006	2,6
65 e mais	2.600.993	4,7	3.526.044	5,9	933.909	5,6	817.499	5,3
Ignorada	3.286	0,0	9.030	0,0	1.600	0,0	2.185	0,0
Total	**55.877.953**	**100,0**	**60.208.796**	**100,0**	**16.613.328**	**100,0**	**15.516.600**	**100,0**
				1995				
Até 9	12.945.232	21,4	12.639.766	19,4	2.994.820	20,9	2.861.533	22,2
10 a 14	7.273.416	12,0	7.169.428	11,0	1.641.505	11,5	1.504.071	11,7
15 a 16	2.785.501	4,6	2.851.994	4,4	626.169	4,4	573.607	4,5
17 a 24	9.034.387	14,9	9.213.650	14,2	1.992.513	13,9	1.727.531	13,4
25 a 29	4.734.265	7,8	5.418.147	8,3	1.083.661	7,6	1.024.762	8,0
30 a 39	8.825.904	14,6	9.908.321	15,2	1.991.720	13,9	1.712.249	13,3
40 a 49	6.460.897	10,7	7.139.790	11,0	1.514.206	10,6	1.283.295	10,0
50 a 59	4.017.379	6,6	4.791.163	7,4	1.097.751	7,7	954.928	7,4
60 a 64	1.445.762	2,4	1.808.531	2,8	423.961	3,0	370.461	2,9
65 e mais	2.927.369	4,8	4.060.185	6,2	939.947	6,6	847.085	6,6
Ignorada	7.590	0,0	11.843	0,0	1.057	0,0	1.392	0,0
Total	**60.457.702**	**100,0**	**65.012.818**	**100,0**	**14.307.310**	**100,0**	**12.860.914**	**100,0**
				1998				
Até 9	11.727.445	19,3	11.314.069	17,4	3.828.081	22,9	3.629.930	23,3
10 a 14	6.555.024	10,8	6.441.281	9,9	2.062.788	12,3	1.938.184	12,4
15 a 16	2.784.558	4,6	2.787.392	4,3	816.230	4,9	726.108	4,7
17 a 24	9.525.797	15,7	9.826.399	15,1	2.358.049	14,1	2.039.840	13,1
25 a 29	4.777.544	7,9	5.210.172	8,0	1.124.055	6,7	1.079.893	6,9
30 a 39	9.040.003	14,9	10.154.428	15,6	2.208.332	13,2	2.030.251	13,0
40 a 49	7.175.581	11,8	8.010.225	12,3	1.637.152	9,8	1.513.256	9,7
50 a 59	4.446.075	7,3	5.116.464	7,9	1.244.400	7,4	1.176.151	7,6
60 a 64	1.567.405	2,6	1.924.237	3,0	455.078	2,7	450.814	2,9
65 e mais	3.154.497	5,2	4.360.985	6,7	1.011.089	6,0	990.266	6,4
Ignorada	5.609	0,0	5.340	0,0	1.216	0,0	559	0,0
Total	**60.759.538**	**100,0**	**65.150.992**	**100,0**	**16.746.470**	**100,0**	**15.575.252**	**100,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 2 – **População residente por faixa etária segundo situação do domicílio e sexo / Brasil – 2001/2004/2006**

Faixa Etária (anos)	*Urbana*				*Rural*			
	Homem		*Mulher*		*Homem*		*Mulher*	
	N°	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*
2001								
Até 9	13.023.456	19,1	12.762.065	17,3	2.998.919	21,1	2.898.138	22,1
10 a 14	6.789.058	9,9	6.712.586	9,1	1.652.818	11,7	1.510.129	11,5
15 a 16	2.843.350	4,2	2.883.968	3,9	673.483	4,7	586.988	4,5
17 a 24	10.879.610	15,9	11.465.313	15,5	2.097.689	14,8	1.818.524	13,9
25 a 29	5.599.916	8,2	6.067.719	8,2	984.982	6,9	903.534	6,9
30 a 39	10.352.304	15,2	11.418.819	15,5	1.836.776	12,9	1.678.495	12,8
40 a 49	8.186.624	12,0	9.282.956	12,6	1.435.203	10,1	1.300.400	9,9
50 a 59	5.202.342	7,6	6.001.841	8,1	1.114.087	7,9	1.063.774	8,1
60 a 64	1.787.660	2,6	2.132.882	2,9	444.226	3,1	428.166	3,3
65 e mais	3.602.948	5,3	5.095.272	6,9	945.826	6,7	895.792	6,8
Ignorada	4.037	0,0	4.954	0,0	716	0,0	1.212	0,0
Total	**68.271.305**	**100,0**	**73.828.375**	**100,0**	**14.184.725**	**100,0**	**13.085.152**	**100,0**
2004								
Até 9	13.199.680	18,2	12.638.280	16,1	3.274.889	20,3	3.187.462	21,5
10 a 14	6.845.492	9,4	6.742.606	8,6	1.824.006	11,3	1.631.882	11,0
15 a 16	2.910.738	4,0	2.896.340	3,7	694.367	4,3	640.621	4,3
17 a 24	11.336.003	15,6	11.760.890	15,0	2.466.656	15,3	2.108.747	14,2
25 a 29	6.042.920	8,3	6.554.134	8,3	1.171.971	7,3	1.079.375	7,3
30 a 39	10.760.048	14,8	12.111.765	15,4	2.074.641	12,9	1.906.223	12,9
40 a 49	9.236.370	12,7	10.411.688	13,3	1.743.138	10,8	1.567.187	10,6
50 a 59	6.015.980	8,3	7.034.746	9,0	1.302.604	8,1	1.214.591	8,2
60 a 64	2.045.909	2,8	2.498.962	3,2	529.242	3,3	472.464	3,2
65 e mais	4.151.384	5,7	5.920.558	7,5	1.044.422	6,5	999.774	6,8
Ignorada	3.273	0,0	6.704	0,0	0	0,0	1.376	0,0
Total	**72.547.797**	**100,0**	**78.576.673**	**100,0**	**16.125.936**	**100,0**	**14.809.702**	**100,0**
2006								
Até 9	12.721.750	17,0	12.121.431	15,0	3.148.162	19,3	2.952.838	19,7
10 a 14	7.216.427	9,6	6.946.088	8,6	1.801.070	11,0	1.738.579	11,6
15 a 16	2.726.627	3,6	2.800.589	3,5	723.368	4,4	624.319	4,2
17 a 24	11.493.000	15,3	11.905.428	14,7	2.346.326	14,4	2.090.248	14,0
25 a 29	6.539.106	8,7	6.992.278	8,6	1.190.875	7,3	1.099.082	7,3
30 a 39	11.044.891	14,8	12.378.283	15,3	2.186.096	13,4	1.969.214	13,2
40 a 49	9.556.907	12,8	10.956.546	13,5	1.822.998	11,2	1.665.568	11,1
50 a 59	6.874.650	9,2	7.832.328	9,7	1.398.374	8,6	1.286.999	8,6
60 a 64	2.134.760	2,9	2.675.180	3,3	538.896	3,3	475.496	3,2
65 e mais	4.566.068	6,1	6.451.489	8,0	1.166.020	7,1	1.069.438	7,1
Total	**74.874.186**	**100,0**	**81.059.640**	**100,0**	**16.322.185**	**100,0**	**14.971.781**	**100,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 3 – **Variação percentual do pessoal ocupado na agropecuária no período 1993/1995/1998 – Brasil**

Pessoal ocupado na agropecuária	*1993*	*1995*	*1998*	*Variação percentual*		
				1998/1993	*1998/1995*	*1995/1993*
Homem	11.929.999	11.941.390	10.995.943	-7,8	-7,9	0,1
Mulher	6.213.166	6.261.244	5.342.157	-14,0	-14,7	0,8
Total	**18.143.165**	**18.202.634**	**16.338.100**	**-9,9**	**-10,2**	**0,3**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 4 – **Variação percentual do pessoal ocupado na agropecuária no período 2001/2004/2006 – Brasil**

Pessoal ocupado na agropecuária	*2001*	*2004*	*2006*	*Variação percentual*		
				2006/2001	*2006/2004*	*2004/2001*
Homem	10.577.216	12.062.961	11.571.206	9,4	-4,1	14,0
Mulher	4.957.011	5.670.874	5.693.100	14,8	0,4	14,4
Total	**15.534.227**	**17.733.835**	**17.266.312**	**11,2**	**-2,6**	**14,2**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.
Nota: Até 2003, a PNAD não abrangia a área rural da Região Norte, à exceção do Estado de Tocantins. A partir de 2004, a área rural da Região Norte foi incluída na pesquisa.

A escolaridade é um dos aspectos que diferencia as populações urbanas e rurais: o analfabetismo é muito forte na população rural; de forma alvissareira houve uma retração no analfabetismo rural. Apesar do progresso, em 2006 ainda há um pouco menos de um terço, tanto dos homens como das mulheres, de analfabetos. Nas Tabelas 5a e 5b, onde esses dados são mostrados, pode-se ainda observar que em todas as faixas de anos de estudos as taxas de participação de ambos os sexos no mundo rural são mais baixas do que as encontradas para a população urbana.

Assim, a precária escolaridade ainda permanece uma marca da sociedade rural. Utilizando-se o conceito de analfabetismo funcional (pessoas com escolaridade até três anos completos de estudos), observa-se que o fosso continua entre o rural e o urbano, embora tenha caído entre os anos de 1993 e 2006 do patamar de 60% da população rural para um pouco mais de 50%, enquanto no meio urbano essa taxa ficou em 1/3 da população. Essas taxas são altas e exprimem a desigualdade da escolaridade no país. No meio rural o número de pessoas com essa precária ou nenhuma escolaridade é significativo, embora numa trajetória de queda. As mulheres apresentam-se numa posição um pouco melhor, tanto

no rural como urbano, do que os homens. Talvez a aguda crise da agricultura nacional entre os anos 1993/1998, que provocou desemprego rural, explique o aumento da taxa de participação dos analfabetos na população residente rural encontrada para o ano de 1998 (Tabela 3): migrou para as cidades a população mais escolarizada, seja feminina, seja masculina; viver nas cidades requer maior grau de instrução.

Tabela 5a – **População residente por grau de instrução segundo situação do domicílio e sexo / Brasil – 1993/1995/1998**

Faixas de escolaridade (anos de estudo)	*Urbana*				*Rural*			
	Homem		*Mulher*		*Homem*		*Mulher*	
	N°	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*
1993								
0	9.606.494	17,2	10.554.410	17,5	6.127.672	36,9	5.253.450	33,9
1 a 3	11.091.990	19,9	11.394.897	18,9	4.375.984	26,3	3.998.405	25,8
4	8.288.430	14,8	8.942.075	14,9	2.171.487	13,1	2.243.858	14,5
5 a 7	7.785.226	13,9	8.315.074	13,8	1.107.159	6,7	1.141.541	7,4
8	3.794.049	6,8	4.102.701	6,8	346.168	2,1	348.009	2,2
9 a 11	6.355.701	11,4	7.530.756	12,5	384.979	2,3	461.182	3,0
12 e mais	3.028.397	5,4	3.252.342	5,4	76.175	0,5	84.212	0,5
Não identificado	5.927.666	10,6	6.116.541	10,2	2.023.704	12,2	1.985.943	12,8
Total	**55.877.953**	**100,0**	**60.208.796**	**100,0**	**16.613.328**	**100,0**	**15.516.600**	**100,0**
1995								
0	17.166.398	28,4	17.609.504	27,1	6.004.289	42,0	4.886.513	38,0
1 a 3	11.793.219	19,5	12.418.323	19,1	3.711.520	25,9	3.184.303	24,8
4	8.603.984	14,2	9.344.261	14,4	2.095.952	14,6	2.046.143	15,9
5 a 7	8.458.634	14,0	9.032.743	13,9	1.277.146	8,9	1.317.147	10,2
8	4.092.197	6,8	4.304.489	6,6	479.165	3,3	443.019	3,4
9 a 11	6.850.410	11,3	8.359.582	12,9	566.775	4,0	764.854	5,9
12 e mais	3.293.308	5,4	3.542.241	5,4	151.576	1,1	182.043	1,4
Não identificado	199.552	0,3	401.675	0,6	20.887	0,1	36.892	0,3
Total	**60.457.702**	**100,0**	**65.012.818**	**100,0**	**14.307.310**	**100,0**	**12.860.914**	**100,0**
1998								
0	14.555.911	24,0	15.117.432	23,2	7.208.202	43,0	6.196.253	39,8
1 a 3	10.716.165	17,6	10.794.953	16,6	4.527.663	27,0	4.059.145	26,1
4	7.958.514	13,1	8.615.409	13,2	2.203.256	13,2	2.271.132	14,6
5 a 7	9.536.469	15,7	9.673.884	14,8	1.608.381	9,6	1.614.151	10,4
8	4.931.680	8,1	5.211.471	8,0	477.866	2,9	523.867	3,4
9 a 11	8.935.757	14,7	10.898.110	16,7	604.766	3,6	754.555	4,8
12 e mais	3.861.221	6,4	4.328.764	6,6	98.750	0,6	119.242	0,8
Não identificado	263.821	0,4	510.969	0,8	17.586	0,1	36.907	0,2
Total	**60.759.538**	**100,0**	**65.150.992**	**100,0**	**16.746.470**	**100,0**	**15.575.252**	**100,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 5b **– População residente por grau de instrução segundo situação do domicílio e sexo / Brasil – 2001/2004/2006**

Faixas de escolaridade (anos de estudo)	*Urbana*				*Rural*			
	Homem		*Mulher*		*Homem*		*Mulher*	
	N°	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*	*N°*	*% s/total*
2001								
0	13.155.496	19,3	13.873.689	18,8	5.028.658	35,5	4.331.745	33,1
1 a 3	10.816.819	15,8	11.148.347	15,1	3.855.751	27,2	3.365.884	25,7
4	8.160.710	12,0	8.889.005	12,0	2.048.450	14,4	1.918.158	14,7
5 a 7	10.693.743	15,7	10.790.673	14,6	1.531.865	10,8	1.557.522	11,9
8	5.737.809	8,4	6.074.439	8,2	466.211	3,3	527.684	4,0
9 a 11	14.556.553	21,3	16.628.544	22,5	1.085.498	7,7	1.197.700	9,2
12 e mais	4.658.190	6,8	5.755.604	7,8	72.001	0,5	99.940	0,8
Não identificado	491.985	0,7	668.074	0,9	96.291	0,7	86.519	0,7
Total	**68.271.305**	**100,0**	**73.828.375**	**100,0**	**14.184.725**	**100,0**	**13.085.152**	**100,0**
2004								
0	12.374.898	17,1	13.001.702	16,5	5.040.563	31,3	4.385.007	29,6
1 a 3	10.799.604	14,9	10.923.724	13,9	4.151.106	25,7	3.461.619	23,4
4	8.028.592	11,1	8.785.142	11,2	2.356.593	14,6	2.212.435	14,9
5 a 7	10.747.699	14,8	10.875.546	13,8	2.065.870	12,8	2.041.199	13,8
8	6.289.492	8,7	6.527.819	8,3	735.818	4,6	733.364	5,0
9 a 11	18.095.679	24,9	20.607.733	26,2	1.583.434	9,8	1.743.051	11,8
12 e mais	5.762.668	7,9	7.254.599	9,2	106.651	0,7	164.922	1,1
Não identificado	449.165	0,6	600.408	0,8	85.901	0,5	68.105	0,5
Total	**72.547.797**	**100,0**	**78.576.673**	**100,0**	**16.125.936**	**100,0**	**14.809.702**	**100,0**
2006								
0	11.499.413	15,4	12.079.564	14,9	4.703.311	28,8	3.958.696	26,4
1 a 3	10.699.431	14,3	10.733.562	13,2	4.051.866	24,8	3.396.035	22,7
4	8.113.660	10,8	8.743.325	10,8	2.365.596	14,5	2.203.351	14,7
5 a 7	11.091.764	14,8	11.108.242	13,7	2.288.055	14,0	2.226.125	14,9
8	6.406.156	8,6	6.632.316	8,2	833.683	5,1	826.575	5,5
9 a 11	19.895.513	26,6	22.579.048	27,9	1.827.305	11,2	2.071.715	13,8
12 e mais	6.651.196	8,9	8.534.903	10,5	142.657	0,9	213.259	1,4
Não identificado	517.053	0,7	648.680	0,8	109.712	0,7	76.025	0,5
Total	**74.874.186**	**100,0**	**81.059.640**	**100,0**	**16.322.185**	**100,0**	**14.971.781**	**100,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Gênero e a estrutura produtiva brasileira

No item anterior foi feita uma breve síntese da sociedade brasileira no recorte rural e urbano; neste, passa-se para o mundo econômico e este será avaliado pelo perfil da população trabalhadora, mediante a análise da ocupação da mão de obra nacional nos setores de atividade. Estes foram agrupados da seguinte maneira: agropecuário, extrativas, industriais, construção civil, serviços de utilidade pública (eletricidade e água/esgoto) e serviços (conforme agrupamento do IBGE, 2006).

Ao longo desses treze anos mostrados pelas informações reunidas neste trabalho, evidencia-se que a participação das pessoas em atividades agropecuárias na população ocupada manteve sua histórica tendência descendente: de 27,4%, em 1993, para 26,1%, em 1995, para 23,4%, em 1998, para 20,6%, em 2001, e permanece praticamente nesse patamar; com 21%, em 2004, caindo um pouco para 19,3%, em 2006 (Tabelas 6a e 6b).

A maior novidade é que essa queda em parte deve-se à diminuição da participação das mulheres na atividade agrícola. Note-se que a distribuição da ocupação feminina pelos setores econômicos alterou-se; acentuou-se o processo de terciarização, dois terços das mulheres ocupadas atuam nas atividades de serviços. Ressalte-se que para os homens esse processo é bem mais suave e em 2004 houve um pequeno crescimento da ocupação rural masculina, que voltou a cair em 2006.

A queda da ocupação rural está explícita nas Tabelas 6a e 6b: as mulheres tinham nas atividades agropecuárias uma taxa de participação de 24% em 1993; esta caiu para 22,5%, em 1995, passou para 19,3%, em 1998, e essa tendência manteve-se para os anos 2000. Em 2001 a taxa de participação feminina foi de 16,1%; em 2004 de 16%; e em 2006 caiu para 15%. Note-se que a queda da taxa de participação masculina também ocorreu, mas foi menor. Na realidade houve um enxugamento da ocupação agropecuária no Brasil. Observe-se que a indústria cresceu muito pouco, o setor de serviços foi o grande absorvedor da mão de obra nacional, sobretudo para as mulheres. Intensificou-se a terciarização da ocupação nacional e as mulheres expandiram sua taxa de participação na indústria e nos serviços e consequentemente elevaram a ocupação feminina no mundo de trabalho: de 39%, em 1993, para 39,9%, em 1995, para 39,5%, em 1998, passaram para 40,7%, em 2001, para 41,8%, em 2004, e, em 2006, para 42,5%

da ocupação total do Brasil. Esses números indicam um acirramento da competição entre mulheres e homens por um posto no mercado de trabalho nacional, embora as Tabelas 6a e 6b mostrem que *elas* e *eles* ocupam diferentemente esses postos de trabalho.

Tabela 6a **– Pessoal ocupado segundo setor econômico e sexo (%)**
Brasil – 1993/1995/1998

Setor	*% s/total*			*% no setor*	
	Homem	*Mulher*	*Total*	*Homem*	*Mulher*
1993					
Agropecuária	29,5	24,0	27,4	65,8	34,2
Extração mineral	0,7	0,1	0,5	91,3	8,7
Indústria	15,1	9,3	12,8	71,6	28,4
Construção civil	10,2	0,6	6,5	96,4	3,6
SIUP	0,8	0,2	0,6	85,5	14,5
Serviços	43,7	65,7	52,3	50,9	49,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**61,0**	**39,0**
1995					
Agropecuária	28,5	22,5	26,1	65,6	34,4
Extração mineral	0,6	0,1	0,4	93,2	6,8
Indústria	14,8	8,4	12,3	72,7	27,3
Construção civil	9,9	0,4	6,1	97,5	2,5
SIUP	0,7	0,2	0,5	84,8	15,2
Serviços	45,5	68,5	54,7	50,1	49,9
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**60,1**	**39,9**
1998					
Agropecuária	26,0	19,3	23,4	67,3	32,7
Extração mineral	0,5	0,1	0,4	92,9	7,2
Indústria	14,0	8,4	11,8	71,8	28,2
Construção civil	11,3	0,7	7,1	96,1	3,9
SIUP	0,8	0,2	0,5	83,2	16,9
Serviços	47,5	71,3	56,9	50,5	49,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**60,5**	**39,5**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.
Obs.: SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública).

Tabela 6b – **Pessoal ocupado segundo setor econômico e sexo (%)**
Brasil – 2001/2004/2006

Setor	*% s/total*			*% no setor*	
	Homem	*Mulher*	*Total*	*Homem*	*Mulher*
2001					
Agropecuária	23,6	16,1	20,6	68,1	31,9
Extração mineral	0,5	0,1	0,3	92,2	7,8
Indústria	14,6	9,1	12,3	70,1	29,9
Construção civil	10,7	0,4	6,5	97,3	2,7
SIUP	0,6	0,2	0,4	85,7	14,3
Serviços	49,9	74,2	59,8	49,5	50,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**59,3**	**40,7**
2004					
Agropecuária	24,5	16,0	21,0	68,0	32,0
Extração mineral	0,6	0,1	0,4	93,1	6,9
Indústria	15,0	12,3	13,9	62,9	37,1
Construção civil	10,6	0,4	6,3	97,5	2,5
SIUP	0,6	0,2	0,4	84,7	15,3
Serviços	48,7	71,0	58,0	48,8	51,2
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**58,2**	**41,8**
2006					
Agropecuária	22,5	15,0	19,3	67,0	33,0
Extração mineral	0,5	0,0	0,3	93,5	6,5
Indústria	15,4	12,3	14,1	62,8	37,2
Construção civil	11,0	0,5	6,5	97,0	3,0
SIUP	0,9	0,3	0,7	82,0	18,0
Serviços	49,7	71,9	59,1	48,4	51,6
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**57,5**	**42,5**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.
Obs.: SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública).

Uma avaliação da ocupação através dos indicadores faixa etária, grau de instrução e jornada de trabalho numa perspectiva de gênero mostram que a idade média das(dos) trabalhadoras(es) não difere muito: são muito próximas e ambas cresceram cerca de dois anos para ambos os sexos, o que talvez seja explicado pelo envelhecimento da população brasileira nesta década, sendo que os ocupados rurais são mais velhos que os demais trabalhadores. As Tabelas 7a e 7b foram construídas com este objetivo: agregar indicadores relativos ao perfil da mão de obra e mercado de trabalho, calculando-se, de forma simplificada, médias na-

cionais das seguintes variáveis: jornada de trabalho, idade e escolaridade para os setores de atividades, para com isso obter um panorama laboral do Brasil.

Os dados de escolaridade confirmam o que outros estudos têm apontado: houve um crescimento dos anos de estudos da população brasileira, e a escolaridade média mostrada nas tabelas abaixo atestam esse fato. As mulheres mantiveram e ampliaram a taxa de escolaridade em relação ao sexo masculino, mas a população ocupada nas atividades agrícolas continua com o pior indicador de escolaridade da sociedade, embora a população ocupada da agropecuária tenha expandido seu grau de instrução: nos anos 1990 ela tinha menos da metade da escolaridade média dos ocupados nacionais e em 2006 corresponde a metade dos anos de estudo da mesma população. Portanto, melhorou a escolaridade dos(das) trabalhadores(as) rurais. Esse indicador reforça a percepção do grande esforço nacional para melhorar a instrução da população. De forma interessante, marcando as diferenças entre rural e urbano, as mulheres rurais apresentaram uma escolaridade mais baixa do que os homens, como apontam as tabelas.

A jornada de trabalho manteve-se num patamar idêntico no período considerado, mas atente-se para a discrepância da jornada feminina na agropecuária. Esta é praticamente a metade da jornada de trabalho média dos homens e não há em nenhum dos setores econômicos uma diferença tão relevante entre as médias de horas trabalhadas entre os sexos como nas atividades agropecuárias. Permanece uma questão obscura a respeito desse ocultamento do tempo gasto com a produção de alimentos, seja para o próprio consumo ou para o mercado, sem separação dos afazeres domésticos pelas mulheres do meio rural, porque mesmo esse estudo não tendo discriminado, para efeito de agregação do conjunto da população ocupada, nem os(as) sem remuneração nem a produção para uso próprio, a jornada de trabalho declarada pelo sexo feminino é bem inferior à dos homens[11]. Veja-se abaixo.

Em todos os setores econômicos as mulheres têm jornadas de trabalho inferiores, embora desde 1998 elas tenham aumentado no total da ocupação. A queda na jornada provavelmente se deve à pressão sindical, que reagindo ao desemprego propôs a redução da jornada semanal média, em 2004, para todos e todas. Essa caiu mais para o sexo masculino e um pouco menos para as mulheres, mas na agropecuária a tendência foi de queda para ambos os sexos (Tabelas 7a e 7b). Essa diferenciação entre as jornadas de trabalho dos homens e das mulheres deve-se ao fato de que o sexo feminino é responsável pelos cuidados com a reprodução da vida humana e esses afazeres determinam diversidade nos ciclos de

11 As informações da PNAD são obtidas mediante entrevistas com a população.

vida das pessoas em idade reprodutiva, que compromete a inserção feminina no circuito produtivo.

Tabela 7a – **Médias de jornada semanal (horas), idade (anos) e escolaridade (anos de estudo) do pessoal ocupado segundo setor econômico e sexo Brasil – 1993/1995/1998**

Setor	1993		1995		1998	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Jornada semanal – horas trabalhadas						
Agropecuária	42,9	24,2	42,4	23,6	41,5	23,6
Extração mineral	47,4	41,1	44,8	38,8	46,1	30,7
Indústria	44,8	40,9	44,9	40,3	45,3	41,1
Construção civil	44,7	33,4	45,3	35,1	44,6	30,4
SIUP	41,6	38,3	41,0	39,8	42,2	37,5
Serviços	44,9	37,4	44,9	37,7	45,3	38,0
Total	**44,3**	**34,5**	**44,2**	**34,7**	**44,2**	**35,4**
Idade em anos						
Agropecuária	34,5	37,5	34,8	37,8	36,2	39,1
Extração mineral	33,2	29,7	35,0	61,0	34,9	32,9
Indústria	32,5	31,0	33,1	31,6	33,3	32,4
Construção civil	34,5	32,4	35,4	31,9	35,6	33,2
SIUP	37,9	35,7	39,0	37,0	37,8	35,1
Serviços	34,5	33,5	34,7	33,9	35,3	34,8
Total	**34,2**	**34,2**	**34,6**	**34,6**	**35,3**	**35,4**
Escolaridade – anos de estudo						
Agropecuária	2,5	2,4	2,6	2,6	2,7	2,7
Extração mineral	4,4	5,6	5,3	9,4	4,9	7,0
Indústria	6,1	6,5	7,0	7,6	6,8	7,3
Construção civil	4,0	6,6	4,4	9,1	4,4	5,7
SIUP	8,3	11,0	8,9	11,6	8,8	11,1
Serviços	6,9	7,0	7,5	8,4	7,5	7,7
Total	**5,2**	**5,8**	**5,7**	**7,0**	**5,8**	**6,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 7b – **Médias de jornada semanal (horas), idade (anos) e escolaridade (anos de estudo) do pessoal ocupado segundo setor econômico e sexo**
Brasil – 2001/2004/2006

Setor	2001		2004		2006	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Jornada semanal – horas trabalhadas						
Agropecuária	41,7	23,9	40,1	23,3	39,0	21,7
Extração mineral	44,9	41,3	46,0	40,6	44,2	40,2
Indústria	45,2	40,4	44,5	38,3	44,2	37,6
Construção civil	45,2	34,8	44,2	38,2	43,7	38,3
SIUP	42,6	37,7	42,9	37,6	42,8	39,4
Serviços	45,2	37,9	44,3	37,3	43,7	37,0
Total	**44,3**	**35,8**	**43,3**	**35,2**	**42,7**	**34,8**
Idade em anos						
Agropecuária	37,2	40,8	37,5	40,8	38,6	41,7
Extração mineral	35,9	33,0	35,7	32,9	36,2	33,2
Indústria	33,3	32,6	33,8	36,5	34,3	36,6
Construção civil	36,3	33,2	37,3	34,3	37,8	34,6
SIUP	37,5	34,1	38,5	33,2	37,9	37,1
Serviços	35,7	35,2	36,2	35,4	36,4	35,8
Total	35,8	35,9	36,3	36,4	36,7	36,8
Escolaridade – anos de estudo						
Agropecuária	3,8	3,7	4,0	3,7	4,5	4,3
Extração mineral	7,3	8,4	8,0	10,7	7,1	10,6
Indústria	8,0	8,7	8,6	8,4	8,9	8,7
Construção civil	5,4	9,5	5,8	11,0	6,1	10,9
SIUP	10,9	15,1	11,5	15,0	10,6	12,6
Serviços	8,8	9,6	9,2	9,9	9,7	10,1
Total	**7,1**	**8,6**	**7,5**	**8,8**	**8,0**	**9,1**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Nas Tabelas 8a e 8b podemos analisar a posição na família da população ocupada brasileira pelos setores de atividades. A primeira constatação é o aumento paulatino da chefia feminina nas famílias brasileiras ao longo destes treze anos. Veja-se como a taxa de participação feminina como responsável pela família entre as pessoas ocupadas elevou-se: de 15,2%, em 1993, para 15,8%, em 1995, passou para 17,6%, em 1998, subiu para 19%, em 2001, para 21%, em 2004, e em 2006 essa taxa foi de 23,1%, uma lenta e gradual transformação nas relações familiares. Para nós a principal explicação é a maior autonomia econômica das

mulheres, mas implica maior responsabilidade nos ombros femininos, sobretudo relativa aos cuidados com os filhos.

As atividades agropecuárias são as mais tradicionais da vida social e observa-se que no meio rural ainda há uma forte presença da família nuclear – pai, mãe e filhos –, embora com uma discreta, mas crescente, participação de mulheres como chefe de família (Tabelas 8a e 8b). Objetivamente, no setor de serviços, a presença de mulheres como chefes de família é maior que a média nacional, provavelmente devido à concentração das mulheres nessas atividades, que são reconhecidas como ocupações tipicamente femininas, tais como: emprego doméstico, prestação de serviços (estética, hotelaria e alimentação, comércio e atividades de escritório). No entanto, ainda permanece a tradição patriarcal na constituição da família rural: embora lentamente nesse mundo também apareçam sinais de mudanças, como o ligeiro aumento da chefia feminina nos lares rurais. Chama a atenção o grande crescimento da chefia feminina na indústria: de maneira geral, essa atividade é mais regulamentada e maior é seu rendimento médio. Assim, as trabalhadoras industriais talvez sejam mais autônomas economicamente do que as ocupadas no setor de serviços, atividades heterogêneas e com pouca organização sindical, e numa situação econômica ainda mais inferior temos as trabalhadoras rurais: embora também apresentem uma chefia familiar crescente, essa taxa de participação é distante da encontrada para as atividades de serviços (Tabelas 8a e 8b).

Tabela 8a – **Pessoal ocupado por setor econômico segundo posição na família e sexo (%) / Brasil – 1993/1995/1998**

Setor	Sexo	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total
1993						
Agropecuária	Homem	90,8	0,3	76,5	70,7	65,8
	Mulher	9,2	99,7	23,5	29,3	34,3
Extração mineral	Homem	97,9	14,7	89,6	88,3	91,3
	Mulher	2,1	85,3	10,4	11,7	8,7
Indústria	Homem	90,3	4,1	69,2	64,5	71,6
	Mulher	9,7	95,9	30,8	35,5	28,4
Construção civil	Homem	98,8	32,6	96,5	97,2	96,4
	Mulher	1,2	67,4	3,5	2,8	3,6
SIUP	Homem	94,4	12,1	79,8	88,3	85,5
	Mulher	5,6	87,9	20,2	11,7	14,5
Serviços	Homem	77,2	2,0	53,8	36,4	50,9
	Mulher	22,8	98,0	46,2	63,6	49,1
Total	**Homem**	**84,8**	**2,0**	**65,8**	**50,0**	**61,0**
	Mulher	**15,2**	**98,0**	**34,2**	**50,0**	**39,0**
1995						
Agropecuária	Homem	90,2	0,5	76,5	74,1	65,6
	Mulher	9,8	99,5	23,5	25,9	34,4
Extração mineral	Homem	99,2	6,9	92,1	87,6	93,2
	Mulher	0,8	93,1	7,9	12,4	6,8
Indústria	Homem	90,8	2,7	71,5	70,1	72,7
	Mulher	9,2	97,3	28,5	29,9	27,3
Construção civil	Homem	99,1	41,6	96,6	98,2	97,5
	Mulher	0,9	58,4	3,4	1,8	2,5
SIUP	Homem	94,1	1,5	84,0	53,2	84,8
	Mulher	5,9	98,5	16,0	46,8	15,2
Serviços	Homem	76,7	1,4	54,0	36,2	50,1
	Mulher	23,3	98,6	46,0	63,8	49,9
Total	**Homem**	**84,2**	**1,4**	**65,5**	**50,8**	**60,1**
	Mulher	**15,8**	**98,6**	**34,5**	**49,2**	**39,9**
1998						
Agropecuária	Homem	90,8	1,2	78,7	73,8	67,3
	Mulher	9,2	98,8	21,3	26,2	32,7
Extração mineral	Homem	98,7	17,3	92,2	100,0	92,9
	Mulher	1,3	82,8	7,8	0,0	7,2
Indústria	Homem	88,8	10,0	72,4	66,0	71,8
	Mulher	11,2	90,0	27,7	34,1	28,2
Construção civil	Homem	98,5	57,4	96,3	97,2	96,1
	Mulher	1,5	42,6	3,7	2,8	3,9
SIUP	Homem	54,6	47,0	41,3	42,6	47,5
	Mulher	45,4	53,0	58,8	57,4	52,5
Serviços	Homem	74,1	5,3	54,8	40,9	50,5
	Mulher	25,9	94,7	45,2	59,1	49,5
Total	**Homem**	**82,4**	**5,5**	**66,3**	**53,3**	**60,5**
	Mulher	**17,6**	**94,5**	**33,7**	**46,7**	**39,5**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

***Tabela 8b* – Pessoal ocupado por setor econômico segundo posição na família e sexo (%) / Brasil – 2001/2004/2006**

Setor	*Sexo*	*Chefe*	*Cônjuge*	*Filho*	*Outros*	*Total*
			2001			
Agropecuária	Homem	90,6	1,5	81,3	79,7	68,1
	Mulher	9,4	98,5	18,7	20,3	31,9
Extração mineral	Homem	97,1	22,5	90,7	100,0	92,2
	Mulher	2,9	77,5	9,3	0,0	7,8
Indústria	Homem	88,5	9,1	71,3	70,4	70,1
	Mulher	11,5	90,9	28,7	29,6	29,9
Construção civil	Homem	99,4	63,5	97,2	96,9	97,3
	Mulher	0,6	36,5	2,8	3,1	2,7
SIUP	Homem	94,2	26,6	81,0	88,9	85,7
	Mulher	5,8	73,4	19,0	11,1	14,3
Serviços	Homem	72,6	5,1	54,2	42,9	49,5
	Mulher	27,4	94,9	45,8	57,1	50,5
Total	**Homem**	**81,0**	**5,5**	**65,3**	**55,6**	**59,3**
	Mulher	**19,0**	**94,5**	**34,7**	**44,4**	**40,7**
			2004			
Agropecuária	Homem	90,2	3,3	82,5	76,0	68,0
	Mulher	9,8	96,7	17,5	24,0	32,0
Extração mineral	Homem	98,1	50,2	88,2	89,9	93,1
	Mulher	1,9	49,8	11,8	10,1	6,9
Indústria	Homem	81,9	9,3	70,5	65,2	62,9
	Mulher	18,1	90,7	29,5	34,8	37,1
Construção civil	Homem	99,2	76,6	96,9	98,2	97,5
	Mulher	0,8	23,4	3,1	1,8	2,5
SIUP	Homem	95,7	35,2	73,2	78,8	84,7
	Mulher	4,3	64,8	26,8	21,2	15,3
Serviços	Homem	70,3	7,4	53,6	44,6	48,8
	Mulher	29,7	92,6	46,4	55,4	51,2
Total	**Homem**	**79,0**	**7,9**	**65,2**	**56,4**	**58,2**
	Mulher	**21,0**	**92,1**	**34,8**	**43,6**	**41,8**
			2006			
Agropecuária	Homem	89,0	5,9	81,9	74,8	67,0
	Mulher	11,0	94,1	18,1	25,2	33,0
Extração mineral	Homem	97,8	57,8	92,5	82,4	93,5
	Mulher	2,2	42,2	7,5	17,6	6,5
Indústria	Homem	79,9	14,0	71,9	64,7	62,8
	Mulher	20,1	86,0	28,1	35,3	37,2
Construção civil	Homem	98,8	86,8	95,5	97,3	97,0
	Mulher	1,2	13,2	4,5	2,7	3,0
SIUP	Homem	91,7	30,5	79,6	81,1	82,0
	Mulher	8,3	69,5	20,4	18,9	18,0
Serviços	Homem	68,1	10,1	53,6	44,9	48,4
	Mulher	31,9	89,9	46,4	55,1	51,6
Total	**Homem**	**76,9**	**11,7**	**64,6**	**55,8**	**57,5**
	Mulher	**23,1**	**88,3**	**35,4**	**44,2**	**42,5**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Por último, cabem algumas observações sobre a distribuição dos rendimentos da população ocupada pelos setores econômicos (Tabelas 9a e 9b). Houve uma queda dramática dos rendimentos do trabalho no período: todos perderam rendimentos, mas não de forma igualitária; aparentemente aumentou a igualdade entre os sexos, na medida em que as mulheres tiveram seus rendimentos mais protegidos. Veja-se que os rendimentos femininos caíram 10,4%, enquanto, para o sexo masculino, a queda foi de 25,7% entre 1993 e 2006. A reestruturação produtiva destruiu os postos de trabalho de grandes empresas e isso provocou uma mudança no emprego masculino. De toda maneira, a queda não foi homogênea no período: o rendimento total feminino cresceu entre 1993 e 1998; provavelmente o fim da inflação ajudou as mulheres, já que estas estão majoritariamente ocupadas no setor de serviços. Essas atividades tiveram maiores ganhos que os demais setores logo depois da estabilização, porque os serviços não sofreram a concorrência dos importados, como as mercadorias. Mas logo tudo mudou e a estagnação econômica deteriorou as rendas do trabalho de forma irremediável, e homens e mulheres sofreram igualmente.

Apesar da manutenção da política monetária e fiscal restritiva, depois da mudança do governo em 2003 teve-se uma alteração nessa trajetória de queda, provavelmente devido à política relativa ao salário mínimo praticada pelo Governo Lula. Observe-se que entre 1998 e 2001 a queda dos rendimentos totais femininos foi de menos 19,8%, enquanto para o período 2001/2004 essa taxa foi de menos 17,6%. Essa trajetória de queda é interrompida por esta política salarial, pois analisando a trajetória dos rendimentos entre 2004 e 2006 verifica-se um crescimento de 16,6% dos rendimentos reais femininos e de 14,2% dos masculinos. Todos ganharam, mas as mulheres um pouco mais. Talvez essa elevação dos rendimentos femininos expressem a luta feminista de "*salário igual para trabalho igual*", consigna internacional do movimento de mulheres desde os anos 1960.

No caso das agricultoras houve uma diminuição ainda mais acentuada: considerando os anos 1998/2001, a queda foi de menos 19,6%; e calculando para o período 2001/2004, essa diminuição foi de apenas menos 2,5%. Mas o mais espetacular é a elevação real dos rendimentos, entre 2006 e 2004, das mulheres rurais; houve um crescimento de 31,5% desses rendimentos em 2006 em relação a 2004; para os homens também houve crescimento, mas bem mais modesto, isto é, ele foi de 8,9% no período. Provavelmente essa melhoria dos rendimentos da agropecuária está relacionada ao financiamento das safras feito para a agricultura familiar, tão incentivado pela política agrária do atual governo, bem como à política de elevação do salário mínimo. Mas não devemos esquecer que essa expansão mais espetacular dos rendimentos femininos na ocupação rural pode

também expressar uma mudança comportamental acerca do papel das mulheres, que na vida urbana já está mais avançada.

O trabalho no meio rural continua sendo o de pior remuneração; o rendimento médio por hora trabalhada nas atividades agropecuárias é muito inferior à média de remuneração por hora trabalhada no país, e essa tendência permaneceu nesses anos. Talvez o fato de no meio rural a produção de mercadorias e a produção para o próprio consumo ter a possibilidade de convivência tão fácil permita a existência de uma diferença tão forte entre os rendimentos rurais e urbanos. É claro que não se deve esquecer a concentração da estrutura da propriedade fundiária como um dos elementos-chave para a compreensão dessa questão (Tabelas 9a e 9b).

Essa precária apropriação da renda agropecuária pelos(as) trabalhadores(as) rurais explica a pobreza que caracteriza o meio rural. Melo (2004, p. 28), construindo uma linha de pobreza segundo gênero para a sociedade brasileira, concluiu que há uma concentração da pobreza nas ocupações agropecuárias: 65% dos homens e 53% das mulheres que viviam numa situação de indigência no Brasil, em 2001, eram agricultores(as). Essas conclusões são também avalizadas por outros pesquisadores, tais como Ney & Hoffmann (2003), Buainain et al. (2004). Estudando a distribuição da renda na agropecuária, afirmam que devido à concentração da propriedade da terra no Brasil, essas atividades apresentam a pior distribuição de renda de todas as atividades econômicas. Isso seguramente é devido à posse e concentração da terra. A área média dos empreendimentos dos empregadores agrícolas é de 221ha, enquanto na agricultura familiar, na qual os negócios agrícolas são realizados em boa parte por agricultores(as) por conta própria, a média desses empreendimentos é de 26,2ha (Ney; Hoffmann, 2003, p. 149). Assim, as ocupações na agropecuária refletem melhor o patrimônio das pessoas do que nos demais setores econômicos, porque na agricultura o empregador é o proprietário da terra. O acesso à terra é negado aos pobres rurais, impedindo-os de melhorar sua situação e consequentemente bloqueando o desenvolvimento local. Buainain et al. (2004, p. 9 e 10) complementam esse raciocínio afirmando que além disso a estrutura fundiária brasileira é deficiente, porque são incompletos os direitos de propriedade, como é o caso dos arrendatários, parceiros e meeiros.

Com relação à diferença entre os rendimentos de ambos os sexos nos setores econômicos, a agropecuária apresenta os rendimentos mais próximos entre mulheres e homens em todo o período. É a igualdade da miséria. Ressalte-se que o maior contingente feminino nessas atividades é de mulheres ocupadas sem re-

muneração e na produção para o autoconsumo, e essas trabalhadoras têm rendimentos "zero" (Tabelas 9a e 9b). O rendimento maior das mulheres na atividade da construção civil deve-se ao fato de que estas ocupam postos de trabalho de escritório; elas não são peões de obras como os homens; o mesmo raciocínio vale para as atividades da indústria extrativa mineral (embora, neste caso, possa haver um problema estatístico devido à escassez de observações da amostra).

Tabela 9a – **Renda média mensal e renda média por hora trabalhada segundo setor econômico e sexo / Brasil – 1993/1993/1998 (valores em reais de setembro de 2006)**

Setor	Renda mensal		Renda p/hora trab.	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1993				
Agropecuária	691,83	346,02	3,72	2,92
Extração mineral	1.394,75	1.027,11	7,79	6,13
Indústria	1.579,83	819,37	8,92	5,24
Construção civil	845,01	1.036,04	4,72	6,77
SIUP	2.601,20	2.192,34	15,93	14,08
Serviços	1.560,50	775,55	9,27	5,80
Total	**1.293,18**	**762,50**	**7,49**	**5,59**
1995				
Agropecuária	612,47	304,59	3,79	2,51
Extração mineral	1.392,67	2.062,39	7,90	19,36
Indústria	1.561,51	875,09	9,05	5,72
Construção civil	1.035,71	1.629,55	5,77	10,88
SIUP	2.558,36	2.221,71	16,06	14,14
Serviços	1.654,52	861,60	10,06	6,36
Total	**1.343,29**	**840,73**	**8,06**	**6,14**
1998				
Agropecuária	596,45	333,86	3,40	3,05
Extração mineral	1.498,14	1.930,47	8,28	13,75
Indústria	1.510,12	924,31	8,60	5,99
Construção civil	995,39	888,78	5,64	6,27
SIUP	2.281,98	1.950,20	14,20	12,57
Serviços	1.674,65	929,15	10,25	6,87
Total	**1.355,58**	**905,45**	**8,09**	**6,63**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo ;Di Sabbato, 2007.
Obs.: Os valores de 1993, 1995 e 1998 foram corrigidos para 2006 pelo IGP-DI, da FGV.

***Tabela 9b* – Renda média mensal e renda média por hora trabalhada segundo setor econômico e sexo / Brasil – 2001/2004/2006 (valores em reais de setembro de 2006)**

Setor	Renda mensal		Renda p/hora trab.	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2001				
Agropecuária	486,40	274,76	2,97	2,45
Extração mineral	1.226,06	970,67	7,16	5,55
Indústria	1.145,69	667,50	6,90	4,35
Construção civil	707,60	948,69	4,01	8,45
SIUP	1.656,61	1.593,22	10,65	10,30
Serviços	1.279,51	748,00	7,89	5,54
Total	**1.048,44**	**724,46**	**6,39**	**5,32**
2004				
Agropecuária	455,69	257,14	2,79	2,39
Extração mineral	1.166,29	1.172,13	14,66	7,56
Indústria	907,10	488,24	5,30	3,32
Construção civil	569,34	998,04	3,42	6,24
SIUP	1.394,50	1.150,48	8,54	7,60
Serviços	1.011,71	613,69	6,48	4,63
Total	**839,93**	**585,05**	**5,30**	**4,38**
2006				
Agropecuária	496,59	338,32	3,41	3,57
Extração mineral	944,47	1.158,02	5,56	7,53
Indústria	1.062,08	576,83	6,30	3,93
Construção civil	657,31	1.521,92	3,87	9,75
SIUP	1.299,53	1.266,61	7,83	7,97
Serviços	1.146,77	707,76	7,34	5,40
Total	**959,76**	**682,55**	**6,06**	**5,16**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.
Obs.: Os valores de 2001 e 2004 foram corrigidos para 2006 pelo IGP-DI, da FGV.

Trabalho rural: assalariamento, sem remuneração e autoconsumo

A análise do trabalho rural expõe para os cientistas sociais uma problemática interessante, que diz respeito ao grande peso de ocupados sem remuneração nessas atividades. Melo & Di Sabbato (2000 e 2006), ao tratarem essa questão sob a perspectiva de gênero, relacionam-na ao problema da invisibilidade do trabalho feminino reprodutor da vida. A proporção de mulheres ocupadas sem remuneração é significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia. Aparentemente, a questão tratada pela teoria feminista, da invisibilidade do trabalho feminino, aplica-se adequadamente ao meio rural[12].

Este item analisa a ocupação da população economicamente ativa nas atividades agropecuárias no país nos anos de 1993, 1995, 1998, 2001, 2004 e 2006. Observa-se que diminuiu a ocupação no trabalho não remunerado para ambos os sexos. É preciso ressaltar que em maior escala para os homens, mas nas atividades para autoconsumo a participação de ambos os sexos cresceu ao longo desses anos. As mulheres mantiveram uma taxa de participação homogênea nas atividades de autoconsumo e em 2006 essa taxa deu um pulo. O trabalho masculino para essas atividades foi, nesses anos, também aumentando sua participação até o salto de 2006 (Tabelas 10a e 10b).

Quais as razões que levaram os homens a incrementar suas atividades laborais na produção para o autoconsumo? A resposta talvez seja encontrada na queda da renda sofrida pela população rural nesses anos, como demonstram as Tabelas 9a e 9b, já que permanece sempre um patamar muito alto de trabalhadoras rurais realizando atividades para autoconsumo: são 40% das ocupadas do sexo feminino que se dedicam a essas atividades, e em 2006 essa taxa de participação feminina saltou para 46,6%. Esse súbito crescimento não muda a importante situação do autoconsumo na ocupação das trabalhadoras rurais.

Acreditamos que as atividades de autoconsumo estão diretamente vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano. É como se a família rural vivesse numa

12 Melo & Di Sabbato (2000 e 2006) analisam essa questão dos ocupados segundo o seguinte critério: as informações podem ser agregadas de acordo com o *critério restrito*. Assim, a população ocupada (PO) na agropecuária seria determinada pelos ocupados remunerados e pelos não remunerados com jornada de trabalho semanal de 15 horas e mais, excluídos os ocupados na produção de autoconsumo. Pelo *critério amplo*, a ocupação abrangeria essa PO excluída, ou seja, todos os ocupados na produção de autoconsumo e os não remunerados com jornada de trabalho semanal inferior a 15 horas (com pelo menos uma hora de trabalho).

etapa pré-capitalista, na qual a produção dos alimentos continuasse como uma produção de valor de uso, diferentemente da separação ocorrida no meio urbano. No contexto urbano, a família não é mais uma unidade produtora de alimentos, mas apenas consumidora das mercadorias produzidas fora de casa. A massiva presença feminina no exercício dessas atividades deve-se seguramente ao fato de que essa produção de autoconsumo é provavelmente vista como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora das necessidades da família. E, de modo geral, esse papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrindo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho.

É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino. No caso feminino, essa realidade fica ainda mais dura, porque temos um grande contingente trabalhando sem remuneração, isto é, as mulheres trabalham, mas não usufruem a independência que a renda monetária propicia ao trabalhador masculino.

Nossa leitura desse fato é que, além da diferenciação das relações sociais do trabalho no campo quando comparadas com o trabalho urbano, essa diversidade de situações enfrentadas pelas mulheres rurais expressa, mais do que qualquer evidência, a existência de relações patriarcais na definição do papel da mulher. No entanto, não se pode esquecer que também há um número enorme de homens (mais de um milhão e meio) que são trabalhadores sem remuneração. Esse parece ser o paradoxo do meio rural, pois, ao contrário da vida urbana, em que todos os produtos são mercadorias, no rural uma parte da produção é retida nas unidades domiciliares para uso próprio, e, provavelmente, quanto mais pobre a família rural maior parcela da sua jornada é ocupada com atividades de autoconsumo[13].

Para este estudo será utilizada a mensuração do pessoal ocupado que inclui o trabalho de autoconsumo e todos os trabalhadores sem remuneração com pelo menos uma hora de trabalho semanal, porque, dessa forma, é possível captar melhor as sutilezas do trabalho feminino no meio rural, como mostram as Tabelas 10a e 10b.

13 Talvez a dimensão dessa problemática seja possível pela análise dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, que permitiria mensurar o valor da produção consumida pelas famílias e assim conhecer o valor da produção de autoconsumo.

Tabela 10a – Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo Brasil – 1993/1995/1998

Categoria de Pessoal ocupado	1993		1995		1998	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Remunerado	8.636.042	1.189.148	8.711.060	1.153.451	7.984.913	1.027.652
Não remunerado	2.659.237	2.476.181	2.558.421	2.542.903	2.239.542	2.107.696
Autoconsumo	634.720	2.547.837	671.909	2.564.890	771.488	2.206.809
Total	11.929.999	6.213.166	11.941.390	6.261.244	10.995.943	5.342.157
% de não remun. s/total	22,3	39,9	21,4	40,6	20,4	39,5
% de autocons. s/total	5,3	41,0	5,6	41,0	7,0	41,3

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 10b – Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo Brasil – 2001/2004/2006

Categoria de Pessoal ocupado	2001		2004		2006	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Remunerado	7.816.678	1.013.517	8.894.924	1.189.229	8.543.643	1.120.064
Não remunerado	1.874.586	1.946.627	2.090.562	2.171.936	1.639.228	1.919.823
Autoconsumo	885.952	1.996.867	1.077.475	2.309.709	1.388.335	2.653.213
Total	10.577.216	4.957.011	12.062.961	5.670.874	11.571.206	5.693.100
% de não remun. s/total	17,7	39,3	17,3	38,3	14,2	33,7
% de autocons. s/total	8,4	40,3	8,9	40,7	12,0	46,6

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

As Tabelas 11a e 11b analisam o pessoal ocupado segundo a jornada de trabalho semanal. Observa-se que os trabalhadores rurais com carteira e sem carteira, mulheres e homens, trabalham 15 horas ou mais por semana. A ocupação por conta própria (pequeno produtor) para os homens mantém a mesma tendência dos trabalhadores remunerados, mas as mulheres apresentam uma diferença, em 2006 houve 18,7% delas declarando jornada de trabalho inferior a 15 horas. De forma interessante em todos os indicadores de sem remuneração e autocon-

sumo no ano de 2006 cresceram suas participações. Para as mulheres empregadoras ampliou-se para 23% a participação delas em jornadas menores de 15 horas semanais, contra 15,9% em 2004; essa tendência também foi similar para o sexo masculino. Só que esses empregadores com jornadas menores de 15 horas semanais são apenas 4,2% e a elevação foi de um ponto percentual comparado com 2004. As informações referentes ao período 2001 e 2004 mostram uma situação mutante: há um pequeno crescimento da participação feminina em jornadas de trabalho acima de 15 horas semanais e isso foi mais significativo para as empregadoras, mas em 2006 essa tendência não permanece.

Verifica-se uma situação peculiar na ocupação dedicada ao autoconsumo. A predominância da ocupação feminina é na jornada de menos de 15 horas, 67,5% do total feminino na categoria, ao passo que em relação aos homens essa proporção é de apenas 32,4% (2006). Isso, a nosso ver, mostra o peso da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres necessitam conciliar os afazeres domésticos com atividades produtivas, sejam elas remuneradas ou não, destacando-se a sua responsabilidade com a reprodução da família.

Todavia, o trabalho remunerado (assalariados, por conta própria e empregadores) cresce no campo, embora lentamente, como demonstram as tabelas (10a e 10b) apresentadas neste trabalho. Essa tendência já está explicitada em 1993, e permanece nos anos seguintes 1995, 1998, 2001, 2004 e 2006, sobretudo para os homens. Há uma pequena redução da participação feminina nos trabalhos para autoconsumo e sem remuneração. Assim, as informações apontam para o avanço de relações assalariadas para as trabalhadoras rurais. Por último, observa-se que embora as mulheres tenham declarado um aumento das horas trabalhadas semanalmente, a diferença das jornadas de trabalho permanece. Isso reflete o estereótipo dos papéis masculino e feminino ainda muito forte no meio rural, que consagra o papel de provedor ao homem e dos cuidados com a reprodução às mulheres, pois, em 2006, das trabalhadoras rurais com remuneração, 11,4% delas declaram uma jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais, enquanto para os homens na mesma situação essa taxa de participação é de apenas 2,4% (ver as Tabelas 11a e 11b).

Para complementar essa visão, as Tabelas 12a e 12b abrem os dados da jornada de trabalho por faixa de horas semanais para os ocupados rurais por sexo. *Esses dados explicitam a nosso ver a questão da invisibilidade do trabalho da mulher de forma inequívoca*. Em 2006, praticamente um terço das trabalhadoras rurais (31,5%) declararam jornada de trabalho de até 10 horas semanais, contra 5,5% dos homens. E o mais espantoso é que 12,8% delas tenham declarado jorna-

da de trabalho de até 5 horas semanais. Essas taxas de participações são idênticas para os demais anos, apenas com pequenas variações. Essas jornadas tão baixas expressam o entendimento que as mulheres rurais têm do que seja “trabalho”. Diferentemente das trabalhadoras urbanas, que têm que sair de casa para realizar suas tarefas extracasa, no campo essa questão aparece de forma diversa. A distinção, na prática, é bastante sutil, na medida em que é difícil distinguir o trabalho por ela realizado na horta e no quintal do seu cotidiano de dona de casa, o que leva a uma subestimação da jornada dedicada à atividade agropecuária.

Talvez a difusão da luta das mulheres por igualdade mostre-se num pequeno detalhe da Tabela 12b: entre os anos de 2001 e 2006 aumentaram dois pontos percentuais os homens que declararam jornada de trabalho de até 20 horas, o que contraria a imagem masculina de provedor da família ou essas declarações indicam atividades exercidas fora da agropecuária. De qualquer maneira, fica o destaque e a interrogação: por que as mulheres nessa situação significam a metade da população feminina ocupada na agropecuária?

As informações das Tabelas 10a e 10b, 11a e 11b e 12a e 12b mostram uma situação estável ao longo dos anos considerados neste estudo. As transformações estão ocorrendo mais lentamente, quando se olha para a ocupação total da agropecuária, embora a leitura mais acurada dessas tabelas mostre que há uma diminuição expressiva da ocupação sem remuneração, apesar de contrabalançado pelo aumento das atividades de autoconsumo, sobretudo em 2006. Mas o conjunto transmite uma sensação de que permanece o *status quo* do papel feminino no meio rural. Como se ele não tivesse sido abalado pelas reivindicações do movimento de mulheres, o que também é enganoso – as trabalhadoras rurais têm estado presentes com muita força no cenário político nacional e essas imperceptíveis mudanças são frutos dessas ações.

Tabela 11a **– Participação percentual das posições na ocupação agropecuária segundo a jornada semanal de trabalho / Brasil – 1993/1995/1998**

Posição na ocupação	*Homem*		*Mulher*	
	- de 15 horas	*15 horas e +*	*- de 15 horas*	*15 horas e +*
1993				
Empregado c/carteira	0,2	99,8	0,4	99,6
Empregado s/carteira	0,7	99,3	1,7	98,3
Conta própria	1,3	98,7	6,7	93,3
Empregador	1,6	98,4	10,1	89,9
Remunerado total	0,9	99,1	4,3	95,7
Autoconsumo	40,1	59,9	73,6	26,4
Sem remuneração	5,2	94,8	8,0	92,0
Não remunerado total	12,0	88,0	41,3	58,7
Total geral	**4,0**	**96,0**	**34,2**	**65,8**
1995				
Empregado c/carteira	0,3	99,7	0,8	99,2
Empregado s/carteira	0,7	99,3	2,8	97,2
Conta própria	1,6	98,4	10,6	89,4
Empregador	2,7	97,3	19,9	80,1
Remunerado total	1,2	98,8	7,1	92,9
Autoconsumo	35,0	65,0	71,9	28,1
Sem remuneração	6,0	94,0	9,3	90,7
Não remunerado total	12,0	88,0	40,7	59,3
Total geral	**4,1**	**95,9**	**34,6**	**65,4**
1998				
Empregado c/carteira	0,4	99,6	1,1	98,9
Empregado s/carteira	0,8	99,2	2,2	97,8
Conta própria	2,1	97,9	11,7	88,3
Empregador	2,1	97,9	14,0	86,0
Remunerado total	1,4	98,6	7,5	92,5
Autoconsumo	31,4	68,6	72,8	27,2
Sem remuneração	7,3	92,7	9,9	90,1
Não remunerado total	13,5	86,5	42,1	57,9
Total geral	**4,7**	**95,3**	**35,4**	**64,6**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

***Tabela 11b* – Participação percentual das posições na ocupação agropecuária segundo a jornada semanal de trabalho / Brasil – 2001/2004/2006**

Posição na ocupação	*Homem*		*Mulher*	
	- de 15 horas	*15 horas e +*	*- de 15 horas*	*15 horas e +*
2001				
Empregado c/carteira	0,2	99,8	0,9	99,1
Empregado s/carteira	1,6	98,4	5,1	94,9
Conta própria	2,1	97,9	16,2	83,8
Empregador	5,1	94,9	17,5	82,5
Remunerado total	1,8	98,2	10,7	89,3
Autoconsumo	32,7	67,3	68,5	31,5
Sem remuneração	9,7	90,3	12,9	87,1
Não remunerado total	17,1	82,9	41,1	58,9
Total geral	**5,8**	**94,2**	**34,9**	**65,1**
2004				
Empregado c/carteira	0,4	99,6	0,8	99,2
Empregado s/carteira	1,3	98,7	3,6	96,4
Conta própria	2,3	97,7	15,7	84,3
Empregador	3,3	96,7	15,9	84,1
Remunerado total	1,7	98,3	9,5	90,5
Autoconsumo	31,4	68,6	66,8	33,2
Sem remuneração	12,0	88,0	14,2	85,8
Não remunerado total	18,6	81,4	41,3	58,7
Total geral	**6,1**	**93,9**	**34,7**	**65,3**
2006				
Empregado c/carteira	0,3	99,7	1,6	98,4
Empregado s/carteira	2,3	97,7	4,0	96,0
Conta própria	3,1	96,9	18,7	81,3
Empregador	4,2	95,8	23,0	77,0
Remunerado total	2,4	97,6	11,4	88,6
Autoconsumo	32,4	67,6	67,5	32,5
Sem remuneração	14,4	85,6	16,1	83,9
Não remunerado total	22,7	77,3	45,9	54,1
Total geral	**7,7**	**92,3**	**39,1**	**60,9**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 12a – **Pessoal ocupado na agropecuária por jornada de trabalho segundo sexo (%) / Brasil – 1993/1995/1998**

Faixas de Horas Semanais Trabalhadas	% s/ total		% na faixa	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1993				
1	0,06	0,47	18,38	81,62
Mais de 1 a 5	0,71	8,81	13,38	86,62
Mais de 5 a 10	2,11	18,43	18,03	81,97
Mais de 10 a 20	9,36	26,01	40,87	59,13
Mais de 20 a 30	10,79	17,56	54,11	45,89
Mais de 30 a 40	21,83	13,78	75,25	24,75
Mais de 40 a 44	6,70	2,27	84,99	15,01
Mais de 44 a 48	18,07	4,89	87,64	12,36
Mais de 48	30,37	7,75	88,26	11,74
Não identificado	0,01	0,01	62,77	37,23
Total	**100,00**	**100,00**	**65,75**	**34,25**
1995				
1	0,08	0,94	14,2	85,8
Mais de 1 a 5	0,64	9,02	11,9	88,1
Mais de 5 a 10	2,22	17,71	19,3	80,7
Mais de 10 a 20	10,13	27,84	41,0	59,0
Mais de 20 a 30	10,72	17,69	53,6	46,4
Mais de 30 a 40	22,99	13,04	77,1	22,9
Mais de 40 a 44	6,07	1,82	86,4	13,6
Mais de 44 a 48	18,27	4,90	87,7	12,3
Mais de 48	28,86	7,03	88,7	11,3
Não identificado	0,02	0,01	71,7	28,3
Total	**100,00**	**100,00**	**65,6**	**34,4**
1998				
1	0,10	0,93	17,49	82,51
Mais de 1 a 5	0,73	10,66	12,39	87,61
Mais de 5 a 10	2,58	17,68	23,13	76,87
Mais de 10 a 20	11,95	26,34	48,29	51,71
Mais de 20 a 30	11,56	17,44	57,70	42,30
Mais de 30 a 40	21,01	12,08	78,16	21,84
Mais de 40 a 44	6,38	2,10	86,21	13,79
Mais de 44 a 48	17,60	5,32	87,20	12,80
Mais de 48	28,02	7,39	88,64	11,36
Não identificado	0,07	0,05	73,36	26,64
Total	**100,00**	**100,00**	**67,30**	**32,70**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 12b – **Pessoal ocupado na agropecuária por jornada de trabalho segundo sexo (%) / Brasil – 2001/2004/2006**

Faixas de Horas Semanais Trabalhadas	*% s/total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
2001				
1	0,08	0,66	21,12	78,88
Mais de 1 a 5	1,12	8,64	21,65	78,35
Mais de 5 a 10	2,90	17,54	26,09	73,91
Mais de 10 a 20	10,30	26,71	45,13	54,87
Mais de 20 a 30	11,32	18,55	56,56	43,44
Mais de 30 a 40	21,73	14,12	76,66	23,34
Mais de 40 a 44	6,70	2,16	86,88	13,12
Mais de 44 a 48	17,91	4,40	89,68	10,32
Mais de 48	27,84	7,19	89,20	10,80
Não identificado	0,10	0,03	85,81	14,19
Total	**100,00**	**100,00**	**68,09**	**31,91**
2004				
1	0,14	0,75	29,08	70,92
Mais de 1 a 5	1,18	8,96	21,86	78,14
Mais de 5 a 10	2,96	17,27	26,73	73,27
Mais de 10 a 20	11,40	28,13	46,29	53,71
Mais de 20 a 30	12,81	18,91	59,04	40,96
Mais de 30 a 40	23,36	12,86	79,44	20,56
Mais de 40 a 44	7,62	2,79	85,33	14,67
Mais de 44 a 48	16,58	4,38	88,96	11,04
Mais de 48	23,93	5,94	89,56	10,44
Não identificado	0,02	0,03	66,44	33,56
Total	**100,00**	**100,00**	**68,02**	**31,98**
2006				
1	0,22	1,50	22,97	77,03
Mais de 1 a 5	1,77	11,28	24,18	75,82
Mais de 5 a 10	3,59	18,74	28,06	71,94
Mais de 10 a 20	11,94	28,76	45,77	54,23
Mais de 20 a 30	12,88	16,08	61,95	38,05
Mais de 30 a 40	24,94	11,31	81,76	18,24
Mais de 40 a 44	7,71	2,91	84,32	15,68
Mais de 44 a 48	14,82	3,74	88,96	11,04
Mais de 48	22,09	5,69	88,76	11,24
Não identificado	0,02	0,00	100,00	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**67,02**	**32,98**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Um perfil da mão de obra rural

Este item faz uma análise dos perfis dos ocupados nas atividades agropecuárias, segundo os seguintes indicadores: sexo, cor/raça, idade, escolaridade e posição na família para o período considerado neste estudo. Nas Tabelas 13a e 13b são apresentadas a distribuição da população ocupada segundo a raça/cor e sexo. A primeira constatação é que os ocupados rurais são pretos e pardos (negros) numa taxa de participação maior do que a encontrada na demografia nacional. Provavelmente, o mundo rural engloba um grande contingente de pobres e isso se reflete num maior peso da população parda/preta no setor agropecuário.

As informações das Tabelas 13a e 13b mostram ainda que a população parda feminina e masculina é que faz a diferença; são eles que dão o tom da pele dos ocupados rurais. Outra observação refere-se à queda na taxa de participação das mulheres brancas em cerca de oito pontos percentuais, o que talvez sugira que o êxodo feminino do meio rural foi mais acentuado entre as mulheres brancas. Talvez esse dado expresse também o fato de que em 2004, a pesquisa, ao abranger a zona rural da Região Norte, tenha elevado um pouco a taxa de participação dos pretos e pardos.

***Tabela 13a* – Pessoal ocupado na agropecuária por cor/raça segundo o sexo (%) Brasil – 1993/1995/1998**

Cor/raça	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
		1993		
Indígena	0,3	0,4	59,7	40,3
Branca	44,5	48,2	64,0	36,0
Preta	5,3	4,9	67,6	32,4
Amarela	0,4	0,3	67,7	32,3
Parda	49,5	46,2	67,3	32,7
Total	**100,0**	**100,0**	**65,8**	**34,2**
		1995		
Indígena	0,25	0,40	54,6	45,4
Branca	43,36	47,63	63,5	36,5
Preta	5,21	4,46	69,0	31,0
Amarela	0,33	0,37	62,7	37,3
Parda	50,84	47,11	67,3	32,7
Total	**0,01**	**0,04**	**24,4**	**75,6**
		1998		
Indígena	0,3	0,3	64,9	35,1
Branca	42,6	44,6	66,3	33,7
Preta	5,8	5,7	67,8	32,2
Amarela	0,4	0,3	73,4	26,6
Parda	50,9	49,1	68,1	31,9
Total	**100,0**	**100,0**	**67,3**	**32,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 13b – **Pessoal ocupado na agropecuária por cor/raça segundo o sexo (%) Brasil – 2001/2004/2006**

Cor/raça	% sobre o total		% na faixa	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2001				
Branca	41,21	45,47	65,91	34,09
Preta	5,15	4,65	70,27	29,73
Amarela	0,27	0,28	67,07	32,93
Parda	53,17	49,39	69,67	30,33
Sem declaração	0,02	0,01	74,23	25,77
Total	**100,00**	**100,00**	**68,09**	**31,91**
2004				
Indígena	0,2	0,1	72,7	27,3
Branca	39,6	42,0	66,7	33,3
Preta	5,5	5,3	68,7	31,3
Amarela	0,3	0,2	71,4	28,6
Parda	54,5	52,3	68,9	31,1
Total	**100,0**	**100,0**	**68,0**	**32,0**
2006				
Indígena	0,2	0,3	63,1	36,9
Branca	38,4	41,0	65,5	34,5
Preta	6,7	5,9	69,7	30,3
Amarela	0,2	0,2	66,1	33,9
Parda	54,5	52,6	67,8	32,2
Sem declaração	0,0	0,0	100,0	0,0
Total	**100,0**	**100,0**	**67,0**	**33,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Nas Tabelas 14a e 14b foram cruzadas as informações de sexo e idade. Esse indicador explicita a questão da masculinização do meio rural já colocada por outros autores (Abramovay et al., 1997) e reiterada por este estudo. As meninas, adolescentes e jovens do sexo feminino, aparentemente, migram do campo para as cidades, como sugerem as informações apresentadas nas tabelas abaixo. Note-se que em nenhuma faixa há um predomínio das mulheres: estas permanecem sempre próximas de um terço de participação e essa taxa cai mais um pouco para as faixas etárias mais jovens.

Os números apresentados nas Tabelas 14a e 14b também indicam uma redução razoável do trabalho infantil para meninas e meninos; as faixas etárias de 10/14 anos e 15/16 anos caíram cerca de oito pontos percentuais ao longo do período. Provavelmente esse fato reflete a campanha internacional de combate ao trabalho infantil, como também a postura do governo brasileiro de reprimir a utilização do trabalho de menores, embora os dados de 2006 acendam um sinal vermelho: cresceu um pouco o número de meninas de 10/14 anos nas lides rurais. Talvez isso tenha relação com o serviço doméstico remunerado no meio rural.

Quando é considerada a distribuição etária de cada sexo nota-se que também no mundo rural há um percentual maior de mulheres com 60 anos e mais; isso denota que essa população também envelheceu e vive um pouco mais que os homens, como vem acontecendo nas cidades, acompanhando assim a transição demográfica pela qual passa a população do Brasil (Tabelas 14a e 14b).

Tabela 14a – Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e idade (%)
Brasil – 1993/1995/1998

Faixas de Idade (anos)	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
1993				
10 a 14	11,7	9,6	70,1	29,9
15 a 16	6,6	4,6	73,3	26,7
17 a 24	20,2	14,0	73,5	26,5
25 a 29	9,5	9,6	65,4	34,6
30 a 39	16,2	19,0	62,0	38,0
40 a 49	13,3	16,2	61,1	38,9
50 a 59	10,8	13,9	59,8	40,2
60 a 64	4,6	5,3	62,3	37,7
65 e mais	7,2	7,7	64,3	35,7
Total	**100,0**	**100,0**	**65,8**	**34,2**
1995				
10 a 14	11,206	9,744	68,7	31,3
15 a 16	6,523	4,442	73,7	26,3
17 a 24	19,170	13,236	73,4	26,6
25 a 29	9,300	9,690	64,7	35,3
30 a 39	16,855	18,468	63,5	36,5
40 a 49	13,763	16,428	61,5	38,5
50 a 59	11,231	14,506	59,6	40,4
60 a 64	4,464	5,384	61,3	38,7
65 e mais	7,483	8,099	63,8	36,2
Sem declaração	0,005	0,004	70,4	29,6
Total	**100,000**	**100,000**	**65,6**	**34,4**
1998				
10 a 14	9,8	8,4	70,5	29,5
15 a 16	5,9	4,0	75,3	24,7
17 a 24	18,3	12,4	75,3	24,7
25 a 29	8,8	8,3	68,6	31,4
30 a 39	17,5	19,5	64,9	35,1
40 a 49	14,5	16,9	63,8	36,2
50 a 59	12,2	15,9	61,3	38,7
60 a 64	4,8	6,0	62,5	37,5
65 e mais	8,3	8,7	66,1	33,9
Total	**100,0**	**100,0**	**67,3**	**32,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 14b **– Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e idade (%)**
Brasil – 2001/2004/2006

Faixas de Idade (anos)	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
2001				
10 a 14	7,50	5,86	73,18	26,82
15 a 16	5,34	3,25	77,79	22,21
17 a 24	18,24	12,61	75,52	24,48
25 a 29	9,44	8,38	70,62	29,38
30 a 39	17,82	19,48	66,12	33,88
40 a 49	14,84	17,53	64,37	35,63
50 a 59	12,63	16,87	61,50	38,50
60 a 64	5,31	6,52	63,46	36,54
65 e mais	8,88	9,46	66,70	33,30
Sem declaração	0,00	0,02	0,00	100,00
Total	**100,00**	**100,00**	**68,09**	**31,91**
2004				
10 a 14	6,3	4,5	74,7	25,3
15 a 16	4,6	3,1	76,1	23,9
17 a 24	19,5	13,3	75,7	24,3
25 a 29	9,6	8,6	70,2	29,8
30 a 39	17,2	19,2	65,6	34,4
40 a 49	16,2	18,6	65,0	35,0
50 a 59	12,8	16,8	61,8	38,2
60 a 64	5,3	6,2	64,6	35,4
65 e mais	8,5	9,5	65,4	34,6
Total	**100,0**	**100,0**	**68,0**	**32,0**
2006				
10 a 14	6,1	4,7	72,5	27,5
15 a 16	4,3	2,6	77,2	22,8
17 a 24	17,7	11,8	75,3	24,7
25 a 29	9,3	8,6	68,6	31,4
30 a 39	17,6	18,7	65,7	34,3
40 a 49	16,1	19,1	63,1	36,9
50 a 59	13,8	17,4	61,7	38,3
60 a 64	5,4	6,6	62,5	37,5
65 e mais	9,8	10,5	65,5	34,5
Total	**100,0**	**100,0**	**67,0**	**33,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Nas Tabelas 15a e 15b apresenta-se a população ocupada rural segundo seu grau de instrução, e nota-se que a taxa de participação dos analfabetos é ainda alta, mesmo para os baixos padrões de instrução da sociedade brasileira. Ao longo desses anos, a taxa de participação dos analfabetos reduziu dez pontos percentuais, o que significa um grande avanço, e mostra que, atualmente, as novas gerações do meio rural já frequentam a escola de alguma maneira: a taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos é crescente e em 2005 essa taxa está praticamente universalizada, isto é, 98% delas estão na escola (jornal **O Globo**, 16 set. 2006).

De forma interessante, as mulheres analfabetas têm a mesma taxa de participação que apresentam no setor de atividade, isto é, elas são 32% dos analfabetos, como são 32% do total dos(das) ocupados(as) da agropecuária. Olhando para a coluna que mostra a escolaridade das mulheres entre si, vemos que 52,3% delas são analfabetas ou têm apenas três anos de estudos. É verdade que os homens também apresentam um quadro similar, 52,1% para a mesma escolaridade (ou falta de instrução). Na realidade a pouca escolaridade é grave no cotidiano do mundo rural.

Tabela 15a – **Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e grau de instrução (%) Brasil – 1993/1995/1998**

Anos de Estudo	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
1993				
0	34,1	33,3	66,3	33,7
1 a 3	33,0	32,4	66,2	33,8
4	18,4	22,0	61,7	38,3
5 a 7	8,6	7,7	68,3	31,7
8	2,5	2,1	69,3	30,7
9 a 11	2,7	2,1	70,5	29,5
12 e mais	0,6	0,2	82,2	17,8
Sem declaração	0,1	0,1	67,8	32,2
Total	**100,0**	**100,0**	**65,8**	**34,2**
1995				
0	34,9	31,8	67,7	32,3
1 a 3	32,1	33,0	65,0	35,0
4	17,8	22,2	60,5	39,5
5 a 7	8,9	8,2	67,4	32,6
8	2,7	2,3	69,2	30,8
9 a 11	2,7	2,1	71,7	28,3
12 e mais	0,7	0,3	81,0	19,0
Sem declaração	0,1	0,1	69,6	30,4
Total	**100,0**	**100,0**	**65,6**	**34,4**
1998				
0	31,7	30,1	68,5	31,5
1 a 3	32,1	32,3	67,2	32,8
4	17,6	21,1	63,2	36,8
5 a 7	11,0	10,1	69,1	30,9
8	3,2	3,2	67,4	32,6
9 a 11	3,5	2,7	72,3	27,7
12 e mais	0,8	0,4	81,7	18,3
Sem declaração	0,1	0,1	65,9	34,1
Total	**100,0**	**100,0**	**67,3**	**32,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 15b – Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e grau de instrução (%)
Brasil – 2001/2004/2006

Anos de Estudo	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
2001				
0	28,6	27,8	68,7	31,3
1 a 3	30,6	29,4	68,9	31,1
4	18,5	21,7	64,5	35,5
5 a 7	12,3	11,3	69,9	30,1
8	3,8	4,4	64,7	35,3
9 a 11	4,6	4,2	70,2	29,8
12 e mais	0,7	0,4	81,0	19,0
Sem declaração	0,9	0,7	71,5	28,5
Total	**100,0**	**100,0**	**68,1**	**31,9**
2004				
0	24,5	24,2	68,3	31,7
1 a 3	27,6	28,1	67,6	32,4
4	19,1	22,2	64,6	35,4
5 a 7	14,9	13,3	70,5	29,5
8	5,5	5,3	68,8	31,2
9 a 11	6,9	6,1	70,6	29,4
12 e mais	0,9	0,4	82,3	17,7
Sem declaração	0,5	0,3	79,5	20,5
Total	**100,0**	**100,0**	**68,0**	**32,0**
2006				
0	22,2	21,2	68,1	31,9
1 a 3	27,3	27,6	66,7	33,3
4	18,5	21,4	63,6	36,4
5 a 7	16,2	14,6	69,3	30,7
8	6,1	6,2	66,6	33,4
9 a 11	7,9	7,8	67,5	32,5
12 e mais	1,0	0,6	77,1	22,9
Sem declaração	0,8	0,6	72,9	27,1
Total	**100,0**	**100,0**	**67,0**	**33,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Por último, para fechar este breve perfil da população ocupada na agropecuária, recomenda-se a leitura das informações das Tabelas 16a e 16b com os dados relativos à posição na família dessas(es) trabalhadoras(es). Elas mostram que é relativamente baixa a taxa das famílias chefiadas por mulheres (16,2%), comparando com as trabalhadoras domésticas do Brasil metropolitano, cuja taxa de participação, em 2006, foi 35,2% (IBGE/PME, 2006). Portanto, pode-se concluir que na sociedade rural os laços patriarcais ainda são muito fortes e os casamentos em grande maioria duram até que a morte os separe (ver Goldani, 1997); mas, ao longo dos anos, lentamente vem aumentando a taxa de participação das mulheres como responsáveis pela família, o que denota uma trajetória de mudança comportamental em curso.

Nessa tabela também fica explícita a masculinização do campo. Quando se compara o número de filhos homens com o de filhas mulheres residentes nos domicílios rurais, observa-se que estas são apenas 18,1% dos filhos do pessoal ocupado na agropecuária em 2006, e aparentemente houve um ligeiro acréscimo, por que essa taxa de participação foi de 17,5% em 2004. Os filhos permanecem no campo, mas as filhas aparentemente migram para as cidades e esse processo vem paulatinamente crescendo no período considerado neste estudo. A desvalorização que cerca o papel feminino talvez tenha uma pequena contribuição para esse êxodo das mulheres do campo (Tabelas 16a e 16b).

Tabela 16a – Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e posição na família (%) / Brasil – 1993/1995/1998

Posição na família	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
1993				
Chefe	58,6	11,4	90,8	9,2
Cônjuge	0,1	63,5	0,3	99,7
Filho	37,4	22,1	76,5	23,5
Outros	3,8	3,0	70,7	29,3
Total	**100,0**	**100,0**	**65,8**	**34,2**
1995				
Chefe	59,3	12,2	90,2	9,8
Cônjuge	0,2	63,7	0,5	99,5
Filho	36,3	21,3	76,5	23,5
Outros	4,3	2,8	74,1	25,9
Total	**100,0**	**100,0**	**65,6**	**34,4**
1998				
Chefe	61,4	12,8	90,8	9,2
Cônjuge	0,4	65,3	1,2	98,8
Filho	34,4	19,1	78,7	21,3
Outros	3,9	2,8	73,8	26,2
Total	**100,0**	**100,0**	**67,3**	**32,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 16b **– Pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e posição na família (%) / Brasil – 2001/2004/2006**

Posição na família	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
2001				
Chefe	63,7	14,2	90,6	9,4
Cônjuge	0,5	68,1	1,5	98,5
Filho	31,5	15,5	81,3	18,7
Outros	4,3	2,3	79,7	20,3
Total	**100,0**	**100,0**	**68,1**	**31,9**
2004				
Chefe	63,5	14,7	90,2	9,8
Cônjuge	1,1	68,4	3,3	96,7
Filho	31,4	14,2	82,5	17,5
Outros	3,9	2,6	76,0	24,0
Total	**100,0**	**100,0**	**68,0**	**32,0**
2006				
Chefe	64,5	16,2	89,0	11,0
Cônjuge	2,1	67,8	5,9	94,1
Filho	29,3	13,2	81,9	18,1
Outros	4,1	2,8	74,8	25,2
Total	**100,0**	**100,0**	**67,0**	**33,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

As atividades agropecuárias num contexto de gênero

Analisando-se a população ocupada nas diferentes atividades agropecuárias (Tabelas 17a e 17b), verifica-se que no período estudado permanece a predominância masculina nas lavouras (permanentes e temporárias) e na pecuária, responsáveis por mais de 2/3 da ocupação dos homens, enquanto essas mesmas atividades ocupam um pouco mais de 50% do total da ocupação das mulheres, sendo que essa situação manteve-se quase que constante. Em contrapartida, aves e pequenos animais ocupam quase 1/3 do trabalho feminino, ao passo que ocupam cerca de 3% dos homens. As mulheres também se ocupam de horticultura/floricultura, numa participação crescente de 16,4% para as mulheres contra 8,1%

para os homens (2006). Verifica-se, portanto, nessas atividades, um aumento da ocupação da mão de obra masculina, indicando provavelmente uma mercantilização dessas atividades.

A avaliação da ocupação agropecuária por sexo, do ano de 2006, mostra que as trabalhadoras rurais elevaram sua participação nesse setor econômico. Foi apenas um ponto percentual, mas como os dados arrolados nesta pesquisa apresentam uma realidade de queda sistemática da participação feminina no campo, a reversão dessa tendência deve ser assinalada. Pergunta-se se há em curso uma mudança ou ainda é cedo para qualquer afirmação. Outra questão refere-se à diminuição da ocupação nas atividades de "lavouras" para ambos os sexos e a elevação da ocupação na pecuária, talvez expressando o crescimento do agronegócio.

Olhando a participação por sexo nas atividades agropecuárias, nota-se que na produção das lavouras e na pecuária a taxa de participação feminina é muito inferior: em torno de 26% a 27% nas lavouras, tanto nos anos 1990 como nos anos 2000, conforme apresentados nas Tabelas 17a e 17b. Na pecuária, a participação feminina foi decrescendo, de 17,3% em 1993, para 15,9% em 1995, 15% em 1998 e em 2001 subiu para 15,8%, caindo para 14,3% em 2004 e em 2006 subiu para 17,1%, a mesma participação de 1993.

No cuidado com aves e pequenos animais a taxa de participação feminina atinge mais de 80%, embora tenha caído um pouco entre os anos estudados. Nas atividades de horticultura e floricultura há certa equiparação entre os sexos, embora predominem os homens. Nas demais atividades há predomínio da mão de obra masculina. No total da ocupação rural fica nítida a masculinização dessas atividades, em parte porque elas exigem força física, o que naturalmente afasta as mulheres, mas, nesses anos estudados, do total da população ocupada na agropecuária a participação fica em torno de 67% para o sexo masculino e 33% para o feminino, observando-se, portanto, que a situação praticamente não mudou no período.

***Tabela 17a* – Pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo o sexo (%) Brasil – 1993/1995/1998**

Atividade	*% s/total*		*% na atividade*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
1993				
Lavouras	67,5	47,7	73,1	26,9
Pecuária	19,9	8,0	82,7	17,3
Aves e pequenos animais	1,9	27,2	11,9	88,1
Horticultura/Floricultura	4,5	11,3	43,3	56,7
Pesca/Aquicultura	3,0	0,7	88,9	11,1
Extração vegetal	1,4	4,4	38,2	61,8
Silvicultura	0,8	0,2	88,8	11,2
Apicultura/Sericicultura	0,4	0,3	72,1	27,9
Atividade não especificada	0,5	0,1	92,1	7,9
Total	**100,0**	**100,0**	**65,8**	**34,2**
1995				
Lavouras	64,1	47,0	72,2	27,8
Pecuária	20,9	7,6	84,1	15,9
Aves e pequenos animais	2,1	29,3	12,1	87,9
Horticultura/Floricultura	6,0	10,4	52,3	47,7
Pesca/Aquicultura	3,7	0,9	88,1	11,9
Extração vegetal	1,7	3,9	45,4	54,6
Silvicultura	0,8	0,1	91,8	8,2
Apicultura/Sericicultura	0,3	0,4	55,9	44,1
Atividade não especificada	0,5	0,4	68,7	31,3
Total	**100,0**	**100,0**	**65,6**	**34,4**
1998				
Lavouras	64,8	47,6	73,7	26,3
Pecuária	20,7	7,5	85,0	15,0
Aves e pequenos animais	2,1	27,2	13,9	86,1
Horticultura/Floricultura	6,2	11,9	51,7	48,3
Pesca/Aquicultura	3,7	1,1	87,6	12,4
Extração vegetal	1,2	4,4	36,8	63,2
Silvicultura	0,6	0,1	92,8	7,2
Apicultura/Sericicultura	0,2	0,0	91,6	8,4
Atividade não especificada	0,5	0,2	80,1	19,9
Total	**100,0**	**100,0**	**67,3**	**32,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 17b – **Pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo o sexo (%) Brasil – 2001/2004/2006**

Atividade	*% s/total*		*% na atividade*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
2001				
Lavouras	61,8	47,0	73,7	26,3
Pecuária	22,2	8,9	84,2	15,8
Aves e pequenos animais	2,2	25,5	15,4	84,6
Horticultura/Floricultura	8,4	14,8	54,8	45,2
Pesca/Aquicultura	2,6	0,8	87,3	12,7
Extração vegetal	1,5	2,4	57,1	42,9
Silvicultura	0,4	0,2	81,8	18,2
Apicultura/Sericicultura	0,1	0,1	78,0	22,0
Atividade não especificada	0,7	0,3	82,3	17,7
Total	**100,0**	**100,0**	**68,1**	**31,9**
2004				
Lavouras	61,2	48,0	73,1	26,9
Pecuária	19,5	6,9	85,7	14,3
Aves e pequenos animais	2,6	25,1	18,0	82,0
Horticultura/Floricultura	8,2	15,2	53,4	46,6
Pesca/Aquicultura	2,9	1,0	86,2	13,8
Silvicultura/Exploração florestal	1,9	2,3	63,8	36,2
Apicultura/Sericicultura	0,2	0,0	88,2	11,8
Atividade não especificada/ Serviços	3,6	1,4	84,0	16,0
Total	**100,0**	**100,0**	**68,0**	**32,0**
2006				
Lavouras	57,4	44,3	72,5	27,5
Pecuária	21,3	8,9	82,9	17,1
Aves e pequenos animais	3,0	25,5	19,4	80,6
Horticultura/Floricultura	8,1	16,4	50,3	49,7
Pesca/Aquicultura	3,0	1,0	86,4	13,6
Silvicultura/Exploração florestal	2,0	2,4	63,4	36,6
Apicultura/Sericicultura	0,2	0,1	85,8	14,2
Atividade não especificada/ Serviços	5,0	1,6	86,4	13,6
Total	**100,0**	**100,0**	**67,0**	**33,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Nossa interpretação é que esses números indicam uma diferenciação do trabalho masculino e do feminino na agropecuária e revelam o papel subordinado da mulher, principalmente se for considerado que, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996, as atividades da lavoura e da pecuária são responsáveis por 83,8% do valor total da produção agropecuária, enquanto aves e pequenos animais e horticultura/floricultura respondem por apenas 12,4% desse mesmo valor. A ocupação rural é pesadamente uma atividade realizada pelos homens, e as mulheres participam como membro da família.

A diferença entre a ocupação masculina e a feminina nas atividades agropecuárias fica ainda mais nítida se forem consideradas as relações de trabalho existentes – expressas pelas respectivas posições na ocupação –, mesmo tendo claro que por tratar-se de atividades agropecuárias há situações bastante distintas de organização da produção das encontradas para os demais setores econômicos: no meio rural, algumas dessas relações não passam pelo assalariamento, como, por exemplo, a vinculada à agricultura familiar, em que a variável importante são os rendimentos e não os salários; mas a base de dados não permite fazer essa separação (Tabelas 18a, 18b, 18c, 18d, 18e, 18f). Entre os homens, predominam as ocupações remuneradas em quase todas as atividades (70% no total). A exceção fica por conta das atividades relativas ao cuidado com aves e pequenos animais, em que a maior taxa de participação masculina é em autoconsumo, mas assim mesmo em queda, o que parece ser uma característica dessa atividade, porque as mulheres que delas se ocupam estão majoritariamente na posição de autoconsumo. É preciso, no entanto, destacar que menos de um terço da ocupação masculina realiza atividades sem remuneração ou de autoconsumo. A participação de empregadores no total da ocupação acompanha a taxa da economia como um todo, com forte presença masculina.

A maior evidência que os números dessas tabelas expressam é que as mulheres trabalham, mas não auferem rendimentos monetários com esse trabalho. A forte presença feminina na ocupação rural está concentrada no trabalho não remunerado e no autoconsumo, atividades comandadas pela lógica do trabalho familiar aparentemente ainda presente no meio rural: o chefe da família é o marido e pai provedor. A divisão do trabalho decorre do sexo e da idade. Essas informações sobre a ocupação da agropecuária mostram que o progresso técnico ampliou a sazonalidade, mas no interior da organização do trabalho ainda prevalece o trabalho familiar e, dessa maneira, as mulheres de cada família trabalham, mas os rendimentos são do chefe. A realidade é que 2/3 das mulheres rurais ainda continuam trabalhando apenas para "ajudar" a família, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo, cuidando de pequenos animais para o

autoconsumo familiar, como mostram as Tabelas 18a, 18b, 18c,18d, 18e, 18f. Só essa lógica permite explicar uma tão grande proporção de mulheres engajadas na produção agropecuária dessa forma, situação mais bem visualizada pelos Gráficos 1 e 2.

Nas atividades de pesca/aquicultura e silvicultura encontra-se uma participação representativa de mulheres remuneradas no trabalho por conta própria, em relação ao total de mulheres ocupadas nessas mesmas atividades, embora estas respondam por apenas 3% do total de mulheres ocupadas na agropecuária. Como empregadores, as mulheres representam menos de um por cento da sua ocupação total, portanto inferior à taxa da economia como um todo.

É interessante observar que nas atividades em que genericamente predomina o trabalho feminino não remunerado – tais como lavoura e pecuária –, provavelmente isso acontece devido à visão de que o trabalho da mulher é coadjuvante no âmbito da família, como membro não remunerado da unidade domiciliar. Essa realidade aparece representada por taxas de participação superiores a cinquenta pontos percentuais na lavoura e na pecuária. Diversa é a característica do trabalho não remunerado das mulheres ocupadas nas culturas de aves e pequenos animais e horticultura/floricultura. Nessas atividades, as mulheres se destacam como provedoras da alimentação familiar, uma vez que predomina o trabalho na produção para autoconsumo, que representa, do total feminino, mais de 90%, em aves e pequenos animais, e superiores a 50%, em horticultura/floricultura (Tabelas 18a, 18b, 18c, 18d, 18e, 18f).

Tabela 18a **– Pessoal ocupado por atividade segundo sexo e posição na ocupação (%) Brasil – 1993**

Atividade	*Empr. perm.*	*Empr. temp.*	*Conta própria*	*Empre-gador*	*Não remun.*	*Autocon-sumo*
Homem						
Lavouras	15,8	14,6	36,9	3,2	26,3	3,2
Pecuária	42,4	15,7	16,9	8,3	14,4	2,4
Aves e pequenos animais	29,9	2,3	10,8	2,7	6,7	47,6
Horticultura/ Floricultura	12,8	10,4	23,5	2,7	17,2	33,4
Pesca/Aquicultura	19,0	4,3	59,5	2,1	7,0	8,1
Extração vegetal	27,9	31,7	20,0	4,1	16,3	0,0
Silvicultura	76,3	13,8	4,1	0,8	4,7	0,2
Apicultura/Sericicultura	12,6	0,7	36,8	8,6	40,9	0,4
Atividade não especificada	52,2	13,5	12,7	0,8	19,6	1,2
Total	**22,1**	**14,2**	**31,9**	**4,1**	**22,3**	**5,3**
Mulher						
Lavouras	4,4	10,3	8,6	0,6	67,9	8,3
Pecuária	5,3	6,9	9,9	3,8	47,7	26,4
Aves e pequenos animais	1,3	0,0	1,2	0,1	3,2	94,3
Horticultura/ Floricultura	2,3	2,2	3,2	0,1	12,4	79,7
Pesca/Aquicultura	2,6	0,0	58,3	0,0	17,0	22,1
Extração vegetal	0,7	1,7	77,2	0,0	18,9	1,5
Silvicultura	48,7	10,7	0,0	0,0	34,2	6,4
Apicultura/Sericicultura	0,0	0,0	1,7	0,0	98,3	0,0
Atividade não especificada	0,0	0,0	0,0	3,8	75,0	21,2
Total	**3,3**	**5,8**	**9,5**	**0,6**	**39,9**	**41,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 18b – Pessoal ocupado por atividade segundo sexo e posição na ocupação (%) Brasil – 1995

Atividade	*Empr. perm.*	*Empr. temp.*	*Conta própria*	*Empre-gador*	*Não remun.*	*Autocon-sumo*
Homem						
Lavouras	15,3	14,7	37,7	3,1	25,6	3,6
Pecuária	40,8	14,2	19,8	8,2	14,6	2,5
Aves e pequenos animais	30,2	1,4	11,3	2,8	6,9	47,4
Horticultura/ Floricultura	15,8	11,3	31,4	3,8	15,9	21,8
Pesca/Aquicultura	16,4	8,1	52,6	2,0	9,3	11,6
Extração vegetal	24,5	34,7	16,1	3,2	20,2	1,2
Silvicultura	72,7	11,7	5,7	5,6	4,3	0,0
Apicultura/Sericicultura	21,0	0,0	56,9	0,0	22,1	0,0
Atividade não especificada	36,9	16,6	21,2	1,0	18,5	5,8
Total	**21,7**	**14,1**	**33,0**	**4,2**	**21,4**	**5,6**
Mulher						
Lavouras	4,0	8,5	9,7	0,5	69,3	7,9
Pecuária	7,4	4,0	9,6	3,3	44,1	31,6
Aves e pequenos animais	1,4	0,1	2,0	0,1	2,6	93,8
Horticultura/ Floricultura	2,8	2,9	4,8	0,2	21,3	68,0
Pesca/Aquicultura	3,1	10,9	51,6	0,0	19,5	14,9
Extração vegetal	0,7	1,7	69,2	0,0	25,8	2,6
Silvicultura	72,2	0,0	7,0	0,0	20,8	0,0
Apicultura/Sericicultura	4,4	0,0	2,4	0,0	93,2	0,0
Atividade não especificada	5,7	34,1	9,5	0,0	34,3	16,4
Total	**3,4**	**5,0**	**9,6**	**0,5**	**40,6**	**41,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 1995. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 18c – **Pessoal ocupado por atividade segundo sexo e posição na ocupação (%) Brasil – 1998**

Atividade	*Empr. perm.*	*Empr. temp.*	*Conta própria*	*Empre-gador*	*Não remun.*	*Autocon-sumo*
Homem						
Lavouras	14,1	14,4	38,7	2,7	24,4	5,6
Pecuária	40,2	14,8	21,7	8,5	12,3	2,6
Aves e pequenos animais	26,4	0,9	13,7	3,2	9,0	46,8
Horticultura/ Floricultura	11,9	10,2	34,4	3,1	17,0	23,6
Pesca/Aquicultura	15,1	4,6	59,2	1,0	10,7	9,3
Extração vegetal	28,5	25,3	22,2	4,4	19,4	0,3
Silvicultura	73,9	14,5	6,5	0,6	3,9	0,6
Apicultura/Sericicultura	10,7	0,0	51,9	4,5	26,8	6,1
Atividade não especificada	39,0	11,2	24,1	13,2	9,5	3,0
Total	**20,3**	**13,6**	**34,7**	**3,9**	**20,4**	**7,0**
Mulher						
Lavouras	4,4	9,0	8,9	0,4	64,6	12,7
Pecuária	7,8	3,8	12,5	3,1	50,4	22,5
Aves e pequenos animais	0,9	0,0	2,1	0,1	3,3	93,5
Horticultura/ Floricultura	2,1	2,1	5,6	0,3	24,6	65,4
Pesca/Aquicultura	6,1	3,1	53,4	0,0	21,5	16,0
Extração vegetal	3,1	1,7	75,4	0,0	16,4	3,4
Silvicultura	25,6	23,5	4,1	0,0	46,8	0,0
Apicultura/Sericicultura	0,0	0,0	33,1	0,0	66,9	0,0
Atividade não especificada	17,5	0,0	17,8	0,0	29,5	35,3
Total	**3,5**	**5,0**	**10,3**	**0,5**	**39,4**	**41,3**

Fonte: PNAD/IBGE, 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 18d – **Pessoal ocupado por atividade segundo sexo e posição na ocupação (%) Brasil – 2001**

Atividade	*Empr. perm.*	*Empr. temp.*	*Conta própria*	*Empre-gador*	*Não remun.*	*Autocon-sumo*
Homem						
Lavouras	14,2	16,5	37,9	3,5	21,3	6,6
Pecuária	38,8	15,8	23,4	7,6	11,7	2,7
Aves e pequenos animais	28,1	1,3	12,4	1,0	6,0	51,2
Horticultura/Floricultura	10,7	10,2	32,3	2,9	17,9	26,1
Pesca/Aquicultura	16,0	4,1	60,4	3,3	3,6	12,7
Extração vegetal	26,7	33,9	26,4	1,7	11,0	0,3
Silvicultura	50,1	25,2	14,6	3,7	5,7	0,7
Apicultura/Sericicultura	2,2	0,0	73,3	5,4	19,1	0,0
Atividade não especificada	44,6	28,5	12,8	4,6	4,0	5,4
Total	**20,3**	**15,5**	**33,8**	**4,3**	**17,7**	**8,4**
Mulher						
Lavouras	4,6	9,4	11,3	0,7	60,8	13,2
Pecuária	7,9	3,4	13,5	3,2	54,8	17,2
Aves e pequenos animais	1,4	0,0	3,8	0,0	4,4	90,3
Horticultura/Floricultura	2,2	4,4	5,7	0,7	26,2	60,8
Pesca/Aquicultura	1,6	0,0	40,6	1,2	24,7	31,9
Extração vegetal	4,4	2,2	73,3	0,0	19,1	1,0
Silvicultura	30,9	17,6	13,4	0,0	27,7	10,4
Apicultura/Sericicultura	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
Atividade não especificada	0,0	3,5	14,6	0,0	11,4	70,5
Total	**3,7**	**5,5**	**10,5**	**0,7**	**39,3**	**40,3**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

***Tabela 18e* – Pessoal ocupado por atividade segundo sexo e posição na ocupação (%) Brasil – 2004**

Atividade	*Empr. perm.*	*Empr. temp.*	*Conta própria*	*Empre-gador*	*Não remun.*	*Autocon-sumo*
Homem						
Lavouras	13,1	17,6	36,6	3,7	21,5	7,5
Pecuária	37,0	17,5	24,8	7,2	11,5	2,0
Aves e pequenos animais	22,4	2,5	19,0	1,9	10,5	43,6
Horticultura/Floricultura	11,3	13,3	30,3	2,4	14,9	27,9
Pesca/Aquicultura	14,4	4,5	57,5	2,9	4,5	16,2
Silvicultura/Expl. vegetal	35,1	26,9	25,2	1,8	9,8	1,3
Apicultura/Sericicultura	20,3	0,0	60,0	6,4	11,0	2,2
Atividade não especificada	22,1	34,3	34,2	4,6	3,4	1,4
Total	**13,1**	**17,6**	**36,6**	**3,7**	**21,5**	**7,5**
Mulher						
Lavouras	3,7	10,4	10,1	0,8	59,8	15,1
Pecuária	6,5	2,9	16,3	3,4	55,5	15,4
Aves e pequenos animais	1,2	0,0	4,2	0,1	4,3	90,2
Horticultura/Floricultura	3,1	4,2	6,5	0,3	25,6	60,4
Pesca/Aquicultura	1,8	0,0	49,7	0,0	20,1	28,4
Silvicultura/Expl. vegetal	5,0	4,8	68,2	0,0	18,4	3,5
Apicultura/Sericicultura	26,7	22,7	8,2	0,0	42,4	0,0
Atividade não especificada	9,0	51,3	11,8	2,1	11,5	14,2
Total	**3,7**	**10,4**	**10,1**	**0,8**	**59,9**	**15,1**

Fonte: PNAD/IBGE, 2004. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.
Obs.: A queda da participação feminina nas atividades de autoconsumo pode ser um erro estatístico.

Tabela 18f – **Pessoal ocupado por atividade segundo sexo e posição na ocupação (%) / Brasil – 2006**

Atividade	*Empr. perm.*	*Empr. temp.*	*Conta própria*	*Empre-gador*	*Não remun.*	*Autocon-sumo*
Homem						
Lavouras	14,0	17,7	35,7	3,5	17,4	11,7
Pecuária	34,3	16,0	29,0	6,5	11,4	2,7
Aves e pequenos animais	18,3	3,1	19,2	3,3	9,1	47,0
Horticultura/Floricultura	13,8	12,5	24,9	2,8	11,5	34,4
Pesca/Aquicultura	13,8	2,3	61,0	3,5	6,1	13,3
Silvicultura/Expl. vegetal	42,1	25,9	22,6	3,4	5,4	0,6
Apicultura/Sericicultura	15,6	0,0	70,8	12,3	0,0	1,2
Atividade não especificada	17,3	43,8	28,9	3,7	4,5	1,8
Total	**19,1**	**17,5**	**33,1**	**4,1**	**14,2**	**12,0**
Mulher						
Lavouras	3,9	9,6	9,4	0,8	54,5	21,8
Pecuária	4,4	2,2	14,9	3,8	55,6	19,1
Aves e pequenos animais	1,0	0,1	4,5	0,1	3,3	90,9
Horticultura/Floricultura	4,2	4,2	5,6	0,3	16,5	69,2
Pesca/Aquicultura	2,3	0,0	42,5	0,0	28,6	26,5
Silvicultura/Expl. vegetal	11,3	3,6	52,8	1,1	18,6	12,6
Apicultura/Sericicultura	0,0	0,0	29,9	0,0	70,1	0,0
Atividade não especificada	6,0	47,8	12,4	0,0	21,1	12,8
Total	**3,5**	**6,0**	**9,4**	**0,8**	**33,7**	**46,6**

Fonte: PNAD/IBGE, 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

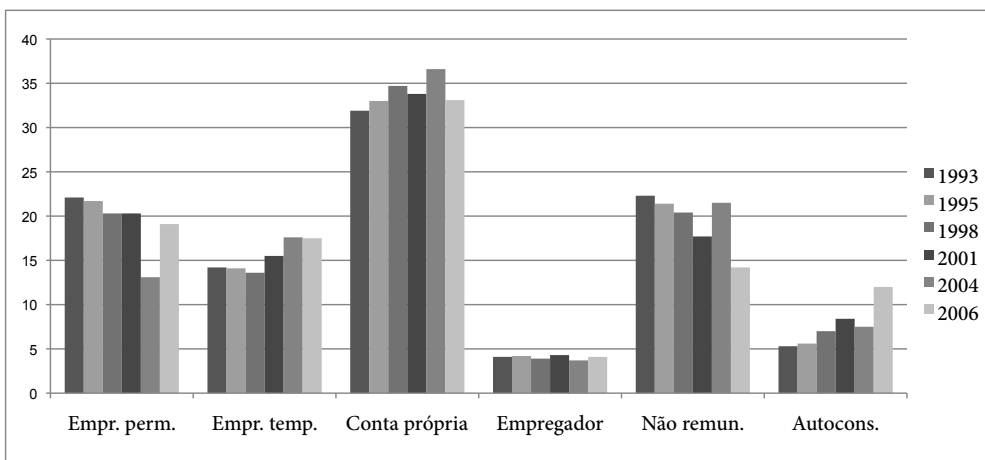
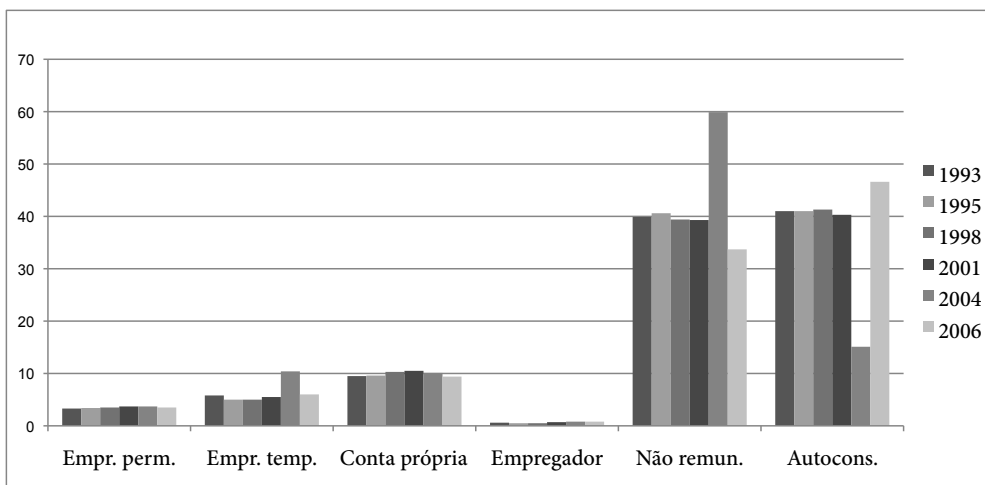
Gráfico 1: Brasil - Posição na ocupação da população masculina ocupada na agropecuária (%)

Fonte: PNAD/IBGE, 1993,1995,1998, 2001, 2004, 2006, microdados.

Gráfico 2: Posição na ocupação da população feminina ocupada na agropecuária (%)

Fonte: PNAD/IBGE, 1993,1995,1998, 2001, 2004, 2006, microdados.

As Tabelas 19a e 19b fazem o cruzamento da ocupação com os setores de atividades, segundo o sexo, para analisar o indicador posição na família. A posição que as mulheres ocupam na família é igualmente reveladora do papel feminino nas distintas atividades agropecuárias: predominam as mulheres cônjuges numa taxa de participação similar em todos os anos em torno de 65%; essa participação reforça a ideia da família tradicional que impera no meio rural brasileiro.

A novidade é a elevação da participação das mulheres chefes de família: de 11,4% em 1993, para 12,2% em 1995, 12,8% em 1998, 13,5% em 2001, 14,2% em 2004, e em 2006 essa taxa de participação foi de 16,2%, bem em consonância com as mudanças em curso no papel da família e aparente dissolução dos laços familiares. No meio rural a posição chefe na família ainda é tradicionalmente um lugar masculino, mas tudo indica que o campo não está imune às transformações em curso na sociedade. Estas também aqui acontecem, como se verifica neste estudo. Esse crescimento da taxa de participação de mulheres chefes de família, no nosso entender, já repercute no campo o que está ocorrendo na sociedade brasileira: um aumento da chefia feminina, embora ainda numa taxa inferior à média nacional.

Como a literatura socioeconômica chama a atenção para a masculinização do meio rural nacional, os dados arrolados nas Tabelas 19a e 19b apresentam uma diminuição, na ocupação rural, da taxa de participação das "filhas", que cai em todas as atividades agropecuárias. Em nosso entender isso significa "êxodo" das mulheres jovens do campo, comprovando a hipótese da masculinização das atividades agropecuárias.

Tabela 19a – **Pessoal ocupado feminino na agropecuária por atividade segundo posição na família (%) / Brasil – 1993/1995/1998**

Atividade	*Chefe*	*Cônjuge*	*Filha*	*Outras*
1993				
Lavouras	10,7	56,0	30,2	3,1
Pecuária	13,0	59,8	22,8	4,4
Aves e pequenos animais	10,1	76,7	10,7	2,5
Horticultura/Floricultura	15,8	69,6	11,3	3,4
Pesca/Aquicultura	10,6	67,4	20,8	1,2
Extração vegetal	12,4	55,4	28,9	3,2
Silvicultura	19,3	35,9	44,9	0,0
Apicultura/Sericicultura	1,7	57,3	41,0	0,0
Atividade não especificada/Serviços	3,8	85,7	0,0	10,5
Total	**11,4**	**63,5**	**22,1**	**3,0**
1995				
Lavouras	11,8	56,1	29,3	2,8
Pecuária	11,8	65,6	19,6	2,9
Aves e pequenos animais	11,7	75,7	10,3	2,4
Horticultura/Floricultura	15,3	67,0	14,2	3,5
Pesca/Aquicultura	25,9	53,2	18,9	1,9
Extração vegetal	12,4	55,9	26,5	5,2
Silvicultura	9,6	59,6	30,8	0,0
Apicultura/Sericicultura	2,0	46,8	51,2	0,0
Atividade não especificada	14,0	63,2	16,7	6,0
Total	**12,2**	**63,7**	**21,3**	**2,8**
1998				
Lavouras	12,3	58,6	26,2	2,8
Pecuária	13,9	62,9	19,3	3,9
Aves e pequenos animais	11,2	78,2	8,2	2,3
Horticultura/Floricultura	16,2	66,4	14,4	3,0
Pesca/Aquicultura	20,8	61,2	16,9	1,1
Extração vegetal	15,0	58,3	22,8	3,9
Silvicultura	4,1	58,6	37,3	0,0
Apicultura/Sericicultura	0,0	100,0	0,0	0,0
Atividade não especificada	14,8	76,3	8,9	0,0
Total	**12,8**	**65,2**	**19,1**	**2,8**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 19b – **Pessoal ocupado feminino na agropecuária por atividade segundo posição na família (%) / Brasil – 2001/2004/2006**

Atividade	*Chefe*	*Cônjuge*	*Filha*	*Outras*
2001				
Lavouras	13,5	63,4	20,9	2,2
Pecuária	13,6	67,3	16,9	2,3
Aves e pequenos animais	13,3	78,7	6,1	1,8
Horticultura/Floricultura	18,3	65,7	12,6	3,4
Pesca/Aquicultura	19,4	54,0	21,8	4,8
Extração vegetal	13,1	66,7	19,6	0,6
Silvicultura	10,0	71,2	5,4	13,4
Apicultura/Sericicultura	0,0	54,9	45,1	0,0
Atividade não especificada/Serviços	8,1	76,2	9,8	6,0
Total	**14,2**	**68,1**	**15,5**	**2,3**
2004				
Lavouras	14,2	64,6	18,8	2,4
Pecuária	13,0	68,1	15,7	3,2
Aves e pequenos animais	12,6	78,0	7,1	2,3
Horticultura/Floricultura	19,7	65,5	11,3	3,5
Pesca/Aquicultura	22,3	69,3	8,4	0,0
Silvicultura/Exploração florestal	16,1	66,1	13,7	4,2
Apicultura/Sericicultura	8,2	65,1	6,3	20,4
Atividade não especificada/Serviços	20,8	62,1	15,1	2,1
Total	**14,2**	**64,6**	**18,8**	**2,4**
2006				
Lavouras	15,8	63,5	18,2	2,6
Pecuária	14,0	68,6	13,9	3,5
Aves e pequenos animais	13,8	77,3	7,0	1,9
Horticultura/Floricultura	22,2	64,3	9,1	4,4
Pesca/Aquicultura	17,4	68,1	12,8	1,7
Silvicultura/Exploração florestal	12,9	67,8	15,5	3,8
Apicultura/Sericicultura	0,0	94,5	5,5	0,0
Atividade não especificada/Serviços	24,5	66,0	8,8	0,6
Total	**16,2**	**67,8**	**13,2**	**2,8**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

A diferenciação de papéis femininos segundo a atividade desempenhada é também reforçada pela observação relativa à jornada de trabalho praticada (Tabelas 20a e 20b). A jornada de trabalho de ambos os sexos caiu cerca de 2 horas no período estudado. A masculina é, em média, acima de 40 horas semanais, enquanto as mulheres apresentam uma média um pouco superior à metade da jornada masculina: foi de 24,2 horas semanais em 1993, reduziu em 1995 e 1998 para 23,6 horas semanais, aumentou um pouco, em 2001, para 23,9 horas e caiu para 23,3 horas semanais em 2004, caindo ainda mais, para 21,7 horas semanais, em 2006. A novidade é que em 2006 também caiu a jornada de trabalho masculina para 39 horas semanais.

As informações dessas tabelas (20a e 20b) trazem à tona a questão das diferenças entre as jornadas de trabalho masculina e feminina no meio rural. Permanece a incógnita: por que as mulheres declaram uma jornada de trabalho tão inferior ao padrão masculino? Talvez a forte presença de trabalho para autoconsumo praticado pelas mulheres nas lides rurais camufle para as próprias trabalhadoras a extensão da sua jornada. Veja-se que é relativamente elevado, para o padrão feminino na agropecuária, o número médio de horas semanais trabalhadas pelas mulheres nas atividades em que predomina o trabalho remunerado: 36,9 horas nas atividades não específicas. Como também nas atividades em que predomina o trabalho não remunerado auxiliar da família: 28 horas na lavoura e 26,4 horas na pecuária (2006).

Em contrapartida, nas atividades em que a mulher é a provedora da alimentação familiar, a jornada média é bastante baixa: foram 11,3 horas semanais em 1993, reduziu para 10,3 em 1998, subiu um pouco para 11,2 e passou para 10,5 horas em 2006; praticamente não se alterou nas atividades de cuidados de aves e pequenos animais e por sua vez ampliou-se um pouco, de 14,8 horas semanais em 1993 para 18,9 horas em 1998, passou para 20,5 horas em 2001 e caiu para 17,3 horas em 2006, em horticultura/floricultura (Tabelas 20a e 20b). As atividades na horta e no quintal aparentemente são percebidas pelas mulheres como um complemento de sua atividade de provedora do lar e não como uma atividade produtiva, embora o crescimento da jornada de trabalho na horticultura e floricultura indique que há uma tendência à mercantilização dessas atividades.

O aumento da esperança de vida das pessoas reflete-se também no meio rural; ambos os sexos ficaram em média mais velhos, mas as mulheres, tanto em 1993 como em 2006, apresentaram médias mais elevadas que os homens, como é o padrão geral da sociedade (Tabelas 20a e 20b).

A escolaridade da população ocupada nas atividades agropecuárias, mostrada nas Tabelas 20a e 20b, apresentam uma média de anos de estudos inferior à média da população brasileira. Como toda a sociedade brasileira fez um esforço para aumentar a sua escolaridade na década de noventa do século XX, isso se refletiu também no mundo rural: a escolaridade ampliou-se de 2,5 anos de estudos, em 1993 (ambos os sexos), para alcançar, em 2003, 4,5 anos e 4,3 anos para homens e mulheres respectivamente. Embora em 1993 e 1998 ambos os sexos tivessem a mesma escolaridade média, observa-se que já em 2001 houve uma melhora, que permaneceu em 2004 e 2006: os homens têm uma ligeira vantagem em relação às mulheres, diferentemente do que ocorre no meio urbano.

Esse descompasso atual talvez se relacione à conciliação entre exercício das atividades agropecuárias realizadas pelas mulheres, afazeres domésticos e a frequência à escola. O maior número de anos de estudos nas diversas atividades do setor agropecuário foi, para ambos os sexos, na atividade de apicultura: para as mulheres houve um salto enorme, de 3,8 anos de estudo em 1993 para 7,6 anos em 2004. No entanto, a queda espetacular em 1998 e também em 2006 sugere que talvez haja um erro estatístico na expansão da amostra, o que compromete essa conclusão. Para os homens, um desempenho um pouco mais modesto, de 4,4 anos de estudos em 1993 para 6,3 anos em 1998, caiu para 5,4 anos em 2001 e subiu um pouco para 5,7 anos em 2004 e continua ascendente para 7,1 anos em 2006.

***Tabela 20a* – Médias de jornada semanal (horas), idade (anos) e escolaridade (anos de estudo) do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo / Brasil – 1993/1995/1998**

Atividade	*Jornada semanal*		*Idade*		*Escolaridade*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
1993						
Lavouras	42,4	32,4	34,2	34,8	2,3	2,4
Pecuária	47,2	27,3	35,2	37,7	2,9	3,0
Aves e pequenos animais	29,8	11,3	34,5	41,1	3,6	2,4
Horticultura/Floricultura	33,9	14,8	38,8	43,1	2,9	3,4
Pesca/Aquicultura	44,2	25,5	32	33,1	2,3	1,8
Extração vegetal	43,9	30,5	30,1	31,6	1,8	1,3
Silvicultura	45,8	40,1	32,5	29,4	3,3	2,8
Apicultura/Sericicultura	52,1	38,1	34,2	29,7	4,4	3,8
Atividade não especificada	44,9	20,3	33,3	38,9	3,0	2,4
Total	**42,9**	**24,2**	**34,5**	**37,5**	**2,5**	**2,5**
1995						
Lavouras	42,1	31,4	34,5	35,1	2,4	2,4
Pecuária	46,0	26,7	35,9	38,5	3,2	3,2
Aves e pequenos animais	30,6	11,5	36,8	41,8	3,6	2,5
Horticultura/Floricultura	38,2	17,9	37,3	41,8	3,1	3,4
Pesca/Aquicultura	39,9	21,6	32,2	33,7	2,2	2,4
Extração vegetal	41,7	28,6	30,6	31,4	1,6	1,5
Silvicultura	46,0	43,0	33,8	35,3	2,9	2,8
Apicultura/Sericicultura	45,6	39,3	36,1	28,9	4,4	8,4
Atividade não especificada	42,8	27,5	35,9	39,1	2,7	2,2
Total	**42,4**	**23,6**	**34,8**	**37,8**	**2,6**	**2,6**
1998						
Lavouras	40,5	30,9	35,5	36,4	2,5	2,6
Pecuária	46,6	28,2	38,1	39,7	3,3	3,5
Aves e pequenos animais	30,2	10,3	39,1	43,3	4,0	2,5
Horticultura/Floricultura	38,3	18,9	38,5	42,8	3,1	3,2
Pesca/Aquicultura	42,3	27,1	33,1	32,8	2,5	2,5
Extração vegetal	42,7	29,6	32	34,3	2,0	1,7
Silvicultura	45,6	42,2	36,4	30,9	2,9	6,3
Apicultura/Sericicultura	39,3	31,4	44,6	58,1	6,3	1,9
Atividade não especificada	45	29,8	41,4	41,3	3,9	4,6
Total	**41,5**	**23,6**	**36,2**	**39,1**	**2,7**	**2,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

***Tabela 20b* – Médias de jornada semanal (horas), idade (anos) e escolaridade (anos de estudo) do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo / Brasil – 2001/2004/2006**

Atividade	*Jornada semanal*		*Idade*		*Escolaridade*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
2001						
Lavouras	41,2	30,7	36,5	38,3	3,7	3,5
Pecuária	45,6	27,0	38,6	40,7	4,1	5,0
Aves e pequenos animais	27,6	11,2	40,2	44,9	4,6	3,5
Horticultura/Floricultura	37,0	20,5	39,8	42,6	3,8	4,2
Pesca/Aquicultura	42,8	23,2	35,3	37,3	5,2	3,6
Extração vegetal	42,7	31,8	31,7	34,6	4,3	2,6
Silvicultura	46,0	38,1	37,3	39,7	4,3	3,9
Apicultura/Sericicultura	42,6	32,2	35,9	39,2	5,4	3,4
Atividade não especificada	44,1	18,3	35,9	39,8	3,7	7,4
Total	**41,7**	**23,9**	**37,2**	**40,8**	**3,8**	**3,7**
2004						
Lavouras	39,6	29,5	36,8	38,1	3,8	3,6
Pecuária	44,6	27,1	38,6	40,8	4,5	4,3
Aves e pequenos animais	28,3	10,8	39,6	44,3	4,3	3,2
Horticultura/Floricultura	35,2	19,7	40,7	44,6	4,1	4,1
Pesca/Aquicultura	39,6	25,8	35,4	37,3	4,6	3,0
Silvicultura/Exploração florestal	42,5	30,6	33,1	36,4	3,9	3,9
Apicultura/Sericicultura	35,3	32,1	38,5	30,9	5,7	7,6
Atividade não especificada	43,5	37,1	37,4	38,2	4,9	4,4
Total	**40,1**	**23,3**	**37,5**	**40,8**	**4,0**	**3,7**
2006						
Lavouras	38,8	28,0	38,0	38,8	4,2	4,0
Pecuária	43,0	26,4	39,6	41,5	4,7	5,1
Aves e pequenos animais	26,4	10,5	40,2	44,8	4,7	3,8
Horticultura/Floricultura	32,7	17,3	42,5	46,0	4,7	4,7
Pesca/Aquicultura	37,6	25,3	36,7	36,1	4,3	4,2
Silvicultura/Exploração florestal	41,2	28,3	34,5	37,3	5,0	7,4
Apicultura/Sericicultura	29,8	19,8	44,8	44,6	7,1	4,3
Atividade não especificada	42,4	36,9	36,1	39,1	5,4	4,3
Total	**39,0**	**21,7**	**38,6**	**41,7**	**4,5**	**4,3**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Os rendimentos no meio rural

Na comparação dos rendimentos gerados pelas diferentes atividades econômicas ficou evidenciado que a agropecuária tem a pior remuneração dentre os setores produtivos (Tabelas 9a e 9b). Essa característica provavelmente está enraizada na história da sociedade brasileira – da grande fazenda monocultora colonial ao latifúndio improdutivo do século XX. Escravos ou homens livres pobres derrubando as matas para a exploração agrícola exportadora permanecem ainda na marca da concentração da propriedade da terra no Brasil. Indubitavelmente a concentração da estrutura fundiária brasileira explica essa brutal diferença de rendimentos entre os setores de atividades (Ney; Hoffmann, 2003; Delgado, 2004). Esse quadro foi agravado nos anos noventa do século XX pela intensa mecanização propiciada pelos agronegócios, que expulsaram os trabalhadores do campo, e essa situação é evidenciada pelos dados das Tabelas 21 e 22.

As informações das Tabelas 9a e 9b, 21, 22, 23 e 24, que tratam dos rendimentos do setor rural, evidenciam uma força de trabalho muito mal remunerada nessas atividades. Neste item analisamos as Tabelas 21, 22, 23 e 24, nas quais estão englobados todos os trabalhadores do setor agropecuário – dos remunerados aos sem remuneração e aqueles dedicados ao autoconsumo. A realidade é dura para todos, mas a questão feminina é dramática. Esta não foi alterada entre 1993, 1995, 1998, 2001. Ao contrário, constata-se uma queda na frequência e na renda média em 2001 e uma ligeira melhora na frequência para o ano de 2004, embora tenha havido uma queda da renda média de ambos os sexos. Mas houve uma mudança nessa trajetória de queda em 2006; os rendimentos médios das mulheres e dos homens nas atividades da agropecuária melhoraram e superaram a média dos rendimentos de 2001; no caso feminino a média de 2006 foi a mais alta encontrada em todo o período estudado. É provável que a política de financiamento da agricultura familiar e a do salário mínimo do atual governo tenha contribuído para essa melhoria dos rendimentos do setor, assim como a denúncia sistemática do movimento de mulheres para os diferenciais de rendimentos entre os sexos tenha ajudado a diminuir o fosso salarial.

Não se pode olvidar um aspecto diferente do trabalho agropecuário que permite que tantas pessoas, mulheres e homens, exerçam tarefas sem remuneração e para autoconsumo. Aproximadamente 80% do trabalho realizado pelas mulheres não tem remuneração, e os homens, em menor proporção, também

pagam seu tributo: quase um terço deles também não tem remuneração. Em nenhum outro setor de atividade há uma realidade semelhante[14].

Juntas, as atividades agropecuárias realizadas sem remuneração e para o autoconsumo são mensuradas no Produto Interno Bruto (PIB) do país, portanto, são valoradas. A outra realidade são os afazeres domésticos que estão fora dessa contabilidade e referem-se ao trabalho gratuito. Mas não é dessa realidade que estamos tratando – essa taxa de quase 80% das ocupadas rurais sem rendimentos monetários que as tabelas mostram refere-se à atividade laboral, mal paga mesmo ou de rendimento zero, nada tendo a ver com o trabalho reprodutivo ou afazeres domésticos não contabilizados pelo PIB[15]. Veja-se a dura realidade nas Tabelas 21, 22, 23 e 24. Estas mostram os dados relativos à renda da agropecuária para 1993, 1995, 1998, 2001, 2004 e 2006.

No entanto, este estudo, embora conclua que o trabalho feminino na agropecuária é predominantemente não remunerado, chama a atenção para a importância de analisar aquelas que auferem rendimentos monetários na execução de atividades agropecuárias. A primeira constatação é que apenas um pouco mais de um milhão de trabalhadoras declararam receber alguma remuneração nesses anos estudados. Em 1993 elas foram 1.110.363 trabalhadoras rurais com rendimentos monetários; mas a reestruturação produtiva também atua no mundo rural e o desemprego acentuou-se e em 1998 elas estavam reduzidas a 974.165; a expulsão de massas trabalhadoras continuou e o número de trabalhadoras rurais com rendimentos caiu novamente, reduzindo-se, em 2001, a 949.510 trabalhadoras. Assim, em 2001, com relação a 1993, houve uma redução de postos de trabalho e rendimentos para aproximadamente 160.853 trabalhadoras rurais. Essa crise da agropecuária não foi apenas vivida pelas mulheres; os homens perderam cerca de 709.587 postos de trabalho com rendimentos na agropecuária entre 1993 e 2001.

A retomada do emprego agropecuário aconteceu nestes últimos anos e em 2006 houve um crescimento de mulheres e homens com rendimentos monetários nessas atividades, o que não deixa de ser uma notícia alvissareira numa economia monetária, embora não se deva esquecer que no conjunto das agricultoras apenas um pouco mais de 20% delas auferem rendimentos monetários, enquanto para os homens esse percentual é de 72% do total dos trabalhadores rurais, uma diferença extraordinária.

14 Talvez essa questão tenha relação com a noção de setor de subsistência. Ver, sobre o tema, Guilherme Costa Delgado (2004).

15 Acerca da mensuração dos afazeres domésticos, ver Melo, Considera e Di Sabbato (2007).

A segunda constatação é que renda média auferida pela mão de obra ocupada também expressa a desigualdade entre os sexos. As Tabelas 9a e 9b mostram que o indicador de rendimentos por hora trabalhada não apresenta uma diferença tão forte por sexo na agropecuária, e a discrepância é menor que na indústria. No entanto, a menor jornada de trabalho das agricultoras faz com que as mulheres, quando recebem nessa atividade ganhem menos. A Tabela 23 analisa os rendimentos do pessoal ocupado na agropecuária e essa questão fica explícita. Em 1993, elas receberam 49,9% do rendimento médio pago ao sexo masculino; essa situação melhorou e em 1998 passou para 55,9%, e essa tendência permaneceu; em 2001 a participação foi para 56,4% e em 2006 deu um salto para 68% (Tabela 24). Uma vitória das trabalhadoras rurais. Finalmente teve eco a luta feminista de salário igual para trabalho igual no campo brasileiro.

Essa consigna de salário igual para trabalho igual há décadas é uma bandeira desfraldada pelas mulheres e tem repercutido no mercado de trabalho nacional. Considerando o conjunto dos trabalhadores brasileiros urbanos e rurais, a diferença de rendimentos entre os sexos diminuiu: no ano de 2004 os rendimentos médios femininos atingiram 71,2% do masculino – em 1992, eles eram de 61,2% (**O Globo**, 2006). Avança a igualdade e autonomia econômica do conjunto das mulheres brasileiras e na agropecuária também isso está acontecendo.

Analisando as diversas atividades da agropecuária, tanto os homens como as mulheres têm nas atividades da pecuária o melhor rendimento médio do setor. Também nessa atividade as mulheres conseguem obter rendimentos mais próximos dos auferidos pelos homens, com uma taxa de participação superior a 70% do rendimento masculino. Isso talvez seja porque nessa atividade há maior participação de mulheres empregadoras, o que seguramente faz aumentar esses rendimentos. Isso aconteceu tanto em 1993 como em 1998. Para o ano de 2001 houve uma queda de 55% pontos percentuais nos rendimentos femininos da pecuária, expressando a diminuição dos rendimentos do trabalho havido na economia como um todo naqueles anos. Essa queda foi atenuada no ano de 2004, acompanhando a melhoria dos rendimentos do trabalho oriunda da atual política salarial do Governo Lula, mas explodiu em 2006 e a média dos rendimentos femininos na pecuária foi superior à dos masculinos (Tabela 24). Isso reforça a ideia de que a propriedade faz a diferença, ou talvez indique que as mulheres na pecuária ocupam postos diversos, como também pode haver um problema estatístico.

Nas atividades nas quais há um predomínio de atividades de autoconsumo e sem remuneração, as poucas mulheres que recebem rendimentos são mal remuneradas. Estes são extremamente baixos e muito distantes dos rendimentos masculinos para a mesma tarefa. Uma das justificativas usadas para essa discrepância é o diferencial de jornadas de trabalho entre os sexos: *as mulheres ganham*

menos por que trabalham menos. Eis a armadilha que o jargão discriminatório utiliza para explicar o que não tem explicação.

As informações da PNAD 2004 e 2006 revelam que os indicadores econômicos e sociais foram mais favoráveis no setor agropecuário nesses anos quando comparados com 2001: cresceu o emprego e caiu a taxa de analfabetismo de ambos os sexos. Sinais de que o mercado de trabalho agropecuário melhorou sua qualidade, e essa é uma boa notícia para mulheres e homens.

Tabela 21 – **Pessoal ocupado na agropecuária por faixa de rendimentos segundo o sexo (%) / Brasil – 1993/1995/1998**

Faixa de Rendimentos (em salários mínimos)	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
1993				
0	29,0	81,2	40,6	59,4
Mais de 0 a 0,5	16,4	9,5	76,8	23,2
Mais de 0,5 a 1	20,1	4,9	88,7	11,3
Mais de 1 a 2	17,2	2,3	93,6	6,4
Mais de 2 a 4	8,7	0,7	95,9	4,1
Mais de 4 a 6	2,4	0,1	97,0	3,0
Mais de 6 a 10	1,7	0,1	97,2	2,8
Mais de 10 a 20	1,4	0,1	97,2	2,8
Mais de 20 a 50	0,5	0,0	99,1	0,9
Mais de 50 a 100	0,1	0,0	78,9	21,1
Mais de 100	0,0	0,0	81,6	18,4
Sem declaração	2,5	1,0	82,3	17,7
Total	**100,0**	**100,0**	**65,8**	**34,2**
1995				
0	29,37	82,41	40,5	59,5
Mais de 0 a 0,5	10,00	7,23	72,5	27,5
Mais de 0,5 a 1	22,98	5,53	88,8	11,2
Mais de 1 a 2	22,10	3,34	92,7	7,3
Mais de 2 a 4	9,61	1,06	94,5	5,5
Mais de 4 a 6	2,41	0,18	96,2	3,8
Mais de 6 a 10	1,79	0,11	96,9	3,1
Mais de 10 a 20	1,20	0,11	95,5	4,5
Mais de 20 a 50	0,42	0,04	95,3	4,7
Mais de 50 a 100	0,08	0,00	100,0	0,0
Mais de 100	0,03	0,00	100,0	0,0
Sem declaração	0,00	0,00	-	-
Total	**100,00**	**100,00**	**65,6**	**34,4**
1998				
0	30,0	81,3	43,2	56,8
Mais de 0 a 0,5	9,8	7,6	72,6	27,4
Mais de 0,5 a 1	23,0	5,3	89,9	10,1
Mais de 1 a 2	21,1	4,0	91,6	8,4
Mais de 2 a 4	9,5	1,0	95,0	5,0
Mais de 4 a 6	1,5	0,1	97,6	2,4
Mais de 6 a 10	1,7	0,1	97,0	3,0
Mais de 10 a 20	1,0	0,1	97,3	2,7
Mais de 20 a 50	0,4	0,0	94,6	5,4
Mais de 50 a 100	0,1	0,0	95,4	4,6
Mais de 100	0,0	0,0	85,3	14,7
Sem declaração	1,8	0,5	88,9	11,1
Total	**100,0**	**100,0**	**67,3**	**32,7**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 22 – **Pessoal ocupado na agropecuária por faixa de rendimentos segundo o sexo (%) / Brasil – 2001/2004 /2006**

Faixa de Rendimentos (em salários mínimos)	*% sobre o total*		*% na faixa*	
	Homem	*Mulher*	*Homem*	*Mulher*
2001				
0	28,984	80,845	43,3	56,7
Mais de 0 a 0,5	15,105	8,588	79,0	21,0
Mais de 0,5 a 1	25,193	6,062	89,9	10,1
Mais de 1 a 2	19,374	3,376	92,4	7,6
Mais de 2 a 4	6,952	0,650	95,8	4,2
Mais de 4 a 6	2,016	0,210	95,4	4,6
Mais de 6 a 10	1,084	0,123	94,9	5,1
Mais de 10 a 20	0,900	0,111	94,6	5,4
Mais de 20 a 50	0,278	0,035	94,4	5,6
Mais de 50 a 100	0,087	0,000	100,0	0,0
Mais de 100	0,020	0,000	100,0	0,0
Sem declaração	0,005	0,000	100,0	0,0
Total	**100,000**	**100,000**	**68,1**	**31,9**
2004				
0	26,3	79,0	41,4	58,6
Mais de 0 a 0,5	15,6	8,8	79,0	21,0
Mais de 0,5 a 1	25,5	6,0	90,1	9,9
Mais de 1 a 2	19,7	4,2	91,0	9,0
Mais de 2 a 4	7,1	0,8	95,0	5,0
Mais de 4 a 6	1,5	0,1	95,9	4,1
Mais de 6 a 10	1,5	0,1	95,6	4,4
Mais de 10 a 20	0,9	0,1	96,2	3,8
Mais de 20 a 50	0,3	0,0	92,8	7,2
Mais de 50 a 100	0,1	0,0	100,0	0,0
Mais de 100	0,0	0,0	100,0	0,0
Sem declaração	1,7	0,9	80,5	19,5
Total	**100,0**	**100,0**	**68,0**	**32,0**
2006				
0	26,7	80,5	40,3	59,7
Mais de 0 a 0,5	19,0	8,6	81,7	18,3
Mais de 0,5 a 1	26,7	6,1	89,9	10,1
Mais de 1 a 2	18,0	3,5	91,2	8,8
Mais de 2 a 4	5,2	0,6	95,0	5,0
Mais de 4 a 6	1,8	0,3	93,2	6,8
Mais de 6 a 10	0,8	0,1	94,4	5,6
Mais de 10 a 20	0,5	0,1	94,7	5,3
Mais de 20 a 50	0,3	0,0	91,9	8,1
Mais de 50 a 100	0,1	0,0	88,0	12,0
Mais de 100	0,0	0,0	100,0	0,0
Sem declaração	0,9	0,2	90,7	9,3
Total	**100,0**	**100,0**	**67,0**	**33,0**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.

Tabela 23 **– Frequência e renda média mensal por atividade do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo / Brasil – 1993/1995/1998 (Valores em reais de setembro de 2006)**

Atividade	*Homem*		*Mulher*	
	*Frequência**	*Renda média*	*Frequência**	*Renda média*
1993				
Lavouras	5.295.716	565,34	647.021	346,88
Pecuária	1.954.741	847,70	124.836	615,09
Aves e pequenos animais	100.908	922,11	38.806	351,69
Horticultura/Floricultura	255.446	616,44	54.383	234,62
Pesca/Aquicultura	299.469	463,12	22.934	166,17
Extração vegetal	142.918	481,10	214.843	79,04
Silvicultura	95.141	591,40	7.540	371,68
Apicultura/Sericicultura	27.705	1.336,28	0	-
Atividade não especificada/ Serviços	48.502	706,42	0	-
Total	**8.220.546**	**636,99**	**1.110.363**	**318,37**
1995				
Lavouras	5.188.694	527,69	636.316	283,07
Pecuária	2.046.895	857,93	108.024	726,96
Aves e pequenos animais	113.872	662,31	64.561	389,28
Horticultura/Floricultura	434.667	614,06	68.458	296,36
Pesca/Aquicultura	343.245	458,99	33.529	206,96
Extração vegetal	154.494	488,53	170.121	103,25
Silvicultura	87.647	685,43	6.511	439,25
Apicultura/Sericicultura	23.265	553,99	1.631	415,07
Atividade não especificada	41.181	563,26	12.033	274,83
Total	**8.433.960**	**612,47**	**1.101.184**	**304,59**
1998				
Lavouras	4.557.872	512,69	536.320	329,16
Pecuária	1.907.732	761,13	104.075	858,21
Aves e pequenos animais	100.678	889,68	43.570	269,07
Horticultura/Floricultura	377.916	622,73	59.812	299,18
Pesca/Aquicultura	324.153	470,51	36.374	268,76
Extração vegetal	107.796	550,34	186.678	91,07
Silvicultura	59.770	555,63	2.593	496,29
Apicultura/Sericicultura	12.572	1.949,60	570	254,33
Atividade não especificada	44.733	1.918,75	4.173	372,44
Total	**7.493.222**	**596,45**	**974.165**	**333,86**

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 1995 e 1998. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.
* Frequência do pessoal ocupado com renda positiva.
Obs.: Os valores de 1993, 1995 e 1998 foram corrigidos para 2006 pelo IGP-DI, da FGV.

Tabela 24 – **Frequência e renda média mensal por atividade do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo / Brasil – 2001/2004/2006 (Valores em reais de 2006)**

Atividade	Homem		Mulher	
	Frequência*	Renda média	Frequência*	Renda média
2001				
Lavouras	4.474.242	420,58	554.131	251,95
Pecuária	1.977.634	652,10	118.970	520,42
Aves e pequenos animais	96.031	621,79	64.610	269,25
Horticultura/Floricultura	475.616	395,99	90.190	270,00
Pesca/Aquicultura	229.461	373,19	17.133	186,73
Extração vegetal	140.570	405,80	95.485	122,11
Silvicultura	43.502	548,57	6.498	338,24
Apicultura/Sericicultura	7.491	579,89	0	-
Atividade não especificada/ Serviços	66.412	948,44	2.493	221,54
Total	**7.510.959**	**486,40**	**949.510**	**274,76**
2004				
Lavouras	5.089.593	415,16	649.464	258,76
Pecuária	2.005.310	608,53	110.045	471,14
Aves e pequenos animais	142.086	440,14	77.801	146,84
Horticultura/Floricultura	551.201	384,69	118.953	219,65
Pesca/Aquicultura	274.505	293,13	27.632	118,98
Silvicultura/Exploração florestal	204.426	425,84	93.891	80,97
Apicultura/Sericicultura	16.519	574,62	1.471	357,05
Atividade não especificada/ Serviços	408.868	431,04	61.011	398,97
Total	**8.692.508**	**455,69**	**1.140.268**	**257,14**
2006				
Lavouras	4.587.862	433,71	582.728	284,89
Pecuária	2.090.123	634,71	125.252	901,74
Aves e pequenos animais	151.354	589,38	82.466	213,64
Horticultura/Floricultura	499.045	526,02	132.029	290,42
Pesca/Aquicultura	277.554	296,94	23.364	152,89
Silvicultura/Exploração florestal	216.783	517,91	92.313	126,55
Apicultura/Sericicultura	17.200	603,48	869	88,07
Atividade não especificada/ Serviços	532.507	534,14	60.131	359,39
Total	**8.372.428**	**496,59**	**1.099.152**	**338,32**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001, 2004 e 2006. Tabulações Especiais Melo; Di Sabbato, 2007.
* Frequência do pessoal ocupado com renda positiva.
Obs.: Os valores de 2001 e 2004 foram corrigidos para 2006 pelo IGP-DI, da FGV.

Conclusões

Os anos 1970 assistiram à explosão da segunda onda feminista no Brasil, com as reivindicações das mulheres ganhando espaço na sociedade e provocando mudanças de comportamentos no âmbito privado e público. A modernidade, que parece uma propriedade dos valores urbano-industriais, a nosso ver não está separada do rural; este é fruto da separação campo e cidade, e esses movimentos são faces de um mesmo processo – do desenvolvimento capitalista. A emergência do feminismo provocou, nos últimos trinta anos, uma agenda teórica nova nas áreas das ciências sociais e humanas, na qual as operárias, camponesas, trabalhadoras rurais exigem respostas do mundo científico para melhor compreensão de suas realidades. Seja por novas formulações teóricas, seja por levantamentos de dados que possam explicar por que o acesso à terra e à renda é desigual entre mulheres e homens. Houve e há a permanência do tema da invisibilidade do trabalho feminino que ressurge do passado até os dias atuais.

Um breve olhar sobre a literatura socioeconômica de gênero mostra que esse debate sobre a oposição entre o âmbito doméstico e a produção de mercadorias ficou inconcluso, apenas delineia um fosso entre as relações de serviço no matrimônio e os princípios que dominam a produção de mercadorias na ordem capitalista. Esse registro serve para indicar que as questões feministas têm produzido incessantemente uma agenda de debates a respeito dos estudos de gênero, mas essa se propaga de modo diverso no interior das várias disciplinas acadêmicas e nas diferentes linhas de pesquisa das universidades do país. Isso também marcou os estudos de gênero do meio rural.

A ideologia patriarcal que reconhece a supremacia dos homens na sociedade ainda é uma forte marca no meio rural, e este estudo comparativo sobre a estrutura econômica das atividades agropecuárias para o período 1993 a 2006 ainda tem uma forte marca do peso da família patriarcal na construção da sociedade rural. As mulheres trabalham pesado nas roças, hortas e quintais, mas essas tarefas são caracterizadas como complementares e vistas apenas como uma ajuda para a família – os estereótipos que caracterizam o lugar inferior da mulher na sociedade ainda marcam fortemente as mulheres rurais. "A grande maioria das mulheres que trabalham no campo nada ganha" (Martine, 1987). Essa frase, escrita há vinte anos, parece uma conclusão deste trabalho sobre a situação das trabalhadoras rurais. O fato é que essa questão permanece no âmago do problema do trabalho feminino rural, embora sua incidência venha ao longo dos anos sofrendo uma redução.

Uma pista possível para o debate acerca da invisibilidade e da produção sem remuneração e de autoconsumo da agropecuária talvez seja dada pelos estudos sobre a agricultura familiar e a produção de subsistência (Delgado, 2004). Na pesquisa sobre a agricultura familiar, Paulilo (2004, p. 245) conclui que esta é um empreendimento econômico, mas não existe a categoria profissional "trabalhador familiar"; dessa forma, nas estatísticas, a esposa e os filhos aparecem como "membros não remunerados da família", embora o pai tampouco seja remunerado. Desvendar essa questão, junto com a condição feminina, pode ser a forma de transformar esse problema antigo – "a vida familiar e a vida do trabalho se fundem numa mesma dinâmica para as mulheres do meio rural" –, que pelas informações atuais permanece presente no cotidiano dessas famílias, de modo que possibilite incorporar a perspectiva de gênero nos estudos sobre o trabalho rural.

No entanto, esse olhar sobre as estatísticas desse período não pode obscurecer que o meio rural está em mutação. As mulheres se afastam do universo rural pela falta de oportunidades, e as informações analisadas neste estudo mostram um movimento de masculinização do mercado de trabalho rural, com o êxodo feminino. Este parece ter arrefecido em 2006, talvez pelas mudanças da política de crédito para a agricultura familiar, que ampliaram o financiamento agrícola e promoveram maior dinamismo na ocupação das mulheres agricultoras. Mas prevalecem ainda os homens e uma população infantil maior do que a encontrada no urbano. Eis a realidade do meio rural. Provavelmente, essa concentração nas faixas etárias mais jovens demonstra maior fecundidade da população rural, o que pode ter alguma relação com o império da velha tradição patriarcal – a contracepção ainda é tabu no campo. Esse quadro se completa com a precária escolaridade desse mundo. O analfabetismo é uma dura realidade desses homens e mulheres e atinge ambos de forma bastante similar, embora as mulheres apresentem uma ligeira melhora em relação aos homens no período estudado.

A participação da população rural e também o peso relativo das atividades agropecuárias na estrutura produtiva mantiveram sua histórica tendência descendente, diante do avassalador processo de urbanização da sociedade. Em 1993 a população residente rural era 21,6% da nacional; em 1998 essa taxa caiu para 20,4%; em 2001 foi de 16%, expressando a profunda reestruturação produtiva da agropecuária e o fechamento de milhares e milhares de postos de trabalho no setor. Em 2006 a queda foi estancada, refletindo provavelmente a política da agricultura familiar, e a taxa de participação subiu um pouco, foi para 16,7%, o que significa uma diminuição na pressão migratória para as grandes metrópoles brasileiras.

A concentração da terra e os baixos rendimentos estão na raiz desse êxodo das populações rurais. O trabalho nas atividades agropecuárias continua sendo o de pior remuneração; o rendimento médio por hora trabalhada nas atividades agropecuárias é muito inferior à média de remuneração por hora trabalhada nas demais atividades econômicas, e essa tendência permaneceu nesses anos. Talvez o fato de no meio rural a produção de mercadorias e a produção para o próprio consumo ter a possibilidade de convivência tão fácil permita a existência de uma diferença tão forte entre os rendimentos rurais e urbanos.

O meio rural também tem um rosto preto/pardo. Há uma presença maior de trabalhadoras(es) pretas(os) e pardas(os) no contingente dos ocupados rurais do que a participação destas(es) na demografia nacional. Provavelmente, o mundo rural engloba um grande contingente de pobres e isso se reflete num maior peso da população parda/preta no setor agropecuário. Sobretudo, é a população parda feminina e masculina que faz a diferença, dando o tom da pele dos ocupados rurais. Da mesma forma que no restante da sociedade, as trabalhadoras rurais envelheceram e são mesmo mais velhas que seus companheiros de trabalho; esse envelhecimento foi possivelmente acentuado pelo êxodo rural feminino.

O trabalho feminino na agropecuária é majoritariamente não remunerado e para consumo próprio; para as poucas que auferem rendas monetárias, estas ainda são inferiores às percebidas pelos homens. E essa situação permaneceu ao longo desses anos analisados, embora aponte uma tendência de maior igualdade, refletindo a mobilização das trabalhadoras rurais. Independentemente da forma como se mensura a renda agropecuária, a precariedade da condição feminina salta aos olhos: em 1993, 1995, 1998, 2001, cerca de 79% das trabalhadoras rurais não auferiam rendas monetárias. A boa notícia é que em 2004 essa taxa de participação de trabalhadoras rurais sem remuneração caiu para 74,9%, mas em 2006 voltou a seu patamar histórico (movimento inverso encontrado nas atividades de autoconsumo permite pensar em problemas de coleta de dados em 2004). O drama feminino é que a proporção de trabalhadores sem remuneração significa apenas 26,2% dos homens ocupados em 2006; é elevada essa participação masculina, mas bastante inferior à taxa de participação das mulheres, que permanece num patamar tão superior. As trabalhadoras com melhor remuneração são as ocupadas na pecuária, possivelmente devido ao fato de que essa é uma das poucas atividades em que se registra a existência, ainda que reduzida, de empregadoras no meio rural.

Os dados apresentados permitem concluir que, nas atividades realizadas pelas mulheres na lavoura e na pecuária, estas se destacam como coadjuvantes

do trabalho masculino. É uma extensão do papel da mulher no âmbito da família, daí o enorme peso do trabalho não remunerado realizado por elas. Diversa é a característica do trabalho não remunerado das mulheres ocupadas nas culturas de aves e pequenos animais e horticultura/floricultura. Nessas atividades as mulheres aparecem como provedoras da alimentação familiar, uma vez que predomina o trabalho na produção para autoconsumo. Nessas atividades as mulheres desempenham um papel importante na alimentação e na segurança alimentar da unidade familiar; agregado ao peso do trabalho sem remuneração, vê-se que as mulheres rurais não dispõem das mesmas oportunidades que os homens, não têm acesso aos recursos econômicos, nem ao poder decisório. Esse diagnóstico aponta para a permanência da tradição patriarcal na constituição da família rural, mas também mostra que estão em curso mudanças, tais como as expressas pelo ligeiro aumento da chefia feminina nos lares rurais.

Resta enfrentar a questão de por que o meio rural reproduz tão pesadamente, ainda, a discriminação do papel social feminino, expresso pelo grande contingente de mulheres trabalhando sem remuneração, portanto com menos possibilidade de autonomia econômica. Outro enigma refere-se às horas trabalhadas: quase um terço das agricultoras têm jornada de trabalho de até 10 horas semanais. Essas jornadas tão baixas expressam o entendimento que as mulheres rurais têm do que seja trabalho. Diferentemente das trabalhadoras urbanas, que têm que sair de casa para realizar suas tarefas extracasa, no campo essa questão aparece de forma diversa e difusa entre mulher-mãe e mulher-trabalhadora.

Fechando essas conclusões pode-se afirmar que, ao longo desses treze anos mostrados pelas informações reunidas neste trabalho, evidencia-se que a participação das pessoas em atividades agropecuárias na população ocupada manteve sua histórica tendência descendente: de 27,4% em 1993 para 26,1% em 1995, 23,4% em 1998, 20,6% em 2001, e permanece praticamente nesse patamar; com 21% em 2004, caindo um pouco para 19,3% em 2006 (Tabelas 6a e 6b). Essas taxas sugerem que nos anos 2000 manteve-se a dinâmica da ocupação agropecuária. Mas o mais importante foi a elevação real dos rendimentos das mulheres rurais entre 2006 e 2004; houve um crescimento de 31,5% desses rendimentos em 2006 em relação a 2004; para os homens também houve crescimento, mas bem mais modesto, isto é, de 8,9% no período. Seguramente essa melhoria dos rendimentos da agropecuária está relacionada ao financiamento das safras feito para a agricultura familiar, tão incentivado pela política agrária do atual governo. A expansão mais espetacular dos rendimentos femininos na ocupação rural talvez expresse uma mudança comportamental sobre o papel das mulheres, que na vida urbana já está mais avançada e que lentamente penetra no meio rural.

Referências

Abramovay, Ricardo; Camarano, Ana Amélia; Pinto, Marly Santos. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: tendências recentes. **Como Vai? População Brasileira,** Brasília, IPEA/IBGE, ano 2, n. 2, set. 1997.

Aguiar, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

Alves, Maria de Fátima Paz. Diferenças no acesso ao crédito para as mulheres rurais: uma análise do Pronaf Mulher no oeste potiguar, nordeste do Brasil. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito, Equador, 2006.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1993, 1995, 1998, 2001, 2004, 2006.** Pesquisa Mensal de Emprego, texto resumo. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2006.

______. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais – 2004.** Brasília, DF: IBGE, 2005. (Estudos e Pesquisas, 15).

______. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/Nead, 2006. (Nead Debate, 9).

______. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead). **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília: MDA/Nead, 2005. (Nead Debate, 6).

Brumer, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

Brumer, Anita; Paulilo, Maria Ignez (Org.). As agricultoras do sul do Brasil (dossiê). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

Buainain, A. M.; Silveira, J. M.; Magalhães, M. M.; Artes, R.; Souza Filho, H. M. **Estudos de gênero em assentamentos da reforma agrária.** Relatório Preliminar. Campinas: Unicamp, set. 2004.

Cebotarev, E. A. A organização do tempo de atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas na América Latina. In: Aguiar, Neuma (Co-

ord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina:** análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

Costa, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu,** n. 11, p. 127-140, 1998.

Deere, Carmen D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

Deere, Carmen D.; Léon, Magdalena. **O empoderamento da Mulher**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

Delgado, Guilherme Costa. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira:** gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. Brasília: IPEA, jun. 2004. (Texto para Discussão, 1025).

Ferrão, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE (Santiago)**, v. 26, n. 78, p. 123-130, set. 2000. ISSN 0250-7161.

Goldani, Ana Maria. Demografia e feminismos: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In: Aguiar, N. (Org.). **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; Record, 1997.

Graziano da Silva, F. O novo rural brasileiro. **Nova Economia,** Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

Lavinas, Lena (Org.). Seminário "Mulher Rural – Identidades na Pesquisa e na Luta Política", 1987, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

León de Leal, Magdalena; Deere, Carmen Diana. A proletarização e o trabalho agrícola na economia parcelária: estudo da divisão do trabalho por sexo em duas regiões colombianas. In: Aguiar, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

Martine, George. Evolução da participação da mulher na atividade agropecuária no Brasil. O que dizem os censos? In: Lavinas, Lena (Org.). Seminário "Mulher Rural – Identidades na Pesquisa e na Luta Política", 1987, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

Melo, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório de Pesquisa, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Cepal, 2004. Mimeo. [Texto

para Discussão da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, 169, 2005].

Melo, Hildete Pereira de; Di Sabbato, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/Nead, 2006. (Nead Debate, 9).

———. The feminine in the rural world: a look through PNAD/IBGE. World Congress of Rural Sociology, 10.; Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

Melo, Hildete Pereira de; Considera, Cláudio M.; Di Sabbato, Alberto. Os afazeres contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP: Unicamp, dez. 2007.

Melo, Ligia Albuquerque de. A realidade da mulher agricultora sertaneja no crédito do Pronaf. **Boletim Nead.** Disponível em: <www.nead.org.br/boletim>. Acesso em: 22 abr. 2006.

Ney, Marlon Gomes; Hoffmann, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2003.

O Globo, 16 set. 2006.

Paulilo, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

Rua, Maria das Graças; Abramovay, Miriam. **Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas?** – As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, Unesco, 2000.

Saffioti, H. O processo de individualização da trabalhadora rural. In: Lavinas, Lena (Org.). Seminário "Mulher Rural – Identidades na Pesquisa e na Luta Política", 1987, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

Saffioti, H.; Ferrante, Vera. **Movimentos de mulheres numa zona rural paulista:** conflitos sociais no sindicato rural. Petrópolis: Vozes, 1985.

Sautu, Ruth. Formas de organização agrária, migrações sazonais e trabalho feminino. In: Aguiar, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina:** análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

Scott, Joan. Gender and politics of history. [Prefácio]. **Cadernos Pagu,** Campinas, SP, n. 3, p. 11-27, 1994.

______. História das mulheres. In: Burke, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

Siqueira, Deis; Osório, Rafael. O conceito de rural. In: Giarraca, Norma (Comp.). **Una nueva ruralidad em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2001. (Colección Grupos de Trabajo de Clacso).

Spindel, Cheywa R.; Jaquette, Jane; Cordini, Mabel (Org.). A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina. In: Seminário "Mulheres, Agricultura e Modernização Rural na América Latina", 1984, Brasília. **Anais...** Brasília: Fundação Carlos Chagas (FCC); Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA); Equity Policy Center, 1984.

Stolcke, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres

Maria Rosa Lombardi

Introdução

Este artigo tem como objetivo contribuir para o debate acerca da ocupação de homens e mulheres no setor agropecuário brasileiro, entendendo que a divisão sexual do trabalho atribui a cada sexo posições e possibilidades de inserção diferentes, as quais são construídas sobre imagens ou representações de gênero vigentes na sociedade. Dito de outra forma, existe na sociedade uma "ordem de gênero" (Todaro; Abramo; Godoy, 2002), a qual, juntamente com outras segmentações, como, por exemplo, etnia, classe social, idade, qualificação, situação do domicílio (rural ou urbano), classifica e hierarquiza os espaços sociais em geral, e os do trabalho em particular, como mais ou menos masculinos ou femininos e os valoriza de forma diferente. Uma outra dimensão é relevante para o estudo do trabalho feminino em geral – e no agropecuário em especial –, a saber, as relações que se estabelecem entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres nas esferas reprodutiva ou doméstica e pública ou produtiva, uma vez que a maior parte da ocupação feminina no agropecuário se dá em unidades produtivas familiares, em atividades destinadas para o consumo próprio ou do grupo familiar.

Procuramos conjugar a análise das estatísticas oficiais, basicamente as PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, no período 1993-2006[1], com a bibliografia nacional e internacional consultada sobre o setor agropecuário e suas transformações recentes, sobre o trabalho das mulheres em geral e na agricultura familiar.

O artigo está estruturado em três partes. Inicialmente discute as principais tendências do trabalho feminino nos últimos quarenta anos, apontadas por diversos estudos, atualizando-as com dados recentes e situando nesse panorama, sempre que possível, as especificidades do trabalho feminino no setor agropecuário. Na segunda parte reportamo-nos às transformações que vêm ocorrendo no setor agropecuário brasileiro, e nesse cenário procuramos analisar algumas características da ocupação, da inserção e do emprego formal das mulheres comparativamente aos homens e, finalmente, tecemos algumas considerações finais, levantamos questões e hipóteses para futuras pesquisas.

1 Pontos inicial e final da série histórica compilada por Melo e Di Sabbato (2007) a que tivemos acesso.

Tendências atuais do trabalho feminino

Ao analisar o trabalho feminino numa perspectiva evolutiva, algumas grandes tendências sobressaem. A primeira delas é a persistência do crescimento da atividade feminina no mercado de trabalho, evidenciado pelas crescentes taxas de atividade e de participação feminina na população economicamente ativa (PEA), um fenômeno que se acentuou nas três últimas décadas do século XX e que tem continuado na primeira década do novo milênio.

Em segundo lugar, no período considerado, transformações demográficas se consolidaram na população brasileira, com reflexos importantes sobre o perfil da força de trabalho feminina. Por exemplo, a queda nas taxas de fecundidade, a redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população, o aumento dos domicílios com chefia feminina e, principalmente, a alteração no perfil demográfico das trabalhadoras, que, atualmente, tendem a ser mais velhas, casadas e mães. Mas talvez a transformação mais decisiva no perfil da mão de obra feminina tenha sido o aumento da sua escolaridade para patamares superiores aos dos homens.

Uma terceira tendência trata da persistência da desigualdade nas posições em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho, comparativamente aos homens. Permanece a maior concentração feminina em posições precárias e vulneráveis no mercado de trabalho, a concentração das mulheres em alguns setores, atividades econômicas e profissões em que sua presença já é tradicional, a desigualdade dos ganhos, em que pese a tendência da diminuição das desigualdades entre os sexos em quase todas as dimensões mencionadas, nos últimos quarenta anos.

Uma quarta tendência apontada pela literatura internacional é a identificação da bipolaridade ou dualidade do trabalho feminino, introduzindo mais uma segmentação no grupo de mulheres trabalhadoras: de um lado, grandes contingentes de trabalhadoras envolvidas em trabalhos precários, mal ou não remunerados e menos valorizados, e de outro, um pequeno, mas crescente contingente de mulheres altamente qualificadas e escolarizadas, envolvidas em carreiras profissionais de prestígio, ascendendo nas hierarquias empresariais e chegando a postos de chefia e direção.

Finalmente, uma última e persistente tendência não pode deixar de ser lembrada, pois apesar dos avanços da escolaridade das mulheres e do crescimento

da sua participação no mundo do trabalho, permanece o padrão da divisão sexual do trabalho doméstico, segundo o qual a mulher é a principal responsável pelo cuidado com os filhos, a casa e a família. Em outras palavras, se a divisão sexual do trabalho remunerado ou produtivo tem se tornado mais flexível, ampliando as fronteiras da participação feminina para profissões, áreas de atividade e posições hierárquicas antes majoritariamente masculinas, a divisão sexual do trabalho doméstico ou reprodutivo não caminhou na mesma direção, podendo-se afirmar que, nesse sentido, tem servido de freio a uma mais completa integração e valorização das mulheres no mundo do trabalho.

O contínuo aumento da participação feminina no mercado de trabalho

No que tange ao aumento crescente e contínuo da participação feminina, como demonstram os dados do IBGE, com um acréscimo de trinta milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2005, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, pois enquanto a taxa de atividade masculina se manteve, durante todo o período, entre 73 e 75%, a das mulheres quase duplicou. Dessa forma, se, em 1976, 28 em cada 100 mulheres trabalhavam, em 1995, 48 em 100[2], em 2002, 50,3% das mulheres brasileiras estava trabalhando ou procurando ativamente por um trabalho (FCC, 1998). Em 2005, esse marco simbólico foi ultrapassado, podendo-se afirmar que a maioria das mulheres brasileiras trabalhava, ou 52 em 100. As taxas de atividade variam conforme a situação de domicílio, urbano ou rural, demonstrando que nesta última zona trabalha-se mais que nas cidades. Assim, no mesmo ano, a taxa de atividade masculina urbana atingia 71,2% e a rural, 82,2%. No caso das mulheres, elas variaram entre 50,8% na área urbana e 56,4% na rural (IBGE, 2006). O contínuo aumento de mulheres que procuram uma colocação no mercado de trabalho, ou da população feminina economicamente ativa, tem sido considerado um dos fatores explicativos para o maior aumento do desemprego feminino quando comparado ao masculino; no Brasil, a partir da década de 1990 (Lavinas, 2000; Ramos; Brito, 2003), na Europa, desde os 1980 (Maruani, 2008). Essa tendência persiste: em 2005, 19,7% da PEA feminina e 14,4% da masculina estavam desempregados na região metropolitana de São Paulo.

2 A partir de 1992 o IBGE passou a adotar um conceito de trabalho ampliado, considerando ativas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho por pelo menos uma hora na semana de referência, o que se refletiu no grande aumento das taxas de atividade, sobretudo as femininas.

Transformações no perfil demográfico da mão de obra feminina

No que diz respeito ao perfil da força de trabalho feminina, vários estudos têm mostrado que, desde 1980, ele vem sofrendo alterações: se até o final dos anos 1970, a maior parte das trabalhadoras era jovem, solteira e sem filhos e a regra aceita era a interrupção da vida profissional a partir do casamento e, sobretudo, da chegada dos filhos, hoje a maioria das trabalhadoras é mais velha, casada e tem filhos.

Essa transformação advém do fato de as mulheres se inserirem no mercado de trabalho e nele permanecerem, mesmo com a presença de filhos pequenos. De fato, a presença de filhos pequenos, mormente até dois anos, ainda é um fator que diminui a atividade feminina, embora pese cada vez menos. Assim, se em 1995, a taxa de atividade das mães com filhos até dois anos era 49,7%, dez anos depois, em 2005, 54,9% das mães com filhos até dois anos trabalhavam (Bruschini et al., 2008).

Acrescente-se a isso, que o envelhecimento da população em geral tem indicado uma maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (75 anos), do que para os homens (68), o que também teria influência na presença de mulheres mais velhas na força de trabalho (IBGE, 2006). Considerando a parcela da população residente com 50 anos e mais de idade e a situação de domicílio, entre 1993 e 2006, a tendência de envelhecimento é identificada para ambos os sexos. Assim, os homens maiores de 50 anos que residem na zona urbana passaram de 13,8%, em 1993, para 18,2%, em 2006; e os que residem nas zonas rurais, de 14,9% para 19%. No caso das mulheres, entre as que moravam nas cidades, 15,8%, em 1993, e 21%, em 2006, tinham mais de 50 anos; nas zonas rurais, as proporções eram, respectivamente, 14,9% e 18,9% (Melo; Di Sabbato, 2007).

Além disso, nos últimos 30-40 anos, desenharam-se e se consolidaram duas outras tendências. Em primeiro lugar, verificou-se importante queda na taxa de fecundidade das brasileiras, o que influenciou o tamanho das famílias, hoje muito menores do que no passado, liberando as mulheres para o mercado de trabalho; e, em segundo, uma diversificação nos arranjos familiares tradicionais e o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres.

Em 2005, a taxa de fecundidade das brasileiras era de 2,1 filhos por mulher e o tamanho médio das famílias girava em torno de 3,4 pessoas, menor na área urbana – 3,36 pessoas por domicílio – do que na rural – 3,77 pessoas (Ministério da Saúde,PNDS, 2006). A taxa de fecundidade tem decrescido desde

os anos 1970, indicando a racionalização familiar em curso no país. Em 1990 atingia 2,79 filhos por mulher; em 2005, 2,1; e em 2008, 1,86 (IBGE, 2008). A proporção de domicílios chefiados por mulheres era de 25,5% em 2002 (FCC, 1998) e atingiu 30,6% em 2005 (IBGE, 2006). Em se tratando das áreas rurais, como diversos estudos apontam, há maior dificuldade na identificação da mulher como pessoa de referência, em função dos padrões culturais patriarcais mais arraigados, que relegam as mulheres ao segundo plano e atribuem a chefia da família ao homem, mesmo que ele não seja o provedor principal. Essa situação se reflete na menor declaração de chefia feminina entre os ocupados do setor agropecuário que, segundo apuraram Melo e Di Sabbato (2007), passou de 11,4%, em 1993, para 16,2%, em 2006.

A chefia familiar feminina costuma ser identificada com situações de maior pobreza e precariedade social, entendendo-se que existe menor possibilidade de auferir rendimentos nesses tipos de arranjos familiares do que naqueles em que há a presença do casal. De fato, comparando-se o rendimento domiciliar mensal das famílias chefiadas por mulheres com o daquelas com chefia masculina, constata-se aquela associação: 37% dos domicílios chefiados por mulheres e 29% dos chefiados por homens tinham renda mensal domiciliar de até dois salários mínimos em 2002, segundo o IBGE (FCC, 1998; Série Histórica Mulheres, trabalho e família). Um cruzamento por raça/etnia das chefes indicou que entre elas prevalecem as pretas e pardas, sobretudo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Sorj e Fontes (2008) procuraram precisar algumas diferenças entre o nível socioeconômico e o perfil demográfico das famílias chefiadas por mulheres, separando-as em chefia feminina com filhos, com e sem a presença de cônjuge. As autoras identificam a maior precariedade dos domicílios chefiados por mulheres com filhos e sem cônjuge (monoparentais femininas), no tocante à renda auferida: em 2005, a renda familiar *per capita* desses domicílios era R$ 231,00 – a menor entre todos os arranjos familiares estudados pelas autoras. Essas famílias, além disso, concentravam a maior porcentagem de pobres (55,7%) e de extremamente pobres (33,5%)[3]. Essas são informações eloquentes que referendam a maior vulnerabilidade econômica das famílias monoparentais femininas, arranjo familiar que vem crescendo no país.

3 No estudo citado, a linha da pobreza foi estimada em R$ 163,00, em setembro de 2005, e a linha de indigência, a metade desse valor (p. 190, nota 2).

O aumento da escolaridade feminina

Talvez a mudança de maior repercussão tenha sido o aumento do nível de escolaridade das mulheres, atingindo patamares superiores aos dos homens, em que pesem as grandes diferenças entre as regiões do Brasil e entre as cidades e o campo. A mediana de anos de estudo dos brasileiros em 2005 foi de 7, para as mulheres, e 6, para os homens, menores nas Regiões Norte e Nordeste e particularmente nas zonas rurais. Se nas regiões urbanas, a mediana de ambos os sexos atingiu 8 anos, nas zonas rurais ela foi a metade, ou 4 anos (Ministério da Saúde, PNDS, 2006). Essa situação atual é melhor, entretanto, quando comparada a anos anteriores. Tomando outro indicador, a porcentagem de pessoas com nove e mais anos de estudo na população rural e urbana, entre 1993 e 2006, percebe-se essa evolução, bem como a persistência da menor escolaridade na zona rural e a maior escolaridade feminina comparada à masculina. Assim, se, em 1993, 16,8% dos homens urbanos e apenas 2,8% dos rurais tinham estudado por nove anos, no mínimo, em 2006, as porcentagens foram 35,5% e 12,1%. No caso das mulheres urbanas, 17,9% tinham aquele nível de escolaridade em 1993, e apenas 3,5% das rurais. Em 2006, 38,4% e 15,2% das residentes, respectivamente, nas cidades e na zona rural tinham estudado, no mínimo, nove anos (Melo; Di Sabbato, 2007).

Dados do Ministério da Educação reiteram, do lado da oferta educacional, a maior escolaridade feminina ante a masculina. Assim, no ensino médio, a proporção de matrículas femininas, em 2006, foi 54,1%. No ensino superior, as conclusões femininas se mantêm próximas dos 60%, desde a década de 1990 até hoje. Se não há dúvida que quase todas as profissões se abriram às mulheres, o que diversos estudos têm demonstrado é a recomposição da divisão sexual do trabalho internamente às diversas profissões, reproduzindo a hierarquia de gênero, no que diz respeito ao prestígio e à remuneração (Lombardi, 2005; Junqueira, 1998; Thurler; Bandeira, 2008; Marry, 2008). Outra constatação recorrente é a estreita relação entre escolaridade e atividade dos trabalhadores, ou seja, quanto mais escolarizado o trabalhador, maior tende a ser sua taxa de atividade. Mas, no caso das mulheres, esse impacto é especialmente considerável. Em 2005, a taxa de atividade feminina total era 52,9%, a taxa de atividade das mulheres com 11 a 14 anos de estudo atingia 73,3% e a das com 15 anos ou mais, 82,8%, indicando a determinação de permanecer no mercado de trabalho e desenvolver uma carreira profissional. Comparem-se esses números com os dos homens, cuja taxa de participação total foi 73,6% e a taxa dos com 15 e mais anos de estudo, 89,1% (Bruschini et al., 2008).

Inserção diferencial das mulheres no mercado de trabalho e a tendência à bipolaridade do trabalho feminino

Seja qual for o ângulo que se eleja para analisar a inserção das mulheres no mercado do trabalho, informações estatísticas e qualitativas recorrentes têm demonstrado desigualdades em comparação com a inserção dos homens. Para começar, as proporções de mulheres em posições mais desfavoráveis e mais vulneráveis são expressivamente maiores que as dos homens, sendo que essas mulheres executam funções em grande medida sem proteção legal, sujeitas a longas jornadas de trabalho e com baixa ou nenhuma remuneração. Considerando em posições precárias ou desfavoráveis o conjunto dos trabalhadores domésticos, dos não remunerados e dos trabalhadores para o consumo próprio ou do grupo familiar, temos que em 1993 essas posições congregavam 40% das brasileiras ocupadas e apenas 11% dos ocupados. Nos anos mais recentes essa tendência permaneceu, mesmo com proporções declinantes: em 1998, 39,6% das ocupadas e 10,7% dos ocupados eram trabalhadores domésticos, não remunerados ou produziam para o consumo próprio; em 2002, 34,2% e 8,8% respectivamente (FCC, 1998) e, finalmente, em 2007, 30,6% das ocupadas se situavam naquelas posições precárias e apenas 8,3% dos ocupados (IBGE, 2008a). As três posições mencionadas congregavam, em 2007, cerca de doze milhões de trabalhadoras, dentre as quais as empregadas domésticas formavam o grupo mais representativo numericamente (6,3 milhões ou 54%), seguido das não remuneradas (2,9 milhões ou 25%) e das que trabalhavam para o consumo próprio (2,5 milhões ou 21%). O trabalho das empregadas domésticas se desenvolve na informalidade, já que cerca de 3/4 delas não possuíam carteira de trabalho, além de ser mal remunerado, pois, em 2005, 96% ganhavam até dois salários mínimos. As não remuneradas, por sua vez, trabalhavam principalmente no setor agrícola (64% delas), mas também no comércio (15,5%), na prestação de serviços (9,2%) e na indústria de transformação (8,4%). A quase totalidade das que trabalhavam para consumo próprio e do grupo familiar, por sua vez, desenvolviam suas atividades no setor agrícola (Bruschini, 2008).

Se o entendimento do que sejam as posições precárias e vulneráveis do mercado de trabalho deixar de considerar os trabalhadores que produzem para o consumo próprio e, em seu lugar, incluir os assalariados sem carteira assinada e os autônomos que trabalham para o público, como faz o Dieese (2006), encontraremos, na região metropolitana de São Paulo, tanto em 1999 como em 2002, 43% das trabalhadoras em posições vulneráveis e cerca de 30% dos trabalhadores.

Sob outro ângulo de análise, o do segmento formal do mercado de trabalho, no qual se celebra algum tipo de contrato entre empregador e empregado e há proteção das leis trabalhistas, veremos que também aqui a participação feminina sempre foi e se mantém minoritária (entre 30 e 40% dos postos de trabalho), embora nas últimas décadas apresente-se crescente: em 1985, 32,4% dos empregos formais eram ocupados por mulheres; em 1995, 37,3%; em 2002, 39,7% (FCC, 1998); e, em 2006, atingiu 40,6% (MTE, Rais, 2006).

No que diz respeito à inserção segundo as atividades econômicas, homens e mulheres ocupam lugares diferentes na estrutura econômica. As maiores oportunidades femininas continuam a ser oferecidas nos serviços, pois absorveu 39% da ocupação feminina, em 2007, aí computadas as áreas de educação e saúde, além dos serviços pessoais e domésticos (IBGE, 2008a). O comércio/reparação e o setor agrícola vêm a seguir, absorvendo, respectivamente, 16,5% e 13,9% da ocupação feminina. Do lado dos trabalhadores, as atividades agrícolas ocupam 21,5%, seguidas do comércio e reparação (19%), da indústria (17%) e da construção (11%).

Ocorreram duas mudanças nesse padrão de ocupação na última década. A primeira foi a queda da parcela do pessoal ocupado na atividade agrícola, que de cerca de 1/4 em 1997, passou para 17,5% em 2007; e, a segunda, a perda de importância do setor na geração da ocupação de ambos os sexos, mas principalmente das mulheres. A atividade agrícola, que era a segunda maior absorvedora da força de trabalho feminina em 1997 (20,2%), só perdendo para os serviços, passou para terceiro lugar em 2007 (13,2%) (IBGE, 2008a).

Dualidade ou polarização do trabalho feminino

Denominou-se dualização ou bipolarização da ocupação feminina (Kergoat, 1998) o processo de segmentação da ocupação feminina, identificado durante as décadas de 1980 e 1990 nos países desenvolvidos, segundo o qual, de um lado, cresce o grupo de médicas, engenheiras, advogadas, gerentes e diretoras e outras profissionais qualificadas e, de outro, permanece ou se expande o grupo de mulheres pouco ou não qualificadas, desempenhando atividades pouco valorizadas, não raro sem contratos nem proteção legal. Se a existência de um contingente de trabalhadoras em posições precárias, que prestam serviços a mulheres e famílias de classe média urbana não é novidade nos países da América Latina e no Brasil, na Europa dos anos 1980-1990 esse segmento ganhou vulto em face do aumento da migração de mulheres do Leste Europeu. Kergoat e Hirata (2008) analisam esse fenômeno sob a ótica da divisão sexual do trabalho e identificam

a reorganização simultânea do trabalho remunerado e do doméstico: na esfera do trabalho doméstico teria lugar a "externalização" do trabalho, por parte das profissionais qualificadas, para mulheres mais pobres e precárias – imigrantes no hemisfério norte e migrantes no sul –, e um certo grau de envolvimento dos homens – sobretudo os jovens – na sua divisão. Externalizar o trabalho doméstico, ao mesmo tempo, atenuaria as tensões nos casais, acentuaria a segmentação interna ao grupo de mulheres e incentivaria o aumento do fluxo migratório feminino dos países do Leste Europeu e da África para a Europa e das regiões rurais para as urbanas, no hemisfério sul. No tocante aos países do hemisfério sul, particularmente no Brasil, a bipolarização do trabalho feminino também pode ser evidenciada, de um lado, pela crescente parcela de mulheres qualificadas em uma ampla gama de profissões de nível universitário e, de outro, pela permanência de aproximadamente 1/3 das mulheres ativas no emprego doméstico, na produção para o consumo próprio ou trabalhando sem remuneração.

Rendimentos do trabalho

Finalmente, no que diz respeito aos rendimentos do trabalho, uma tendência iniciada nos anos 1980 vai se consolidar nos anos 1990: a diminuição do espaço de desigualdade entre a remuneração dos homens e das mulheres. Quer dizer, as mulheres continuaram a ganhar menos que os homens independentemente do setor de atividade econômica, da duração da jornada de trabalho, do número de anos de estudo, da sua posição na ocupação (ou do tipo de vínculo de trabalho), mas a diferença entre os seus ganhos e o dos homens diminuiu (Bruschini; Lombardi, 2003; Guimarães, 2001). O processo de diminuição da diferença de rendimento entre os sexos tem prosseguido, atingindo o maior índice dos últimos anos em 2007, quando o rendimento médio real de todos os trabalhos das mulheres correspondia a 66,1% da remuneração média masculina[4] (IBGE, 2008a).

Permanência da responsabilidade feminina pelo trabalho na esfera doméstica

Nos últimos quarenta anos, as mulheres continuaram sendo as principais responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e da família, o que continua a interferir nas suas possibilidades de trabalhar e no desenvolvimento das suas carreiras profissionais. A PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE,

4 Em 2004, as mulheres ganhavam 63,5% do rendimento masculino.

para o ano de 2002, revelou que enquanto as mulheres brasileiras com 10 anos e mais despendiam, em média, 27,2 horas semanais para aquelas funções, os homens gastavam apenas 10,6 horas (FCC, 1998).

Dedecca (2008) busca analisar as relações entre os regimes de trabalho destinados à reprodução social e à produção econômica, fazendo um exercício a partir da declaração da ocupação em "afazeres domésticos" coletada pelo IBGE, e também chega a proporções assemelhadas para o conjunto da população. Trazendo de sua análise dois segmentos associados majoritariamente à ocupação rural, "não remunerado com mais de 15 horas de trabalho" e "emprego agrícola", denotam-se mais longas jornadas de trabalho femininas, comparativamente às masculinas, em função do tempo dedicado à reprodução social "expandida". No caso da categoria *não remunerados com mais de 15 horas semanais de trabalho*, a jornada masculina foi de 41 horas semanais, e, a feminina, de 58 horas, mas apenas 9 dedicadas pelos homens à reprodução social, enquanto as mulheres dedicam 23. No que diz respeito à categoria *emprego agrícola*, as jornadas de trabalho são menos díspares, embora a feminina permaneça maior – 57 horas semanais *versus* 50 para os homens. O tempo para os afazeres domésticos é exatamente o mesmo (9 horas para eles e 23 para elas), o que sugere que, independentemente do tipo de vínculo com o trabalho – formal e remunerado ou não –, a divisão do trabalho doméstico não se altera. A reprodução econômica e a social estão amalgamadas nas jornadas de trabalho femininas, principalmente nas zonas rurais, ficando difícil diferenciar o que é cuidado com a família e o que é trabalho para a produção econômica.

As transformações no setor agropecuário brasileiro e o trabalho feminino

Segundo concluiu Graziano da Silva (2002), a partir de um estudo realizado para os anos 1980 e 1990, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. O comportamento do emprego rural e os movimentos da população residente na área rural não se explicam apenas pelo calendário agrícola ou pela expansão ou retração de áreas de produção agropecuária. O conjunto de atividades não agrícolas, como a prestação de serviços, o comércio e a indústria, responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural

brasileiro. Aquele estudioso detectou a rápida diminuição do trabalho assalariado agrícola nos anos 1990 e, na sua avaliação, a ocupação em atividades agrícolas não está caindo mais rapidamente porque tem crescido o número de pessoas que se dedicam a atividades agrícolas em tempo parcial e para o autoconsumo, especialmente na agricultura familiar. Os rendimentos das atividades agrícolas continuam sendo os mais baixos, especialmente para os que vivem na zona rural. A combinação desses dois elementos – tempo parcial e baixo rendimento – tende a empobrecer as famílias que vivem exclusivamente de atividades agrícolas, sobretudo os produtores familiares tradicionais para autoconsumo, com destaque para a Região Nordeste. Nos segmentos não patronais, as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de rendimento insuficiente para manter os residentes na zona rural e, nesse sentido, a criação de empregos não agrícolas tem se mostrado a única estratégia capaz de reter a população rural pobre em seus locais de moradia e elevar sua renda. Graziano da Silva (2002) afirma que as dinâmicas de geração de ocupações não agrícolas estariam ligadas, numa primeira etapa, ao processo de modernização da agricultura, entre as quais as atividades industriais no campo, e, depois, à expansão do comércio e dos serviços para o meio rural. Aquele autor ressalta, contudo, que o desenvolvimento rural não é um processo homogêneo, nem espacialmente, nem em relação às dinâmicas que o movem, e aponta como razões dessa configuração o processo profundamente desigual da modernização da agricultura brasileira, no tocante às regiões e aos produtos atingidos, aos produtores que dela se beneficiaram, aos vínculos intersetoriais que geraram. Nessa direção, o autor identificou que, nas décadas de 1980 e 1990, a população rural não agrícola brasileira localizava-se principalmente nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e era crescente na Região Centro-Oeste.

O resultado dessas transformações foi a emergência de padrões muito distintos das relações campo-cidade, tanto nas diferentes regiões do país, como dentro das regiões, pois normalmente é a grande região metropolitana que tem especial influência nos sentidos dos fluxos de produtos e pessoas. Por isso, os critérios do que se definia como rural ou urbano têm sido questionados e a tendência atual seria perceber o rural como um contínuo do urbano, tanto do ponto de vista espacial como do ponto de vista da organização das atividades econômicas. Essa dinâmica parece ser especialmente verdadeira quando se trata do Estado de São Paulo, conforme salienta Rodrigues (2002), a respeito do crescimento da população rural nos anos 1990, sobretudo na região metropolitana, fenômeno que teria sido causado pela expansão das áreas urbanas dos municípios sobre as áreas rurais, concomitantemente ao surgimento e desenvolvimento de atividades não agrícolas nesses espaços.

Nesse contexto complexo e dinâmico, um novo ator social desponta: as famílias "pluriativas". Seus membros se ocupam em atividades agropecuárias e não agropecuárias, dentro e fora da unidade familiar de produção, combinando diversos vínculos de trabalho (assalariado, informal, por conta própria). Conterato e Schneider (2008) alertam para a diversidade de situações no tocante às famílias pluriativas, entre as regiões brasileiras e dentro de cada uma delas, pois fatores endógenos às unidades de produção familiares – como o número de membros da família, a composição por idade, sexo e o nível de instrução dos indivíduos, a extensão e a fertilidade da terra e os tipos de produção desenvolvidos – e exógenos (o grau de desenvolvimento regional e a oferta de empregos nas áreas do comércio, serviços e indústria, a inserção do estabelecimento agrícola familiar em cadeias de produção local e regional etc.) contribuem para uma diversidade de estratégias de reação e adaptação que se reflete na ocupação das famílias.

Estudo realizado em 1995, pelo Instituto de Economia da Unicamp, citado por Graziano (2002), identificou grande participação dos serviços domésticos nas atividades não agrícolas da população economicamente ativa não agrícola residente nas áreas rurais. Naquele ano, os serviços domésticos absorviam 15,8% da população considerada no Brasil e 21,1% no Estado de São Paulo. Três características, não necessariamente excludentes, explicariam essa concentração, quais sejam: a crescente dificuldade de inserção da mulher no trabalho agrícola, o crescimento de moradias de alta renda nas zonas rurais (chácaras, condomínios de alto padrão etc.), que passaram a demandar caseiros, empregadas domésticas, babás e outros empregados, e o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside nas zonas rurais.

A ocupação e a inserção das mulheres no setor agropecuário

Uma das características que chamam a atenção ao se tratar do trabalho das mulheres de uma forma geral é a concentração de parcela significativa de trabalhadoras em posições precárias no mercado de trabalho, aqui entendidas como as majoritariamente sem contrato formal, desprotegidas pela legislação trabalhista e previdenciária, com baixa ou nenhuma remuneração, trabalhando durante longas jornadas de trabalho. Retomando o comentado anteriormente[5], essas três posições congregavam, em 2007, cerca de doze milhões de trabalhadoras, dentre as quais as empregadas domésticas formavam o grupo mais representativo numericamente, seguido das não remuneradas e das que trabalhavam para o consumo

5 "Inserção diferencial das mulheres no mercado de trabalho e a tendência à bipolaridade do trabalho feminino", na p. 129 deste artigo

próprio. As trabalhadoras não remuneradas (2,9 milhões) trabalhavam principalmente no setor agropecuário (64% delas), assim como praticamente a totalidade das mulheres que trabalhavam para consumo próprio e do grupo familiar (2,5 milhões). Quer dizer, o setor agropecuário continua a congregar a maioria das trabalhadoras não remuneradas e das que produzem para o consumo da família – aproximadamente 4,4 milhões de mulheres em 2007, atuando, principalmente, em unidades produtivas familiares.

Analisando, a partir daqui, apenas a ocupação no setor agropecuário para os anos de 1993 e 2006, algumas constatações saltam aos olhos (Tabela 1). Primeiro, a queda na ocupação de mão de obra no setor, da ordem de -4,8%, ocorrida principalmente entre as mulheres (-8,3% *versus* -3% entre os homens). Esses indicadores referendam a tendência de masculinização da ocupação nos setores agrícola e agropecuário, como já assinalaram Melo e Di Sabbato (2006 e 2000). Dito de outra forma, a evasão das mulheres das ocupações desse setor provavelmente está se dando tanto para ocupações rurais não agrícolas como para ocupações urbanas, como advertem os mesmos autores e outros estudos aqui comentados. Segundo, a maior participação feminina em relação à masculina, pela ordem, na produção para o autoconsumo e entre os não remunerados, é tendência que persiste no período. Terceiro, enquanto as participações femininas e, principalmente, masculinas na produção para autoconsumo crescem no período, inversamente, decrescem as porcentagens de ocupadas e, principalmente, de ocupados sem remuneração. Assim, se, em 1993, 22,3% dos ocupados e 39,9% das ocupadas no setor agropecuário não eram remunerados pelo seu trabalho, em 2006, as proporções caíram para 14,2% e 33,7%, respectivamente. Trabalhando para o autoconsumo encontramos 5,3% dos ocupados e 41% das ocupadas em 1993, índices que atingiram 12% entre os homens e 47% entre as mulheres, em 2006. Finalmente, note-se que o trabalho remunerado masculino aumentou ligeiramente no período, enquanto o feminino praticamente se manteve nos mesmos patamares, em torno de 20% das ocupadas.

Lembre-se, neste ponto, o alerta de Paulilo (2004) a respeito das classificações utilizadas pelas fontes oficiais de estatística, que não distinguem o trabalhador familiar do rural, refletindo a própria indiferenciação presente na legislação, que por sua vez consolida as representações sociais correntes e colabora para manter a invisibilidade do trabalho realizado por homens e mulheres no setor agropecuário, sobretudo no âmbito das unidades de produção familiar. Da mesma forma, com exceção do homem responsável pela exploração do empreendimento, a esposa, as filhas e os filhos são computados como membros não remunerados da família, embora o pai também não seja remunerado. Essas

reflexões sugerem a necessidade de uma depuração nas formas de coletar informações, no sentido de precisá-las para permitir melhor captar a diversidade das ocupações e relações de trabalho no mundo rural e, dentro delas, as especificidades da ocupação feminina. Mais recentemente, a lei da agricultura familiar (n. 11.326, de 4/7/2006) reconheceu-a como um segmento produtivo e definiu conceitos de agricultura e agricultor(a) familiar[6], o que permitirá tornar ambos visíveis e diferenciados dos demais segmentos produtivos e dos demais trabalhadores rurais. Espera-se que, dentre as repercussões que a aprovação da lei poderá trazer, ocorram a melhor focalização das políticas públicas para as necessidades da agricultura familiar e seu mais adequado dimensionamento pelas agências oficiais de estatística.

6 Os parâmetros para enquadramento como agricultor(a) familiar são: 1) não deter área maior do que quatro módulos fiscais; 2) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do empreendimento; 3) ter renda originada principalmente das atividades econômicas desenvolvidas no próprio estabelecimento; 4) dirigir o empreendimento com a ajuda da família. Notícia consultada em 10 mar. 2009. Disponível em: <http:www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cód/134/codinterno/9735>.

Tabela 1 – **Ocupados no setor agropecuário por posição na ocupação e sexo / Brasil 1993-2006**

Posição na ocupação	*1993*		*2006*	
	Homens	*Mulheres*	*Homens*	*Mulheres*
(1) Remunerados	8636042	1189148	8543643	1120064
(2) Não remunerados	2659237	2476181	1639228	1919823
(3) Autoconsumo	634720	2547837	1388335	2653213
(4) Total	11929999	6213166	11571206	5693100
(1/4)	72,4%	19,1%	73,8%	19,7%
(2/4)	22,3%	39,9%	14,2%	33,7%
(3/4)	5,3%	41,0%	12,0%	46,6%
Total pessoal ocupado	**18143165**	_	**17264306**	_

Fonte: PNADs/IBGE. Elaboração própria a partir de Tabulações Especiais Melo e Di Sabbato, 2007, tabelas 10 a e b.

O aumento dos ocupados em atividades de autoconsumo parece indicar a importância crescente da agricultura familiar na absorção de mão de obra, ante o setor mais modernizado do *agrobusiness*, como já anunciava Graziano (2002). É possível também que aquele resultado seja reflexo das políticas públicas de incentivo e financiamento da produção da agricultura familiar levadas adiante pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, como, por exemplo, o Pronaf e, desde a safra 2003/2004, o Pronaf Mulher, linha de investimento exclusiva para as atividades das mulheres rurais, uma vez que são elas a grande maioria dos trabalhadores para o autoconsumo (Butto, 2006).

De fato, o Censo Agropecuário de 2006 informava o crescimento do número de estabelecimentos agropecuários no país, passando de 4.859.865, em 1995/1996, para 5.204.130, em 2006, ou um acréscimo de 7,1% (IBGE, **Censo Agropecuário**, 2006). Como informam Brumer (2004) e Paulilo (2004), em 1995/1996, 85,2% dos estabelecimentos rurais eram familiares, ocupavam 30,5% da área total nacional dedicada à agropecuária e recebiam apenas 25% do financiamento destinado ao setor, mas eram responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção. A agricultura familiar é, segundo aquela fonte, a maior geradora de emprego no mundo rural, responsável por absorver 76,9% do pessoal ocupado naquele ano. Há diferenças importantes por região. Por exemplo, no Sul a agricultura familiar é mais forte, respondendo por 91% dos estabelecimentos.

Em 2006, o Censo Agropecuário indicava que apenas 13,9% (722.377) dos estabelecimentos contratavam empregados sem laços de parentesco. Ou, visto de outro ângulo, dos 16,4 milhões de pessoas ocupadas em 31/12/2006, 78%,

isto é, 12.810.591, tinham laço de parentesco com o produtor. Pressupondo-se que esse contingente trabalhe, na maioria, na agricultura familiar, entende-se que esta foi responsável pela absorção de pessoal ocupado em proporção ligeiramente maior que a registrada para 1995/1996 por Brumer (2004) e Paulilo (2004). Diante da magnitude da ocupação feminina no autoconsumo e em atividades não remuneradas, não se pode estranhar a reiterada focalização das análises feministas nesses segmentos, ressaltando a sua invisibilidade como trabalhadoras, estatuto que costuma ser encoberto pela sua posição na família, como mãe ou filha. Como explica Novaes (2007, p. 158), "a problemática da invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar decorre da divisão sexual do trabalho no meio rural e está diretamente correlacionada à formação da identidade das mulheres". Em outras palavras, a identidade das trabalhadoras rurais está centrada nos trabalhos domésticos, destinados à reprodução social do grupo familiar, que se sobrepõe ao papel de trabalhadora na esfera da produção. Elas são identificadas e se autoidentificam com o espaço doméstico, o que inclui trabalhos "no quintal", como a plantação de hortas e o cuidado com pequenos animais, a elaboração de conservas e todo tipo de artesanato (Novaes, 2007; Santos, 2007).

Nesse espaço doméstico estendido, o trabalho produtivo, normalmente não remunerado, fica escondido, invisível por detrás das estratégias de reprodução familiar. Mas mesmo quando participam da semeadura, do plantio e da colheita junto com os homens, seu trabalho é visto como "ajuda" e elas naturalizam essa situação, assumindo-o como complementar ao do homem. Abramo (2007) lembra que as imagens de gênero contribuem para a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho, tomando como referência o imaginário dos sexos na família e na sociedade, tornando-se impossível discutir uma dimensão sem fazer referência à outra. Defende que a noção da mulher como uma força de trabalho secundária, porque complementar à do homem, é uma dessas imagens de gênero que contribuem para o posicionamento subordinado das mulheres, na família e no trabalho. Essa noção se estruturaria em torno de uma família nuclear, na qual o homem é o principal ou o único provedor e a mulher é a responsável principal ou exclusiva pela esfera privada ou, no máximo, uma "provedora secundária". Seu trabalho, dessa forma, não se reveste da mesma importância que o trabalho do homem, sendo entendido como "ajuda", demonstrando concretamente a separação e a hierarquização entre as esferas do público e do privado, da produção e da reprodução, esta sempre em posição inferior.

A repetição de estudos, no Brasil e no mundo, permitiu compreender que o trabalho nas unidades de produção familiar é organizado a partir da família, obedecendo a critérios de divisão do trabalho entre os membros do grupo, segun-

do sexo e idade. São as relações patriarcais de poder que orientam essa divisão do trabalho; o poder do pai, proprietário da terra se estende para a vida pessoal dos filhos, determinando a sucessão e a transmissão da posse da terra para um dos filhos homens; os demais filhos e, sobretudo, as filhas não têm vez nesse processo. A questão da sucessão masculina na posse da terra está presente em vários países (Deere, 2004; Wichterich, 1999) e tem sido considerada como um fator de estímulo à migração dos jovens para as cidades, onde podem estudar, trabalhar em outras atividades, construir uma vida independentemente do poder paterno, enfim. No caso das moças, a herança da terra se dá apenas pelo casamento (Novaes, 2007; Brumer, 2004; Wichterich, 1999; Stropasolas, 2004; Castro, 2006), e isso significa aceitar o "destino" de dona de casa e mãe de família, voltada para o trabalho doméstico e de produção, continuamente, numa posição de submissão, sem voz e sem reconhecimento dentro de um mundo masculino como o da agricultura, particularmente a familiar (Gouveia, 2003).

A impossibilidade de herdar a terra e nela trabalhar, a proximidade das zonas urbanas, o contato com jovens de outros meios, são alguns dos fatores que têm estimulado as moças a deixarem a unidade familiar, prosseguir os estudos e procurar empregos no comércio ou nos serviços para construir outro futuro, em que, preferencialmente, o casamento não será com o filho de um agricultor, a não ser que esse seja herdeiro de um empreendimento mais estruturado e com melhores perspectivas de renda, menos trabalho e mais conforto (Stropasolas, 2004). Deere (2004) informa que, no Brasil, o direito formal das mulheres à terra foi conquistado a partir da Constituição de 1988, mas a igualdade formal não levou a um aumento da parcela de mulheres beneficiárias da reforma agrária até o final da década de 1990. As lutas das mulheres rurais pelos seus direitos, apoiadas por ações afirmativas do Estado, conduziram à alteração desse estado de coisas, como informam Butto e Hora (2008). Em 2003, a Portaria 981 do Incra tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para casais (união formal ou estável) que recebessem lotes em assentamentos. Na sequência, a Instrução Normativa n. 38 alterou as formas de registro nos cadastros de candidatos, nos contratos de concessão e nos títulos definitivos de propriedade, passou a exigir comprovação da condição civil das famílias interessadas, introduziu as famílias chefiadas por mulheres como um critério preferencial de escolha dos contemplados, entre outras medidas. Os resultados dessas medidas favoreceram a visibilidade da participação feminina, bem como a das famílias chefiadas por mulheres, entre os beneficiários da reforma agrária, principalmente a partir de 2007, com a implantação da IN 38. "Se a média (das beneficiárias) até o início da década atual equivalia a 13%, por força da Portaria 981 do Incra a média percentual entre 2003-2006 registra

um total de 25,6% de mulheres como titulares de lote. Com a incorporação da IN 38 [...] o percentual [...] atinge 55,8% em 2007 [...]. Se em 2003 [a parcela de chefes de família assentadas] equivalia a 13,6%, em 2007 o universo de mulheres nessa condição no total de beneficiários passa para 23%" (Butto; Hora, 2008, p. 29).

Nos países desenvolvidos e, mais recentemente, também no Brasil, a expressiva migração feminina tem ocasionado a maior concentração de homens nas zonas rurais, muitos deles solteiros, os quais não encontram candidatas ao casamento e à vida nas pequenas propriedades rurais[7]. Seja como for, a decisão entre "ficar e sair" não se dá sem contradições e conflitos, que se passam na esfera dos valores culturais e se concretizam numa tensão intergeracional (Castro, 2006). Mesmo no caso do herdeiro, o peso das relações patriarcais é indiscutível, uma vez que ele receberá a terra somente após a morte do pai ou sua aposentadoria, cada vez mais tardia. Além disso, cabe-lhe pagar mensalmente um montante de dinheiro ao pai enquanto viver, mesmo que ele continue trabalhando, como explica Paulilo (2004).

Quais são as atividades que os trabalhadores e as trabalhadoras desenvolvem na agropecuária?

O lugar dos homens no setor tem sido, tradicionalmente, nas lavouras e na pecuária e o das mulheres, nas lavouras, no trato com aves e pequenos animais e em culturas de hortas, pomares e flores, como demonstra a Tabela 2. Entre 1993 e 2006, entretanto, algumas alterações ocorreram, a começar pela ligeira diminuição da parcela feminina entre os ocupados no agropecuário, passando de 34,2% em 1993, para 33% em 2006, o que significou que 520 mil trabalhadoras deixaram de trabalhar no setor. A lavoura liberou mão de obra, sobretudo masculina, pois 2/3 dos ocupados nela trabalhavam em 1993, passando para 57% em 2006, possivelmente em função da modernização e mecanização do segmento agrícola vinculado aos mercados nacionais e internacionais de *commodities* e ao *agrobusiness*, embora a estrutura da ocupação tenha mantido o padrão tradicional acima citado.

Notam-se, porém, algumas alterações na distribuição da ocupação entre as atividades, que podem indicar deslocamento de homens ocupados para atividades tradicionalmente desenvolvidas por mulheres, como é o caso do cuidado com aves e animais pequenos (de 1,9% para 3%) e, principalmente, horticultura e floricultura, atividade que em 1993 absorvia 4,5% dos ocupados do sexo

7 Estudo focado nas juventudes rurais (Weisheimer, 2005) concluiu que na década de 1990 acentuou-se a migração juvenil do meio rural brasileiro para as cidades, sendo os processos migratórios juvenis predominantemente femininos.

masculino e, em 2006, cresceu para 8,1%. O mesmo movimento pode ser visto através da parcela feminina internamente à atividade. No caso do trato das aves e pequenos animais, 88% dos ocupados eram mulheres, em 1993, índice que caiu para 80% em 2006; quanto às horti e floriculturas, a parcela feminina decresceu de 56,7% para 49,7% entre 1993 e 2006. Há ainda, no período, um aumento da participação das mulheres na exploração florestal e uma diminuição na apicultura e produção de cera. É provável, entretanto, que em alguma medida isso seja um reflexo de mudanças na classificação das atividades por parte do IBGE, o que exige cautela na interpretação.

É possível que a "movimentação de gênero" interna às culturas de flores e hortaliças se deva a uma evasão de mulheres, que passaram a buscar trabalho no setor de serviços[8]. Concomitantemente a esse fenômeno, pode ser que, como tem ocorrido na indústria, a introdução de tecnologia ou de pequenas máquinas na horticultura esteja contribuindo para masculinizar alguns postos de trabalho, sobretudo se a horticultura e a floricultura brasileiras se conectaram com redes nacionais ou globais de fornecimento de produtos frescos. Essa é uma hipótese que levantamos para teste em futuras investigações.

8 A rubrica serviços não foi explicitada na PNAD 1993, apenas na de 2006; nesse ano ela aparece agregada a atividades "não identificada". Portanto, a interpretação de inchaço da ocupação em serviços deve ser vista com cautela.

Tabela **2 – Agropecuária: ocupados por sexo e atividades (em %) Brasil 1993-2006**

Atividades	*1993*		*Parcela*	*2006*		*Parcela*
	Hs	*Ms*	*feminina*	*Hs*	*Ms*	*feminina*
Lavoura	67,5	47,7	26,9	57,4	44,3	27,5
Pecuária	19,9	8	17,3	21,3	8,9	17,1
Aves e pequenos animais	1,9	27,3	88,1	3	25,5	80,6
Horticultura e floricultura	4,5	11,3	56,7	8,1	16,4	49,7
Pesca e aquicultura	3	0,7	11,1	3	1	13,6
Extração vegetal	1,4	4,4	61,8	#	#	
Silvicultura/Exploração florestal*	0,8	0,2	11,2	2	2,4	36,6
Apicultura e sericicultura	0,4	0,3	27,9	0,2	0,1	14,2
Não espec./Serviços	0,5	0,1	7,9	5	1,6	13,6
Total	**100**	**100**	**34,2**	**100**	**100**	**33**

Fonte: PNADs/IBGE. Elaboração própria a partir de Tabulações Especiais Melo e Di Sabbato, 2007 (tabelas 17 a;b).
* Atividade discriminada apenas em 2006.

Quais os tipos de vínculo de trabalho mais comuns em cada uma das atividades agropecuárias? Há diferenças entre homens e mulheres?

De modo geral, os dados da Tabela 3 levam a supor que entre 1993 e 2006 ocorreu um refinamento da classificação dos sujeitos nas atividades não remuneradas e para autoconsumo para trabalhadores dos dois sexos, "desinchando" as atividades não remuneradas e compreendendo-se parte delas como "autoconsumo". Referendando o padrão apontado pelos dados neste e em inúmeros estudos, as atividades voltadas para o autoconsumo, exercidas nas unidades de produção familiar, congregam a maioria das trabalhadoras – e entre 1/3 e 47% dos trabalhadores – na horticultura e floricultura e no cuidado com pequenos animais. Por outro lado, a lavoura e a pecuária são as atividades que mais ofertam postos de trabalho como empregados para os homens.

Além desses traços estruturais, alguns movimentos internos a cada uma das atividades puderam ser identificados. No que tange à lavoura, o mais comum para os homens é nela trabalharem por conta própria (1/3 da ocupação masculina nessa atividade tinha esse tipo de vínculo, tanto em 1993 como em 2006) e como empregados permanentes e temporários. Entre 1993 e 2006 houve um ligeiro aumento dos empregados (de 30% para 32%) devido ao aumento dos temporários, sugerindo que o aumento do emprego nessa atividade tenha se dado de

forma pontual e descontínua. Quando as mulheres trabalham na lavoura o fazem majoritariamente sem remuneração (54,5%), provavelmente ajudando o grupo familiar na colheita ou na semeadura.

A pecuária, por sua vez, é a atividade que oferece mais empregos, principalmente permanentes, para os homens, embora decrescentes entre 1993 e 2006 (58,5% e 50%, respectivamente). Concomitantemente à diminuição dos vínculos como empregados, cresceu a atividade por conta própria, passando a absorver 29% da ocupação masculina na pecuária (contra 17% em 1993).

Interessante observar que há clara diferença de tipo de vínculo, segundo o sexo do trabalhador, quanto ao cuidado com aves e animais pequenos, com horta e flores. Quando executadas por mulheres, provavelmente na propriedade familiar, destinam-se, exclusivamente, ao consumo próprio ou da família. Quando são desenvolvidas por trabalhadores do sexo masculino, para eles se reservam também postos de trabalho como empregados permanentes e temporários. Nessa atividade, como na lavoura e na pecuária, houve decréscimo nos postos para empregados e aumento na ocupação por conta própria. É assim que, em 1993, 32% dos homens ocupados no cuidado com aves e animais pequenos eram basicamente empregados permanentes, provavelmente trabalhando em granjas, reduzindo-se essa proporção para 21%, em 2006; ao mesmo tempo, os que trabalhavam por conta própria passaram de 11% para 19%. No que diz respeito à horticultura e floricultura, o emprego masculino cresceu entre 1993 e 2006, de 23% para 26%, particularmente o temporário. Mesmo entre as mulheres, cresceu ligeiramente a ocupação como empregadas naquela atividade (de 2,5% para 8,4%), mostrando tendência de assalariamento para elas também.

Tabela 3 – **Agropecuária: ocupados por atividade, sexo e posição na ocupação Brasil, 1993-2006 (em %)**

Atividades, sexo e anos	*HOMENS*						*MULHERES*					
	Posição na ocupação						*Posição na ocupação*					
	Empregado permanente	Empregado temporário	Conta-própria	Empregador	Não remunerado	Autoconsumo	Empregado permanente	Empregado temporário	Conta-própria	Empregador	Não remunerado	Auto-consumo
Lavouras												
1993	15,8	14,6	36,9	3,2	26,3	3,2	4,4	10,3	8,6	0,6	67,9	8,3
2006	14	17,7	35,7	3,5	17,4	11,7	3,9	9,6	9,4	0,8	54,5	21,8
Pecuária												
1993	42,4	15,7	16,9	8,3	14,4	2,4	5,3	6,9	9,9	3,8	47,7	26,4
2006	34,3	16	29	6,5	11,4	2,7	4,4	2,2	14,9	3,8	55,6	19,1
Aves e pequenos animais												
1993	29,9	2,3	10,8	2,7	6,7	47,6	1,3	0	1,2	0,1	3,2	94,3
2006	18,3	3,1	19,2	3,3	9,1	47	1	0,1	4,5	0,1	3,3	90,9
Horticultura e floricultura												
1993	12,8	10,4	23,5	2,7	17,2	33,4	2,3	2,2	3,2	0,1	12,4	79,7
2006	13,8	12,5	24,9	2,8	11,5	34,4	4,2	4,2	5,6	0,3	16,5	69,2
Pesca/Aquicultura												
1993	19	4,3	59,5	2,1	7	8,1	2,6	0	58,3	0	17	22,1
2006	13,8	2,3	61	3,5	6,1	13,3	2,3	0	42,5	0	28,6	26,5
Apicultura/Sericicultura												
1993	12,6	0,7	36,8	8,6	40,9	0,4	0	0	1,7	0	98,3	0
2006	15,6	0	70,8	12,3	0	1,2	0	0	29,9	0	70,1	0
Ativ. não especificada												
1993	52,2	13,5	12,7	0,8	19,6	1,2	0	0	0	3,8	75	21,2
2006	17,3	43,8	28,9	3,7	4,5	1,8	6	47,8	12,4	0	21,1	12,8
Total												
1993	22,1	14,2	31,9	4,1	22,3	5,3	3,3	5,8	9,5	0,6	39,9	41
2006	19,1	17,5	33,1	4,1	14,2	12	3,5	6	9,4	0,8	33,7	46,6

Fonte: PNADs/IBGE. Elaboração própria a partir de Tabulações Especiais Melo e Di Sabbato, 2007 (tabelas 18a;f).
Obs.: Silvicultura , extração florestal e exploração florestal excluídas em função de provável alteração de classificação entre os anos estudados e correspondente disparidade nas proporções de ocupação.

O pessoal ocupado no agropecuário, assim como a população brasileira, envelheceu entre 1993 e 2006, conforme demonstram as médias de idade da Tabela 4. Assim, se no primeiro ano a idade média do ocupado no setor era de 34,5 anos e da ocupada 37,5, em 2006 passam a ser, respectivamente, 38,6 e 41,7 anos. Outra causa provável do envelhecimento dos ocupados no setor seria a migração de jovens para as cidades ou sua ocupação em atividades não agrícolas, sobretudo as mulheres. Talvez por isso a idade média das ocupadas em 2006 seja tão elevada. Por atividade, nesse ano, as médias mais altas de idade de homens e mulheres se encontram na apicultura (44,8 e 44,6, respectivamente), na horticultura e floricultura (42,5 e 46), na criação de aves e pequenos animais (40,2 e 44,8) e na pecuária (39,6 e 41,5). É possível que o aumento do trabalho por conta própria nessas atividades, juntamente com a idade média maior, tenham relação com a expansão da agricultura familiar no período analisado. Ou talvez, ainda, os agricultores familiares estejam sendo recrutados para trabalhos temporários em outros estabelecimentos ou trabalhando como terceiros para outros proprietários ou empresas agropecuárias, conjugando a agricultura de subsistência em suas propriedades com outros vínculos de trabalho, fora dela, estimulando-os a permanecer nas zonas rurais.

A escolaridade também se mostrou crescente no agropecuário, atingindo a média de 4,5 anos para homens e 4,3 para as mulheres, ou o equivalente ao antigo primário completo e refletindo o aumento da escolaridade da população brasileira como um todo. A apicultura, para os homens, e a silvicultura/exploração, para as mulheres, foram atividades em que se computaram as maiores médias de anos de estudo, respectivamente 7,1 e 7,4, índices que podem estar sendo influenciados pelas pequenas bases numéricas nessas atividades.

Tabela 4 – **Agropecuário: ocupados segundo média de idade e de anos de estudo, por atividade e sexo / Brasil, 1993-2006**

Atividades	*1993*				*2006*			
	Idade		*Anos de estudo*		*Idade*		*Anos de estudo*	
	Hs	*Ms*	*Hs*	*Ms*	*Hs*	*Ms*	*Hs*	*Ms*
Lavoura	34,2	34,8	2,3	2,3	38	38,8	4,2	4
Pecuária	35,2	37,7	2,9	3	39,6	41,5	4,7	5,1
Aves e pequenos animais	34,5	41,1	3,6	2,4	40,2	44,8	4,7	3,8
Horticultura e floricultura	38,8	43,1	2,9	3,4	42,5	46	4,7	4,7
Pesca e aquicultura	32	33,1	2,3	1,8	36,7	36,1	4,3	4,2
Extração vegetal	30,1	31,6	1,8	1,3	#	#	#	#
Silvicultura/Exploração florestal*	32,5	29,4	3,3	2,8	34,5	37,3	5	7,4
Apicultura e sericicultura	34,2	29,7	4,4	3,8	44,8	44,6	7,1	4,3
Não espec./Serviços	33,3	38,9	3	2,4	36,1	39,1	5,4	4,3
Total	**34,5**	**37,5**	**2,5**	**2,5**	**38,6**	**41,7**	**4,5**	**4,3**

Fonte: PNADs/IBGE. Elaboração própria a partir de Tabulações Especiais Melo e Di Sabbato, 2007 (tabelas 20 a;b).
* Atividade discriminada apenas em 2006.

Rendimentos de homens e mulheres

Os rendimentos do setor agropecuário continuam a ser muito baixos quando comparados a qualquer um dos demais setores da economia. Por exemplo, os ocupados ganhavam 42% da hora paga na indústria e 79% da hora paga na construção civil, em 1993. As ocupadas, por sua vez, recebiam 56% e 50% do valor da hora paga, respectivamente, na indústria e nos serviços. Em 2006, os resultados foram favoráveis aos trabalhadores e trabalhadoras agropecuários quando comparados aos colegas da indústria, da construção civil e dos serviços. O trabalhador agropecuário passou a ganhar, por hora, 54% do que ganhava o trabalhador na indústria e 88% do ocupado na construção civil, mas esse avanço se deveu principalmente à queda do rendimento nesses dois setores durante os anos 1990. A ocupada na agropecuária, por sua vez, passou a receber 91% do valor/hora pago na indústria e 66% do rendimento/hora nos serviços (Melo; Di Sabbato, 2007).

Tomando outro indicador, o rendimento mensal médio, e analisando sua evolução internamente ao setor agropecuário por sexo, temos um decréscimo do

ganho masculino e um ligeiro crescimento do feminino. Assim, se em 1993 os ocupados ganhavam por mês, em média, R$ 637,00, em 2006 passaram a ganhar R$ 497,00. Na outra ponta, o salário mensal médio das ocupadas, que era R$ 318,00, passou para R$ 338,00 (Tabela 5). Assim, em 1993, o rendimento médio mensal das ocupadas no agropecuário significava 49,9%, ou menos da metade dos ganhos masculinos; em 1998, representava 55,9% e, em 2006, essa diferença caiu significativamente: o rendimento delas representava 68% do rendimento deles[9]. Comparativamente ao conjunto da população, essa proporção é assemelhada à encontrada para o país em 2006: o rendimento médio de todos os trabalhos das mulheres representava 65,6% do rendimento masculino (IBGE, 2008a).

Esses valores seguiram a tendência geral verificada para o período, no tocante à diminuição do espaço de desigualdade salarial entre homens e mulheres, embora isso se deva mais às expressivas perdas nos rendimentos masculinos do que propriamente dos ganhos femininos. Como verificaram Melo e Di Sabbato (2006), os rendimentos médios do agropecuário já vinham sofrendo uma forte diminuição desde 1998, em todas as atividades, tendência que vem persistindo.

De fato, a Tabela 5 demonstra que os rendimentos dos ocupados diminuíram em todas as atividades do setor agropecuário. No caso das ocupadas, o rendimento diminuiu na lavoura (de R$ 347,00, em 1993, para R$ 285,00, em 2006), na criação de aves e pequenos animais (de R$352,00 para R$214,00), na pesca (de R$166,00 para R$ 153,00) e na silvicultura (R$372,00 para R$ 127,00). O rendimento delas cresceu na pecuária e na horticultura, e na apicultura passou a haver um pequeno rendimento (R$88,00), inexistente em 1993.

9 Conforme Melo e Di Sabbato, 2006.

Tabela 5 **– Agropecuário: renda média mensal dos ocupados com rendimento, por atividade e sexo* / Brasil, 1993-2006**

Atividade	*1993*		*2006*	
	Hs	*Ms*	*Hs*	*Ms*
Lavoura	565	347	434	285
Pecuária	848	615	634	902
Aves e pequenos animais	922	352	589	214
Horticultura e floricultura	616	235	526	290
Pesca e aquicultura	463	166	297	153
Extração vegetal	481	79	#	#
Silvicultura/Exploração florestal**	591	372	518	127
Apicultura e sericicultura	1336	_	603	88
Não espec./Serviços	706	_	534	359
Total	**637**	**318**	**497**	**338**

Fonte: PNADs/IBGE. Elaboração própria a partir de Tabulações Especiais Melo e Di Sabbato, 2007 (tabelas 23 e 24).
** Atividade discriminada apenas em 2006. * Valores em reais de setembro de 2006; 1993 corrigido por IGP-DI da FGV.
(_): Sem rendimento.

Empregados(as) no setor agropecuário

Mesmo considerando a pequena parcela do emprego formalizado, em 2005 ela significava 32% do total de empregados e 9% do total de ocupados no agropecuário (IBGE, 2006). Cabe perguntar: qual é o lugar das mulheres no segmento formal do mercado de trabalho do setor agropecuário? Em que ele se assemelha ou difere do lugar dos homens empregados e das trabalhadoras que executam atividades para autoconsumo ou sem remuneração? Isto é, quais atividades são por elas desenvolvidas? Qual seu perfil de idade e nível de instrução? Qual seu nível de remuneração?

No que diz respeito à parcela formalizada do mercado de trabalho[10] no setor agropecuário, entendido aqui como o conjunto "Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal" e "Pesca", em 2006, a Rais – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego, informava 1.416.427 postos de trabalho no Brasil, dos quais 86%, ou 1.217.678, eram masculinos e

10 Segmento em que existe algum tipo de contrato formal entre empregado e empregador.

198.749, ou 14%, femininos[11]. Por região, 47% desses empregos eram oferecidos no Sudeste, 17% no Nordeste, 16% no Sul, 14% no Centro-Oeste e 5% no Norte.

A maioria absoluta deles – 1.397.117, ou 98,6%, era oferecida na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, sendo a pesca pouco significativa (19.310, ou 1,4%), razão pela qual analisaremos apenas os empregos do primeiro grupo de atividades.

A Tabela 6 informa que 50% dos empregos eram ocupados por pessoas entre 30 e 49 anos, 17% por empregados na faixa de 25-29 anos, 18% por jovens entre 18 e 24 anos e apenas 13,8% por pessoas com mais de 50 anos. Há, contudo, diferenças de idade, segundo o sexo do trabalhador, que sinalizam na direção de um contingente de empregadas mais jovem que os empregados, devido à maior concentração delas na faixa de 30 a 49 anos (55% *versus* 50% deles) e a menor presença entre maiores de 50 anos (9,7% delas e 14,4% deles). A parcela de jovens até 29 anos é praticamente igual para os dois sexos (36%). É provável que essa distribuição de idade esteja relacionada à mais tradicional presença masculina entre os empregados, conduzindo a uma maior parcela de homens mais velhos que permaneceram empregados, e também reflita o saldo negativo da migração de mulheres jovens para zonas urbanas.

Calculando as idades médias por sexo a partir das classes de idade registradas na Rais, concluímos que as empregadas são significativamente mais jovens que as ocupadas (35,4 anos e 41,7[12], respectivamente), enquanto os empregados são ligeiramente mais jovens que os ocupados (em média 36,5 e 38,6 anos, respectivamente). É possível que o emprego formal atraia as jovens, podendo ser uma estratégia para sua fixação nas zonas rurais.

11 O total de empregos registrado na Rais é muito próximo do informado pela PNAD. Segundo essa fonte, em 2005 havia 1.575 mil ocupados(as) com carteira assinada no setor agrícola (IBGE, 2006).

12 Vide Tabela 4.

Tabela 6 – Empregos na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal por sexo, faixa etária e nível de instrução / Brasil, 2006

Sexo / faixa etária e instrução	*Masculino*		*Feminino*		*Total*	
	NA	*%*	*NA*	*%*	*NA*	*%*
IDADE						
até 17 anos	10608	0,9	1689	0,9	12297	0,9
18-24 anos	216520	18,0	34664	17,7	251184	18,0
25-29 anos	200351	16,7	33197	16,9	233548	16,7
30-39 anos	344711	28,7	63026	32,2	407737	29,2
40-49 anos	255807	21,3	44281	22,6	300088	21,5
50 e mais	173147	14,4	19093	9,7	192240	13,8
ignorado	21	0,0	2	0,0	23	0,0
Total	**1201165**	**100,0**	**195952**	**100,0**	**1397117**	**100,0**
INSTRUÇÃO						
Analfabeto	62000	5,2	6137	3,1	68137	4,9
4ª série incompleta	286791	23,9	34799	17,8	321590	23,0
4ª série completa	278367	23,2	41568	21,2	319935	22,9
8ª série incompleta	227940	19,0	34580	17,6	262520	18,8
8ª série completa	162863	13,6	27569	14,1	190432	13,6
2º grau incompleto	62621	5,2	11809	6,0	74430	5,3
2º grau completo	97174	8,1	28987	14,8	126161	9,0
Superior incompleto e mais	23409	1,9	10503	5,4	33912	2,4
Total	**1201165**	**100,0**	**195952**	**100,0**	**1397117**	**100,0**

Fonte: MTE/RAIS 2006.

O nível de instrução dos empregados na agricultura, silvicultura, pecuária e exploração florestal pode ser considerado baixo para ambos os sexos, mesmo que, seguindo a tendência nacional, exista maior proporção de mulheres mais escolarizadas que os homens. Assim, 79,7% dos empregados e 70,7% das empregadas cursaram até o primeiro grau completo (8ª série), 13,3% deles e 20,8% delas cursaram o segundo grau, completando-o ou não, e apenas 1,9% deles mas 5,4% delas cursaram uma faculdade e/ou prosseguiram os estudos além desse ponto. Ressalte-se ainda que um pouco menos de 1/4 dos homens e 18% das mulheres não conseguiram concluir nem mesmo a antiga 4ª série primária; além disso, existem 5,2% de analfabetos entre eles e 3,1% entre elas. Como comentamos anteriormente, em 2006, os ocupados de ambos os sexos tinham em média 4 anos

de estudo (vide Tabela 4); aparentemente, a escolaridade das empregadas tende a ser maior, primeiro porque elas são mais jovens que as ocupadas e, segundo, porque cerca de 1/5 delas frequentou o segundo grau.

Em termos de jornada semanal, homens e mulheres empregados trabalham majoritariamente em período integral, entre 41 e 44 horas por semana (Tabela 7). Como analisaram Melo e Di Sabbato (2006) em relação à jornada de trabalho dos ocupados e ocupadas, a declaração feminina do tempo de trabalho aparece contaminada pela noção do que as mulheres consideram trabalho produtivo (dele excluindo as atividades domésticas e para autoconsumo, que englobam o "quintal"), o que levou 74% das ocupadas a declararem que trabalhavam até 30 horas por semana, contra apenas 28% dos homens. No caso dos(das) empregados(as), o trabalho é, geralmente, realizado fora da unidade de produção familiar, permitindo a melhor percepção da jornada semanal, sobretudo por parte das mulheres.

Quanto aos rendimentos, eles são baixos para homens e mulheres, pois 85% ganham até dois salários mínimos, 15% dos quais até um; 10,9% ganham entre dois e três salários mínimos; e apenas 2,8%, mais de três salários mínimos. Repete-se aqui a desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho como um todo, segundo a qual as mulheres ganham menos que os homens, apesar de serem mais escolarizadas que eles: se 83,8% dos empregados ganham até dois salários mínimos, a proporção sobe para 93,7% entre as empregadas do setor agropecuário.

***Tabela* 7 – Jornada semanal e rendimentos dos trabalhadores na exploração agropecuária* por sexo / Brasil, 2006**

Sexo/Jornada semanal e rendimentos	*Masculino*		*Feminino*		*Total*	
	NA	*%*	*NA*	*%*	*NA*	*%*
Jornada semanal						
até 30 horas	4297	0,5	2593	2,1	6890	0,7
31-40 horas	2999	0,4	820	0,7	3819	0,4
41-44 horas	801016	99,1	119361	97,2	920377	98,8
Total	**808312**	**100,0**	**122774**	**100,0**	**931086**	**100,0**
Rendimentos						
até 1 (SM)	113248	14,0	24569	20,0	137817	14,8
mais de 1 a 2 (SM)	563896	69,8	90516	73,7	654412	70,3
mais de 2 a 3 (SM)	96942	12,0	4260	3,5	101202	10,9
mais de 3 a 5 (SM)	20781	2,6	665	0,5	21446	2,3
mais de 5 (SM)	4142	0,5	142	0,1	4284	0,5
ignorado	9303	1,2	2622	2,1	11925	1,3
Total	**808312**	**100,0**	**122774**	**100,0**	**931086**	**100,0**

Fonte: MTE/RAIS 2006.
* Subgrupo principal CBO 62.

Considerações finais

As estatísticas analisadas comprovaram que o lugar das mulheres no setor agropecuário continua sendo na produção para consumo próprio ou do grupo familiar e em atividades não remuneradas, majoritariamente desenvolvidas na unidade de produção familiar ou como "ajuda" aos demais membros da família. As trabalhadoras ocupam-se principalmente na horticultura, floricultura e criação de pequenos animais, no próprio estabelecimento, e elas não costumam considerar essas atividades como trabalho, mas como uma extensão dos afazeres domésticos, uma vez que aquela produção se destina ao sustento da família. O lugar dos homens no setor, por sua vez, continua sendo preferencialmente na lavoura e na pecuária, trabalhando como empregados permanentes e temporários e por conta própria.

O emprego formal teve pequena representatividade em 2006, pois ter um contrato de trabalho formalizado era privilégio de apenas 9% dos ocupados e de 32% dos empregados no agropecuário. E esse privilégio era eminentemente masculino, uma vez que apenas 14% dos empregos formais eram femininos. Além disso, o índice de formalização feminino no agropecuário era muito inferior ao feminino nacional (40%). As empregadas têm nível de instrução maior do que os empregados e do que as ocupadas, pois são bem mais jovens que elas; como os homens, trabalham em período integral, mas ganham menos do que eles.

Entre 1993 e 2006 algumas alterações ocorreram na ocupação do agropecuário. Em primeiro lugar, houve ligeira diminuição da parcela feminina entre os ocupados no agropecuário, significando que 520 mil trabalhadoras deixaram de trabalhar no setor. Quanto aos homens que trabalhavam na lavoura e na pecuária, na primeira atividade diminuiu a mão de obra ocupada, possivelmente em função da modernização e mecanização do segmento agrícola vinculado aos mercados nacionais e internacionais de *commodities* e ao *agrobusiness*; na pecuária, diminuíram os empregados, sobretudo permanentes, ao mesmo tempo que aumentou a ocupação por conta própria.

Em segundo lugar, percebeu-se um deslocamento de homens para atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres, como criação de aves e animais pequenos e, principalmente, para a horticultura e floricultura. Interessante observar que há clara diferença quanto ao tipo de vínculo segundo o sexo do trabalhador nessa atividade: quando desenvolvida por mulheres, são para o autoconsumo, não remuneradas e na propriedade familiar; quando executada por homens, majoritariamente são desenvolvidas com vínculo empregatício fora da unidade familiar e, crescentemente, por conta própria.

É possível que a "movimentação de gênero" acima mencionada seja decorrente de uma evasão de mulheres – sobretudo jovens –, as quais passaram a buscar uma alternativa de vida urbana, que incorpora estudo, trabalho em atividades não agrícolas e permite uma certa liberação do controle paterno e familiar. Concomitantemente, pode ser que esteja havendo a masculinização de alguns postos de trabalho junto com a introdução de inovações tecnológicas ou de pequenas máquinas na horticultura e na floricultura, sobretudo se essas atividades vêm se conectando com redes nacionais ou globais de fornecimento de produtos frescos. Ou, ainda, é possível que fornecedores de produtos frescos, flores, aves e outros animais de pequeno e grande porte, para redes de supermercados, estejam estimulando produtores familiares a substituírem a agricultura de subsistência pelo plantio de hortaliças e flores e a desenvolverem a criação de animais para

abastecer grandes centros urbanos. Essa poderia ser uma das razões do aumento da ocupação de homens e mulheres em atividades desenvolvidas por conta própria no período analisado.

Na base dessas hipóteses reside o pressuposto de que as transformações na agropecuária se relacionam com o processo de globalização e internacionalização das economias e repercutem sobre os trabalhadores – especialmente sobre as trabalhadoras –, conforme vem acontecendo também em outros países (Wichterich, 1999; Oxfam, 2004). Talvez um dos efeitos mais visíveis daqueles processos sobre o trabalho feminino no setor agrícola internacionalizado seja a ocupação de mulheres na plantação, na colheita e na embalagem de verduras, flores e frutas, produzidas no hemisfério sul para serem consumidas no norte, no dia seguinte ou nos próximos. Em geral são mulheres empobrecidas do Quênia, da Índia e do Vietnã, do Peru e da Colômbia, que podem desenvolver aquelas culturas nas terras da família, ou nas terras de terceiros, no seu país ou migrando para outro. Quase sempre trabalham na informalidade, com contratos intermitentes e de curta duração, em que são comuns longas jornadas de trabalho, sujeitas ao cronograma diário de fornecimento e a ganhos por produtividade. Não dispõem de proteção à saúde, correndo riscos de contaminação pelo manuseio de pesticidas e fertilizantes utilizados para atingir o padrão de qualidade encomendado para os produtos.

Como sugere Sassen (2003 e 2007), para analisar a inserção diferenciada por gênero no setor agropecuário, bem como o movimento de pessoas entre atividades, regiões e países, o lugar privilegiado parece ser o nexo, a conexão entre a agricultura e a pecuária capitalizadas e a agricultura familiar, as regiões rurais e as cidades. Comungamos com essa posição metodológica e entendemos que uma melhor compreensão da ocupação masculina e feminina no setor agropecuário poderá vir de uma análise que considere a dinâmica econômica de uma determinada região ou zona rural, bem como sua relação com as zonas urbanas nacionais e internacionais e a movimentação de pessoas que essas intersecções ensejam.

Neste ponto lembramos, juntamente com Graziano da Silva (2002), que o conjunto de atividades não agrícolas, como a prestação de serviços, o comércio e a indústria, responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro, que se caracteriza atualmente pela complexidade, pelo dinamismo e pela diversidade de situações, tanto entre regiões como dentro de uma região. Nesse contexto, constituíram-se as "famílias pluriativas", cujos membros se ocupam em atividades agropecuárias e não agropecuárias, dentro e fora da unidade familiar de produção, combinando diversos vínculos de trabalho (assalariado,

informal, por conta própria). A inserção e a movimentação feminina diferem da masculina, como tem apontado, por exemplo, a maior migração das jovens para as cidades à procura de estudo e trabalho, particularmente como empregadas domésticas, nicho que tem absorvido jovens migrantes, tradicionalmente.

Mas o aumento do nível de escolaridade das jovens poderá alterar o tradicional direcionamento das moças para o emprego doméstico urbano e "rurbano". As transformações apontadas na ocupação do setor agropecuário poderiam estimular a permanência dos jovens, e sobretudo das jovens, nas zonas rurais? O estímulo ao emprego formal para as mulheres poderia ser uma estratégia de retenção das jovens como trabalhadoras do setor?

No que tange ao grande contingente de mulheres ocupadas em atividades destinadas ao consumo próprio e do grupo familiar, sem dúvida é necessário tornar seu trabalho mais visível para a sociedade e para elas mesmas, começando por separar atividades e horas de trabalho destinadas às atividades para a reprodução da família e para a produção econômica. Igualmente, seria importante observar se suas atividades mantêm vínculos ou relações econômicas fora do grupo e do estabelecimento familiar. Dito de outra forma, essas trabalhadoras se inserem em redes de produção ou abastecimento voltadas para o mercado, como cooperativas de produtores? Desenvolvem culturas ou criam animais para fornecedores de redes de supermercado? Trabalham apenas nas suas terras ou também nas de outras pessoas? Desenvolvem atividades não agrícolas? Em que locais? Para quem trabalham? Quanto tempo dedicam a cada tipo de atividade?

Essas indagações pressupõem que processos econômicos globais repercutem no setor agropecuário brasileiro e que em seu bojo se estabelecem relações entre a unidade autônoma de produção familiar, o agropecuário moderno e capitalizado, os demais setores econômicos sediados em zonas rurais e urbanas, adjacentes ou não. E, além disso, relaciona-se economicamente com instâncias nacionais e internacionais.

Nesse sentido, parece-nos fundamental que futuras investigações procurem conhecer as relações de trabalho que cada membro da família, e sobretudo as mulheres, estabelece dentro do núcleo familiar e fora dele, entre a esfera doméstica e a de produção econômica, bem como seu trânsito entre a zona rural e a urbana, no intuito de perceber as influências daqueles processos no nível dos indivíduos, considerando as relações sociais de sexo ou de gênero.

Referências

Abramo, Laís W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** uma força de trabalho secundária? Tese (Doutorado) – USP/FFLCH/Departamento de Sociologia, São Paulo, 2007.

Brumer, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, p. 205-228, jan./abr. 2004.

Bruschini, Cristina; Ricoldi, Arlene; Mercado, Cristiano M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: Costa, Albertina O.; Sorj, Bila; Bruschini, C.; Hirata, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p.15-34.

Bruschini, Cristina; Lombardi, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 90. In: Maruani, Margaret; Hirata, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 323-356.

Bruschini, Cristina; Lombardi, Maria Rosa; Unbenhaum, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem); Fundação Ford; Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia). **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília, 2006.

Butto, Andréa. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 87-116. (Nead Debate, 9).

Butto, Andréa; Hora, Karla E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: Butto, A.; Lopes, A. L. (Org.). **Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente. Brasília: MDA, 2008. p. 21-37. (Nead Debate, 14).

Castro, Elisa Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: Woortman, E. F.; Heredia, B.; Menashe, R. (Org.). **Margarida Alves:** coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 245-277. (Nead Especial)

Conterato, Marcelo A.; Schneider, Sergio. Estratégia de reação ou estratégia de adaptação? A pluriatividade na agricultura familiar em contextos rural-urbanos distintos. In: Encontro Anual da Anpocs, 32., 2008, Caxambu-MG

[GT 35: Ruralidade, território e meio ambiente]. **Anais...** Caxambu, out. 2008. Mimeo.

Dedecca, Cláudio S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: Costa, Albertina O.; Sorj, Bila; Bruschini, C.; Hirata, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 279-298.

Deere, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. O mercado de trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo em 2005. **Boletim Mulher e Trabalho,** São Paulo, n. 16, mar. 2006.

FCC – Fundação Carlos Chagas. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres.** São Paulo, 1998. Disponível em: <www.fcc.org.br/banco de dados/bdmulher>. Acesso em: 15 fev. 2009.

Gouveia, Ticiana. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. **Observatório da Cidadania 2003**, p. 46-51 (*on-line*).

Graziano da Silva, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. 1. reimpr. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2002. (Série Pesquisas, 1).

Guimarães, Nadya A. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: IFCS/UFRJ-CFH/UFSC, ano 9, n. 1, p. 83-102, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2006.

———. **Censo Agropecuário**. Brasília: IBGE, 2006.

———. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050**: revisão 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 15 fev. 2009.

———. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2008a.

Junqueira, Eliane B. A mulher juíza e a juíza mulher. In: Bruschini, C.; Hollanda, Heloísa B. (Org.). **Horizontes plurais:** novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: FCC; Editora 34, 1998. p. 135-162.

Kergoat, Daniele. La division de travail entre les sexes. In: Kergoat, Jacques (Org.). **Le monde du travail.** Paris: La Découverte, 1998. p. 319-327.

Kergoat, Daniele; Hirata, Helena. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. In: Costa, Albertina O.; Sorj, Bila; Bruschini, C.; Hirata, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 263-278.

Lavinas, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: Baltar da Rocha, Maria Isabel (Org.). **Mudanças, permanências e desafios.** São Paulo: Abep; Nepo/Unicamp; Cedeplar/UFMG; Editora 34, 2000. p. 139-160.

Lombardi, Maria Rosa. **Perseverança e resistência:** a engenharia como profissão feminina. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

Marry, Catherine. A carreira das mulheres no mundo acadêmico: o exemplo da biologia. In: Costa, Albertina O.; Sorj, Bila; Bruschini, C.; Hirata, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV, 2008. p. 403-419.

Maruani, Margaret. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In: Costa, Albertina O.; Sorj, Bila; Bruschini, C.; Hirata, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 35-54.

Melo, Hildete P. de; Di Sabbato, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 47-87. (Nead Debate, 9).

______. The feminine in the rural world: a look through PNAD/IBGE. World Congress of Rural Sociology, 10.; Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

______. **Tabulações especiais das PNADs**. IBGE, 2007. Mimeo.

Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, 2006.

Ministério da Saúde. **PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Rais – Relação Anual de Informações Sociais.** 2006. Cd-ROM.

Novaes, Maria de Lourdes. O trabalho da mulher na agricultura familiar. In: Lima, M. Ednalva Bezerra; Costa, Ana Alice A.; Ávila, Maria Betânia; Soares, Vera Lúcia (Org.). **Transformando as relações trabalho e cidadania:** produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 151-166.

Oxfam. **Más por menos:** el trabajo precario de las mujeres en las cadenas de producción globalizada. Oxfam International, 2004.

Paulilo, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

Ramos, Lauro; Britto, Marcelo. Nota Técnica: O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Boletim Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ano 8, n. 22, p. 29-48, nov. 2003.

Rodrigues, Isis. Características demográficas da população rural paulista nos anos 80 e 90. **Textos Nepo,** Campinas: Núcleo de Estudos da População, n. 43, set. 2002.

Santos, Graciete. As relações de gênero na agricultura familiar. In: Lima, M. Ednalva Bezerra; Costa, Ana Alice A.; Ávila, Maria Betânia; Soares, Vera Lúcia (Org.). **Transformando as relações trabalho e cidadania:** produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 167-174.

Sassen, Saskia. **Contrageografías de la globalización:** género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003. Mapas 2.

______. **Two stops in today´s new global geographies:** shaping novel labor supplies and employment regimes. Colloque International Le Genre au Coeur de la Mondialisation. Paris, Ministère de la Recherche/GTM – Genre Travail et Mobilités; CNRS, mar. 2007. Mimeo.

Sorj, Bila; Fontes, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: Costa, Albertina O.; Sorj, Bila; Bruschini, C.; Hirata, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 187-206.

Stropasolas, Valmir L. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 12, n. 1, p. 253- 268, jan./abr. 2004.

Todaro, Rosalba; Godoy, Lorena; Abramo, Laís. Desempeño laboral de hombres y mujeres: opinan los empresarios. **Cadernos Pagu – Desafios da Equidade**, Campinas, SP: Unicamp, n. 17/18, 2001/02, 2002.

Thurler, Ana Lièsi; Bandeira, Lourdes. Sobre astrônomas alemãs e odontólogas no Brasil central. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo violência e poder [ST 38: Ciência, tecnologia e poder: conhecimento e práticas de gênero], ago. 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. Mimeo.

Weisheimer, Nilson. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/Nead Estudos, 2005.

Wichterich, Christa. **La femme mondialisée**. Arles, França: Solin Actes Sud, 1999.

Sobre os(as) autores(as)

Nalu Faria

Psicóloga formada pelas Faculdades Integradas de Uberaba. Especialista em Psicodrama Psicopedagógico (Grupo de Estudos de Psicodrama/São Paulo) e em Atendimento Institucional, pelo Instituto Sedes Sapientiae/São Paulo. É coordenadora da Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e da Sempreviva Organização Feminista (SOF). Membro da coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres.

Maria Rosa Lombardi

Socióloga, doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e em Relações de Gênero e Trabalho – Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS)/ Université de Paris X – Nanterre (2003). Atualmente é pesquisadora na Fundação Carlos Chagas. Desenvolve pesquisas sobre educação, trabalho e relações de gênero, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Estudos de Gênero.

Hildete Pereira de Melo

Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e editora da **Revista Gênero,** do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero da UFF. Secretária Adjunta da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência do Rio de Janeiro (SBPC/RJ).

Alberto Di Sabbato

Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua também como professor adjunto. É mestre em Ciências Agrárias e doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).